

REVISTA FOCANDO O
20 ANOS DE FOMENTO
2000-2020

A **Revista Focando a Extensão**, publicação semestral editada pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual de Santa Cruz, tem por finalidade publicar artigos inéditos de extensão universitária nas áreas temáticas: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho.



Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

RUI COSTA - GOVERNADOR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - REITORA

EVANDRO SENA FREIRE – VÍCE-REITOR

ALESSANDRO FERNANDES DE SANTANA – PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

COORDENAÇÃO EDITORIAL

RAIMUNDO BONFIM DOS SANTOS

Comissão Editorial

Alessandro Fernandes de Santana

Alvany Maria dos Santos Santiago

Ana Inês Sousa

Gisele Quimelli

José Roberto dos Santos

Maridalva de Souza Penteadó

Neurivaldo José de Guzzi Filho

Raimunda Silva d'Alencar

Roberta Dias

Samuel de Oliveira Mattos

Assistência Editorial:

Alessandra Almeida Barreto

José Wanderley Souza Oliveira

//

revistaextensaouesc@gmail.com

www.uesc.br/revistaextensao

ISSN 2236-5109

REVISTA FOCANDO A
e d e s a o

Volume 2 • Número 4
Julho - Dezembro 2012

Ilhéus, Bahia



2015

Direitos desta edição reservados à
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Jorge Amado, km 16 - 45662-000 Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5025 - Fax: (73) 3680-5225
<<http://www.uesc.br/proex>> e-mail: <proex@uesc.br>

PROJETO GRÁFICO E CAPA

George Pellegrini

DIAGRAMAÇÃO

Álvaro Coelho

REVISÃO

Silvia Maria Campos Teixeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista focando a extensão / Universidade Estadual de Santa
Cruz. -- Vol. 2, n. 4 (2012) -- Ilhéus, BA :
v. : il.

Semestral.
ISSN 2236-5109

1. Extensão universitária -- Periódicos. I. Universidade
Estadual de Santa Cruz.

CDD 378.155405

Editorial

A Revista Focando a Extensão disponibiliza ao público o seu quarto número e, na oportunidade, ratifica o seu propósito de atuar como mecanismo de divulgação de experiências e práticas extensionistas voltadas para o desenvolvimento. Com esse sentimento e compromisso, foi produzida esta publicação, a qual é constituída de sete artigos que relatam experiências e intervenções de natureza extensionista que contribuem para a elevação da qualidade de vida da população e o desenvolvimento humano. Os trabalhos estão distribuídos nos seguintes eixos: saúde humana, desenvolvimento local, direitos humanos e educação, comentados a seguir.

No eixo da saúde humana, encontram-se 4 artigos. O primeiro aponta uma estratégia para difundir o conhecimento científico sobre anatomia e funcionalidade do sistema nervoso, tendo como uma de suas coordenadoras a Professora Jane Lima dos Santos. O segundo trabalho integra o projeto de extensão Jovem Bom de Vida, desenvolvido pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), coordenado pela Professora Aretusa Bitencourt, cujo relato mostra as ações desenvolvidas, voltadas para os adolescentes, compreendidas como políticas públicas em favor das crianças. O terceiro artigo retrata o projeto de extensão Reabilitando Feridas, coordenado pela fisioterapeuta Roberta Leane, implementado na Escola de Fisioterapia da Unime, tendo como foco pacientes portadores de úlcera de pressão. O quarto trabalho, que completa o eixo, está ancorado em um programa de extensão, denominado Universidade Aberta à Terceira Idade, e versa sobre saúde para o envelhecimento. O relato é feito por Amanda Ribeiro e Priscila Oliveira Araújo.

No eixo desenvolvimento local, são apresentados dois trabalhos, sendo um voltado para o meio rural, e o outro, para a zona urbana. O artigo que trata da questão rural foi produzido por Marco Aurélio Rodrigues e Jamile Rodrigues, sobre extensão em projetos de assentamento de reforma agrária no sul da Bahia. Os autores relatam as ações empreendidas e destacam a organização comunitária. Já o artigo, voltado para a zona urbana, mostra um trabalho realizado no âmbito do marketing social, desenvolvido em uma cidade do interior da Bahia, ancorado no projeto Rondon, executado por uma equipe de alunos e professores da Uesc. Os autores evidenciam a importância do marketing social na organização da vida comunitária, em uma cidade, como também destacam a contribuição do Programa Rondon para o desenvolvimento local.

Além dos trabalhos mencionados, a Revista Focando a Extensão apresenta, ainda, artigos que contemplam eixos distintos: direitos humanos e educação. No âmbito dos direitos humanos, o leitor terá a oportunidade de conhecer as ações que são desenvolvidas em um projeto de extensão da Uesc, voltado para um grupo de mulheres pescadoras e marisqueiras da reserva extrativista de Canavieiras, no sul da Bahia. O trabalho tem como propósito resgatar a cidadania das mulheres, público-alvo do projeto que é coordenado pelo Professor Guilhardes de Jesus Júnior.

O trabalho final se insere no eixo temático educação e foi produzido pela Professora Ana Lúcia Côgo, a qual apresenta, no seu relato, as ações do Núcleo de Estudos de História, denominado Lahige, unidade desta Universidade. O artigo mostra a trajetória do Núcleo e suas contribuições no campo educativo. Abrindo os trabalhos, a Focando a Extensão traz um artigo de extrema relevância para o cenário social; Projeto Educação e multiculturalismo formação para a diversidade, coordenado pela Professora Rachel de Oliveira.

Assim, a revista, neste quarto número, apresenta trabalhos da sua Universidade como também de outros centros acadêmicos, de variados campos de conhecimento e de eixos diversos. Os trabalhos contemplam o meio urbano e o rural, e buscam uma composição harmônica com a realidade, com o firme propósito de contribuir para a democratização do processo de apropriação dos conhecimentos e saberes necessários ao desenvolvimento.

Finalmente, a equipe editorial agradece o valioso apoio dos autores dos artigos, como também dos pareceristas, contribuição inestimável, através dos quais foi possível construir a presente publicação.

Dr. Raimundo Bonfim dos Santos
Editor

Sumário

- 9 PROJETO EDUCAÇÃO E MULTICULTURALISMO FORMAÇÃO PARA A DIVERSIDADE – EM PAUTA
Rachel de Oliveira, Cristiane Andrade Fernandes, Cecília Maria Carvalho Viana, Rosana Nascimento Almeida
- 21 *EFEITO STROOP*: UMA ESTRATÉGIA PARA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE ANATOMIA E FUNCIONALIDADE DO SISTEMA NERVOSO
Bruna Lais Almeida Cunha, Jabson Santos Ferreira, Ramon Rosário Guimarães, Augusto César Costa D’Afonseca, Leonardo de Freitas Nascimento, Simone Setúbal dos Santos, Cilene de Souza Barreto, Cristina Luísa Conceição de Oliveira, Jane Lima dos Santos
- 29 EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA NO ENVELHECER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA UATI
Amanda Maria Villas Bôas Ribeiro, Pricila de Oliveira Araújo
- 37 AÇÕES DE EXTENSÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA: O NÚCLEO LAHIGE/UESC
Anna Lúcia Côgo
- 47 PROJETO RONDON: O MARKETING SOCIAL APLICADO À GESTÃO PÚBLICA DA CIDADE DE CHORROCHÓ-BA
Lucas Xavier Trindade, Tatiana Cardoso Borges, Amarildo José Morett, Guilhardes de Jesus Júnior
- 57 CADERNETA DE SAÚDE DO ADOLESCENTE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Aretusa de Oliveira Martins Bitencourt, Karísia Macêdo, Lacita Menezes Skalinski, Maria Aparecida Santa Fé Borges, Maria Conceição Filgueiras, Ricardo Matos Santana
- 67 EXTENSÃO RURAL EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA NO SUL DA BAHIA
Marco Aurélio Rodrigues, Jamile Pereira Cunha Rodrigues
- 77 PROJETO REABILITANDO FERIDAS
Roberta Leane Oliveira Araújo Santos, Juçara dos Santos Carvalho Coelho, Laisa Andrade Lacerda, Noemi Conceição Santos, Poliana Stephane Matos Costa, Vivian Santos Guimarães, Renato Fontana
- 83 SERVIÇO DE REFERÊNCIA DOS DIREITOS DA MULHER
Guilhardes de Jesus Júnior, Érica Almeida Leal, Jhader Cerqueira do Carmo

PROJETO EDUCAÇÃO E MULTICULTURALISMO FORMAÇÃO PARA A DIVERSIDADE – EM PAUTA

Rachel de Oliveira¹
Cristiane Andrade Fernandes²
Cecília Maria Carvalho Viana³
Rosana Nascimento Almeida⁴

Resumo: Neste artigo colocamos em pauta os resultados do concurso intitulado “História dos Afrodescendentes do Sul da Bahia”, uma das ações político-pedagógica vinculada ao Projeto de Extensão denominado “Educação e Multiculturalismo: formação para a diversidade”, desenvolvido entre 2011 e 2012. Participaram deste processo grupos dos Movimentos Sociais, Organizações Não-Governamentais (ONG) o Conselho dos Direitos da Mulher de Ilhéus, educadores(as) e alunos(as) de escolas localizadas nos municípios de Ilhéus, Itabuna e Pau Brasil. Descrevemos o processo e as estratégias necessárias à organização do citado evento, que se fundamenta no diálogo do oprimido conforme perspectiva de Paulo Freire. Finalizamos dando visibilidade à produção dos(as) premiados(as), trazendo elementos significativos que parecem estar implícitos na construção de suas identidades étnicas. O trabalho oferece subsídios para outros projetos de extensão e/ou pesquisa e contribui para a formação de professores.

Palavras-chaves: Educação. Identidade étnico-racial. Resistência.

DESIGN EDUCATION AND TRAINING FOR DIVERSITY MULTICULTURALISM - IN TARIFF

Abstract: In this article we put in question the results of the contest titled "History of African Descent in Southern Bahia", a political-pedagogical actions linked to the Extension Project entitled "Multiculturalism and Education: Training for diversity, developed between 2011 and 2012. Groups participated in this process of Social

1 Professor Adjunto da Universidade Estadual de Santa Cruz/Uesc, no Departamento de Ciências da Educação (DCIE). Coordenadora do projeto Educação e Multiculturalismo: formação para a diversidade.
E-mail: <rakkadeoliveira@gmail.com>.

2 Professor Substituto da Universidade Estadual de Santa Cruz/Uesc, no Departamento de Ciências da Educação (DCIE). Vinculada ao projeto Educação e Multiculturalismo: formação para a diversidade.
E-mail: <crisuesc@gmail.com>.

3 Bolsista no projeto Educação e Multiculturalismo: formação para a diversidade. Universidade Estadual de Santa Cruz/Uesc, Departamento de Ciências da Educação (DCIE).

4 Bolsista no projeto Educação e Multiculturalismo: formação para a diversidade. Universidade Estadual de Santa Cruz/Uesc, Departamento de Ciências da Educação (DCIE).

Movements, Non-Governmental Organizations (NGOs), the Council of Women's Rights in Ilhéus, educators and students school located in the cities of Ilhéus, Itabuna and Pau Brasil. We describe the process and strategies for the organization of that event, which is based on the dialogue of the Oppressed by Paulo Freire perspective as giving visibility to finalize production of (the) winning (as) bringing significant elements that seem to be implicit in the construction of their identities ethnic. The paper provides background for other outreach projects and /or research and contributes to the training of professors.

Keywords: Education. Ethnic-racial identity. Resistance.

Introdução e Objetivos

O Projeto Educação e Multiculturalismo: formação para a diversidade surgiu historicamente como resultado das diferentes reivindicações dos Movimentos Sociais, compostos por mulheres, negros, indígenas e outros segmentos, no final da década de 1970. Este processo proporcionou mudanças expressivas na Constituição Brasileira, promulgada em 1988, que, diferentemente, das anteriores se aproximou da perspectiva dos Direitos Humanos. Esta orientação, evidentemente, se estendeu para os diversos campos sociais e áreas do conhecimento, estimulando a construção de novos fundamentos jurídicos e teóricos para o debate sobre relações étnico-raciais.

No campo da educação, a Lei 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) tornou obrigatória a inclusão da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena. Nesta direção, também, foi colocada em pauta outras questões sociais igualmente importantes, como as relativas aos portadores de necessidades especiais, entre outras. A mais recente conquista foi a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola, em 2012.

A partir destes marcos legais, notadamente, o artigo 26-A da LDBEN que prescreve: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”, as escolas do Ensino Básico começaram a se mobilizar para a reorganização dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), com a finalidade de democratizá-los. Inicia-se, também, nas universidades públicas, uma nova vertente para a elaboração de projetos de Iniciação Científica, projetos de pesquisa, projetos de extensão, além de disciplinas envolvendo as temáticas citadas.

Na Bahia, a exemplo do que ocorre em outros estados, tem sido frequente a criação de mestrados e doutorados com linhas de pesquisas específicas para o debate sobre as relações étnico-raciais, tendo como fundamento os denominados Estudos Culturais, que analisam os diferentes processos de resistência e construção de identidade, defendidos por Apple (1989), Giroux (2003) e Stuart Hall (2003).

Soma-se, a estes estudos, o “Multiculturalismo Crítico”, proposto por McLaren que abarca questões relacionadas à classe, ao gênero, à raça/etnia, à idade, mas também ao preconceito, à discriminação, ao estereótipo, à xenofobia e a outros conceitos, que ajudam a compreender a origem das desigualdades. Para McLaren (1977), o lugar social é determinado por este leque de variáveis que se inter-relacionam. Estas variáveis permeiam igualmente o espaço escolar influenciando, negativamente, o desempenho intelectual e afetivo dos alunos das classes populares, porque nega seus saberes, suas tradições e seu modo de interpretar o mundo.

Paulo Freire considerava a educação, a cultura e a escolarização como questões essencialmente políticas e estreitamente vinculadas ao poder econômico. Neste sentido, compactuava com os fundamentos teóricos propostos por Giroux e McLaren, dois de seus muitos companheiros de debate sobre a função da escola para os oprimidos. Nosso projeto se pauta ba-

sicamente na perspectiva destes três estudiosos, ou seja, no Multiculturalismo Crítico, nos Estudos Culturais e na Pedagogia do Oprimido. E nosso desafio tem sido a construção de ações pedagógicas de superação ao preconceito a partir do diálogo com as escolas.

Podemos afirmar que os três principais sistemas sociais representados pelo capitalismo, marxismo e o socialismo, doutrinas vinculadas à economia e, conseqüentemente, à divisão de renda, não explicam, a não ser pelo preconceito, porque em todo o mundo as mulheres e os negros são mais pobres e os homens brancos mais ricos. Do mesmo modo, em todo mundo, as desigualdades de gênero são os exemplos mais visíveis. Os homens ainda são considerados os seres mais capazes e dotados de razão, portanto desempenham funções privilegiadas e bem pagas. Esta postura de superioridade é sustentada pelo Estado, por diferentes religiões, por muitos teóricos e, muitas vezes, pelas próprias vítimas: as mulheres.

Mas, evidentemente, homens africanos, europeus, indianos, ciganos, norte-americanos e membros de outros grupos não exercem o mesmo poder sobre o conhecimento, a economia, a ciência e a política. Ao analisar o contexto mundial, confirmamos que, historicamente, os europeus e norte-americanos são os que detêm mais privilégios dentro e fora de seu continente e/ou país.

O Brasil pós-colonização continuou a preservar todas as esferas, notadamente, no campo da educação, os fundamentos teóricos e metodológicos eurocêntricos, com forte tendência a considerar como legítimos apenas os conhecimentos produzidos a partir da Grécia antiga, caminhando para a modernidade, praticamente sem questionamento.

Um dos objetivos da academia, senão o principal, é a preservação destes conhecimentos denominados científicos que se contrapõem aos saberes tradicionais produzidos pelos diferentes povos. Boaventura de Souza Santos argumenta que:

A ciência moderna não é a única explicação possível da realidade e não há sequer qualquer razão científica para considerar melhor que as explicações alternativas da metafísica, da astrologia, da religião da arte ou da poesia. A razão porque privilegiamos hoje uma forma de conhecimento assente na previsão e no controlo dos fenômenos nada tem de científico é um juízo de valor (2003, p.83).

Muitos grupos sociais são produtores de conhecimentos não reconhecidos pela ciência, desprovidos de poder são silenciados. No Brasil, os indígenas e os negros foram proibidos de falar sua língua, praticar sua cultura e sua religião e, em tempos não tão remotos, eles não tinham acesso à escola. Paradoxalmente o país era partidário da democracia racial que o pressupõe. Durante muito tempo, nosso país acreditou na democracia em que se admite a igualdade de oportunidade individual e coletiva, este mito provocou profundas desigualdades e privilegiou apenas parte da população branca.

Entretanto, como citamos acima, atendendo às muitas reivindicações dos Movimentos Sociais, a Constituição Brasileira, promulgada em 1988, começou a rever as diferentes histórias de exclusão. Novas leis foram formuladas, e teóricos vinculados à transformação social abriram caminho para o diálogo com os excluídos.

Metodologia

Desde agosto de 2008, membros do Projeto Educação e Multiculturalismo vêm de diferentes maneiras dialogando com a comunidade escolar sobre a elaboração de práticas pedagógicas para a inserção da história e da cultura dos afro-brasileiros, a partir dos estudos citados acima. Considerando a perspectiva do multiculturalismo crítico, nosso foco tem sido o fortalecimento das diferenças e o combate a todas as formas de desigualdades.

Nosso contexto são as escolas localizadas nos Municípios de Ilhéus, Itabuna e Pau Brasil. Trabalhamos basicamente no interior das instituições que aderiram ao projeto, realizamos pequenos encontros nos municípios e, periodicamente, apresentamos os resultados para a universidade em forma de seminários, com a participação das comunidades e das equipes gestoras.

Um dos pontos críticos do projeto tem sido o debate sobre a afirmação da identidade étnica. Nos processos de formação, ao levantarmos as dificuldades para o debate, os professores apontaram duas questões consideradas por eles cruciais: o desconhecimento dos fundamentos do debate sobre as relações étnico-raciais e o fato de as crianças negras serem visíveis portadoras de acentuada baixa autoestima.

O concurso “História dos Afrodescendentes do Sul da Bahia” foi gerado a partir destas reflexões. Seu lançamento ocorreu na Uesc, em novembro de 2011, no Ano Internacional dos po-

vos afrodescendentes, conforme calendário da Organização das Nações Unidas (ONU). Na oportunidade, comemoramos também o “Dia da Consciência Negra”. Nesta ação, tínhamos o objetivo de desvendar as muitas faces do cotidiano dos jovens e adolescentes negros e, ainda, descortinar as trajetórias dos sujeitos, que contribuem de diferentes maneiras para o avanço e a preservação dos saberes das comunidades.

O Concurso apresentou duas categorias: a) Personalidades Negras da Comunidade; e b) Sou afrodescendente. A primeira se destinava ao Ciclo da Adolescência I, II e III – Seriação 7º ao 9º ano e todas as modalidades da Educação de Jovens e Adultos. A segunda abarcava alunos do Ciclo da Pré-Adolescência II e III (CPA, Sistemas de Ensino ciclado) e o primeiro segmento do Ensino Fundamental (5º e 6º ano).

Segue abaixo o quadro de classificação dos premiados por município e categoria QUADRO 1 e QUADRO 2.

QUADRO 1 – Premiação por Município

Personalidade Negra da Comunidade

1ª categoria

Ordem	Aluno	Município	Escola	Personalidade
1º	Lucas R. dos S. Barros.	Ilhéus	Temístocles Andrade	Telma Sueli Soares de Sá
2º	Nátilla de J. Santos	Ilhéus	Nucleada de Castelo Novo	Rita Aparecida de Jesus
1º	Isabela Luise	Pau Brasil	Centro Educacional Maria Santana	Maria dos A.S. Almeida
2º	Havena Anderis	Pau Brasil	Centro Educacional Maria Santana	Raimunda Lúcia da Silva

Fonte: Arquivo do autor.

QUADRO 2 – Premiação por Município
Eu sou Afrodescendente

Ordem	Aluno		Escola	Título da História
1º	Herbert A. Nascimento	Ilhéus	Escola Municipal Temístocles Andrade	Sou Afrodescendente
2º	Letícia M. Locas	Ilhéus	Escola Municipal do Pontal	Sou Afrodescendente
1º	Rebeca dos S. Bispo	Pau Brasil	Centro Educacional Maria Santana	Sou Afrodescendente
2º	Hélen S. de Lima	Pau Brasil	Centro Educacional Maria Santana	Sou Afrodescendente
1º	Tâmara Paula dos S. França	Itabuna	Escola Municipal B. Dom Ceslau Stanula	Falando de Mim

Fonte: Arquivo do autor.

O quadro de vencedores foi composto por sete meninas e dois meninos, o município de Itabuna/Bahia, enviou trabalho somente para a categoria “Eu sou afrodescendente”. Por uma série de dificuldades, mas não pela qualidade, apenas foi premiado o trabalho escrito pela aluna intitulado “Falando de mim”.

Várias reuniões de organização aconteceram nos municípios para discutir o conteúdo das redações e o processo de premiação. Conforme citamos acima, realizamos o primeiro lançamento do projeto na Uesc e depois nos municípios parceiros, para que os professores tivessem a oportunidade de conhecer, questionar e se apropriar da proposta. Nestes eventos, distribuimos o manual do concurso, cartazes e *folder*, demonstrados nas figuras 1, 2 e 3 abaixo. Logo em seguida, as Secretarias de Educação receberam o modelo de ficha de inscrição para enviar para as escolas e, posteriormente, encaminhar para a Coordenação do Projeto “Educação e Multiculturalismo: formação para a diversidade”.

FIGURA 1: **Cartaz de lançamento do Concurso**



Fonte: Arquivo do autor

Por diferentes motivos, burocráticos, políticos e/ou falta de identidade com o tema, as inscrições ficaram praticamente sob a responsabilidade de professores das redes de ensino, especialistas em Educação em Relações Étnico-Raciais, ou ainda educadores militantes do Movimento Negro e da Comissão Organizadora⁵.

Até a premiação, atravessamos um período de muita tensão enquanto acompanhávamos o desenrolar das inscrições, o desenvolvimento dos trabalhos e a busca pelos prêmios.

Os alunos colocados em primeiro lugar, de cada modalidade, receberam um computador portátil e uma passagem para visitar os monumentos históricos da cidade de Salvador, tendo como seus acompanhantes os professores coordenadores dos respectivos trabalhos. Os colocados em segundo lugar receberam uma máquina fotográfica digital.

No dia 6 de junho de 2012, realizamos a cerimônia de premiação e a viagem ocorreu em setembro do mesmo ano.

FIGURA 2 – Lançamento do Concurso



Fonte: Jornal da Uesc, dez. 2011.

O processo de classificação dos trabalhos

Foram momentos especiais misturados a grandes tensões, alegria, além da ética e da seriedade. As redações foram lidas e relidas mui-

tas vezes pelos membros das comissões formadas por professores, membros dos movimentos sociais e presidentes de ONG. Naquele processo, tivemos a certeza de que a quantidade de prêmios não atendia à qualidade dos trabalhos.

⁵ A comissão foi composta por Cristiane Fernandes Andrade, Cristiane Vilas Boas, Edson Vieira, Eduardo Regis Soares Trindade, Flávia Alessandra de Souza Pereira, Flávio Gonçalves, Maria Aparecida D'Ávila Cassimiro, Maria Rita dos Santos, Paula Regina Soares de Andrade, Sandra Cristina Souza R. de Abreu, Sandra da Marra Virgem, Tereza Cristina Soares de Sá. Professores do Ensino Superior, do Ensino Fundamental e líderes da comunidade.

Do município de Pau Brasil, recebemos a maior quantidade de trabalhos, a seguir vieram os da cidade de Ilhéus, e em menor número os de Itabuna. As dificuldades não foram poucas. Neste período, houve greve de professores em Itabuna e só, por muito es-

forço de um pequeno grupo, algumas escolas continuaram participando do concurso. Todo este processo também nos ensinou a entender melhor as dificuldades dos docentes, as mazes das escolas públicas, notadamente daquelas situadas em nossa região.

FIGURA 3 – Premiação do Concurso na Uesc



Fonte: Jornal da Uesc, jan. 2012.

A premiação ocorreu na Universidade Estadual Santa Cruz (Uesc), com a presença de alunos e professores das escolas citadas nos QUADROS 1 e 2. Todas as personalidades negras, indicadas pelos alunos, compareceram e formaram uma mesa para reafirmar suas histórias e dar depoimentos sobre sua participação no concurso. Mesmo aqueles que não estavam acostumados a falar, e que, pela primeira vez, enfrentavam um público com cerca de 600 pessoas, ultrapassaram o tempo previsto falando sobre a importância daquele momento para si e para comunidade. Tanto os municípios de Pau Brasil como de Ilhéus trouxeram as personalidades negras classificadas em segundo lugar que foram igualmente apresentadas ao público. Duas homenageadas eram professoras, ten-

do uma mais de trinta anos de magistério, mas todos recebiam pela primeira vez as homenagens e um diploma de honra ao mérito.

O segundo passo da premiação, conforme o edital, foi uma visita à cidade de Salvador. Nenhum dos alunos premiados conhecia a capital do Estado. As dificuldades enfrentadas para a concretização desta viagem foram largamente compensadas pela alegria dos alunos que, ao chegar aos municípios, logo postaram imagens do passeio nas redes sociais.

Não existe espaço para descrever a emoção e o conteúdo de todos os trabalhos, por esta razão optamos por apresentar fragmentos das redações elaboradas pelos premiados na categoria “Somos afrodescendentes”. Para tanto

fizemos uma leitura qualitativa destes documentos, tentando levantar os diferentes significados implícitos nas redações.

Os alunos desvelaram fatos interessantes do seu cotidiano, parece que só esperavam um momento para dar voz a sua palavra. Neste sentido, parece válido apresentar o que disseram e como disseram. A partir daqui trocamos os nomes dos premiados por pseudônimos.

Análise e Discussão dos Resultados

Encontramos quatro expressões que se destacaram entre outros significados:

- 1) Ser afrodescendente e/ou negro(a); 2) Preconceito e como enfrentá-lo;
- 3) Porque se inscreveu; e 4) Condições econômica.

Ser afrodescendente e/ou negro(a):

Ser negra vai muito além da cor da pele e características físicas. É ter orgulho de ser afrodescendente, é sempre estar pronto para enfrentar os problemas que a vida nos traz, é saber conviver com as diferenças e individualidades, é saber que apesar de sermos diferentes temos o mesmo valor [...] O que define uma pessoa é o seu caráter e os valores morais que ela possui (Lua).

Gosto de ser negra. Meus cabelos são naturais e crespos. Uso meus cabelos do jeito que eu quero: gosto de fazer tranças soltas ou embutidas, tranças com passadeiras e cachinhos. Não tenho vergonha de ser negra, porque eu valorizo meus lábios grossos meu nariz largo e meu cabelo duro. Toda essa beleza foi herdada de minha família e dos meus antepassados (Estrela).

Descobri que sou negro numa aula na segunda série, quando a professora explicava sobre as raças e começou a dizer que o colega era branco por causa de seus traços, que o outro era negro

por tal característica, e eu me identifiquei com as características que ela descreveu. E ali, naquela aula e não na minha certidão de nascimento descobri minha verdadeira identidade. Isso foi um marco na minha vida. Eu tenho orgulho de ser negro, embora seja muito difícil em algumas situações (Sol).

As expressões vergonha e orgulho aparecem nas três redações, dão a impressão de que os alunos respondem àqueles que tentam desvalorizá-los, que dizem ou pensam que eles têm vergonha da sua cor. Gosto de ser negra afirma Estrela uma menina de 10 anos. Ela destaca as características físicas desvalorizadas pelo padrão de beleza, mas seu relato extrapola e foca também, de um modo simples, a herança dos antepassados.

Sol descobriu-se negro em sala de aula quando a professora se referiu às diferenças fenotípicas dos seres humanos. Ele completa dizendo que isto foi um marco na vida dele. Parece que ele fez muito esforço para tornar este marco positivo. Nossas personagens afirmam querer ser o que são mesmo em meio às vozes muito dissonantes.

Para Paulo Freire (2005, p.32) afirma que a vontade de *ser mais* e uma vocação inerente ao ser humano, sentir-se desvalorizado é apenas um fenômeno temporário resultado de imposições do dominador.

A desumanização que não se verifica, apenas, nos que tem a sua humanidade roubada, mas também ainda que de forma diferente, nos que a roubam é distorção, possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens nada mais teríamos a fazer, a não ser adotar uma atitude cínica e de total desespero. A luta pela humanização pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como 'seres para si', não teria significação. Esta é possível porque a desumanização, mesmo que um fato

concreto na história, não é, porém, destinado, mas resultado de uma ‘ordem’ injusta que gera violência dos opressores, e esta, o ser menos (grifos do autor).

Preconceito e como enfrentá-lo

E mesmo se sofrermos preconceito, sabemos buscar nossos direitos e ter sempre em mente “sou afrodescendente, sou vencedor” (Lua).

Portanto, participar desse concurso para mim é mostrar que nós negros temos o nosso valor, assim como precisamos conquistar melhores espaços na sociedade (Estrela).

Desde quando nasci a minha vida foi difícil, tenho enfrentado discriminação e preconceitos através de apelidos maldosos e muitas gozações, que eu não entendia porque acontecia, ficava triste sem entender, mas não me deixava abater, sempre dava a volta por cima para conquistar os meus alvos, os meus objetivos (Sol).

Estas falas revelam o sofrimento psicológico destas crianças, mas também o prejuízo moral causado pelo preconceito, por outro lado desvela a falta de comprometimento dos adultos. Parece que enfrentam esta questão de modo solitário, apenas com bravura interna, sem palavras. Seguindo em frente fazendo de conta que não percebem.

Em certos momentos Lua essencializa a questão argumentando que os negros têm uma força interior que ultrapassa a razão. É esta força que os ajuda nas piores situações. Mas nossas personagens sabem que têm os mesmos direitos e que é preciso buscá-los como instrumento de combate aos preconceitos.

Porque se inscreveu

Achei muito importante e valoroso falar de mim, não só como estudante, mas como estudante negro. Falar da importância e do orgulho

de ser negro, de ser um afrodescendente dentro da escola, falando o eu sente e o que viveu sem medo, sem problemas e sem piadas (Sol).

Participar desse concurso para mim é mostrar que nós negros temos o nosso valor, assim como precisamos conquistar melhores espaços na sociedade (Estrela).

Decidi participar do concurso porque além de achar a proposta interessante, gostaria de relatar minha história e falar o que é ser negra. E como isso sempre me ajudou, ajuda e ajudará a resolver os meus problemas (Lua).

Quantas crianças oprimidas e desvalorizadas devem estar esperando uma oportunidade para dizer a sua palavra, para se tornar protagonista em lugares em que não são vistas. O concurso não só desvelou mazelas, mas provocou encontros, reflexões, produziu subsídios para a formação de professores. Lua parece ter aprendido a resolver seus problemas de forma favorável, sempre compatível com seu modo de ser.

Condição econômica

Lua diz não ter boas condições econômicas.

Apesar de minha família não ter dinheiro a educação da minha irmã e a minha sempre foi prioridade (Lua).

Lua, Sol e Estrela moram em bairros de periferia, com péssima infraestrutura, parecem estar bem em relação aos outros moradores. São crianças que demonstram ter o apoio familiar e “consciência” dos problemas do bairro. Mas, embora Sol diga que pertence à classe média, também argumentou, como citamos acima, ser altamente discriminado pela sociedade tal como Lua e Estrela.

Eu sou de um lar de classe média. Minha casa têm dez cômodos e é bastante confortável (Sol). No meu bairro tem festas, escolas e muitas pesso-

as de bem. Porém, tem também violência, ruas sem asfalto e principalmente sofre um grande preconceito de pessoas de fora, pois elas acham que nele só existem bandidos (Estrela).

Por entender que a classe social não determina o lugar dos sujeitos na sociedade, notadamente quando se trata dos lugares simbólicos, como o lugar do afeto, que implica diretamente na aceitação do Outro. O multiculturalismo crítico ultrapassa a questão de classe, e afirma que:

O multiculturalismo conservador deseja assimilar os estudantes a uma ordem social injusta ao argumentar que todo membro de todo grupo étnico pode colher os benefícios econômicos das ideologias neocolonialista e de suas práticas sociais correspondentes. Mas, um pré-requisito 'para juntar-se a turma' e desnudar-se, desracializar-se e despir-se da própria cultura (MCLAREN, 1997, p. 115, grifos do autor).

Considerações finais

O trabalho apresentado trata de velhas questões pouco discutidas no interior das escolas, apesar dos avanços legais e de uma série de políticas de ações afirmativas. Oliveira (1992), ao analisar o discurso da escola sobre a situação das crianças negras, diagnosticou que os professores mantêm baixa expectativa em relação ao seu desempenho, afirmando que as próprias se discriminam. Entretanto muitos possuem dificuldades para ouvir suas vozes, entre outras, e distinguir falas parecidas como a de Sol, de Lua e de Estrela, que representam, talvez, um número pequeno de crianças negras que querem fortalecer a sua identidade. É preciso respeitar as diferenças e não compará-las aos padrões impostos. A análise de três redações pode ser considerada metodologicamente pouco significativa; entretanto, o conjunto das 30 redações que chegaram às mãos da comissão

julgadora expressava, de diferentes formas, o mesmo conteúdo.

Valeria apenas analisar o perfil dos professores que se inscreveram como coordenadores das atividades, talvez não sejam aqueles que alegam desconhecimento da história dos afrodescendentes ou então são aqueles que o diálogo sobre a diversidade cultural e a justiça social as tenham transformado.

Foi gratificante perceber a alegria dos pais, dos colegas e da comunidade presentes à premiação. A experiência parece indicar que estamos no caminho certo, mas também indicam que é preciso ampliar e aprofundar o debate.

A avaliação das escolas que participaram do concurso foi muito positiva, nossa expectativa é que este concurso tenha influenciado também o olhar das crianças brancas que, poucas vezes, veem os colegas negros como seres igualmente valorizados. Vale ressaltar que os alunos fenotipicamente brancos não foram proibidos de participar. Uma aluna considerada branca, no contexto brasileiro e nordestino, decidiu participar, justificou ser afrodescendente por ser neta de negros e por ser solidária ao preconceito sofrido pelos avós. Vale também afirmar que o debate sobre diversidade cultural e/ou sobre relações étnico-raciais envolve todas as etnias.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. (org.). **Educação e poder**. Tradução Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

APPLE, Michael W. **Política cultural e educação**. Tradução Maria José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez, 2000.

GIROUX, Henry A. **Atos impuros**. A prática e a política dos estudos culturais. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GIROUX, Henry A. **Teoria crítica e resistência em educação**. Tradução Ângela Maria B. Biaggio. Petrópolis: Vozes, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomás Tadeu da Silva; Guacira Lopes Loro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, Rachel de. **Relações raciais na escola: uma experiência de intervenção**, 1992, (Dissertação) – Mestrado em Educação - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

MCLAREN Peter. **Multiculturalismo crítico**. Tradução Bebel Orofino Schaefer. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006. v. 4.

Efeito *Stroop*: uma estratégia para difusão do conhecimento científico sobre anatomia e funcionalidade do sistema nervoso

Bruna Lais Almeida Cunha¹
Jabson Santos Ferreira²
Ramon Rosário Guimarães³
Augusto César Costa D'Afonseca⁴
Leonardo de Freitas Nascimento⁵
Simone Setúbal dos Santos⁶
Cilene de Souza Barreto⁷
Cristina Luísa Conceição de Oliveira⁸
Jane Lima dos Santos⁹

Resumo: O entendimento dos conceitos atrelados ao sistema nervoso é um grande desafio para o público que tem pouco acesso à linguagem científica. Embora o conhecimento básico desse sistema, como sua função, estrutura e doenças associadas seja cada vez mais necessário para compreensão de várias abordagens na sociedade, por exemplo, a neurociência; ainda são necessários avanços em sua popularização. Pensando nisso, o projeto de extensão *Saúde com Ciência*, formado por docentes e discentes dos cursos de Biomedicina e de Medicina, da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), utilizou o Efeito *Stroop*, observado no jogo de *palavras x cor*, como estratégia para difusão do conhecimento científico sobre anatomia e funcionalidade do sistema nervoso. Foram utilizadas também outras ilusões de óptica, além de *banners* informativos e modelos anatômicos. O entusiasmo e participação ativa do público durante as atividades demonstraram um efeito satisfatório sobre a percepção dos participantes quanto ao que estava sendo apresentado. Esses resultados fomentam a importância do desenvolvimento de atividades de caráter extensionista, levando para a comunidade o saber científico associado ao seu cotidiano.

Palavras-chave: Popularização da ciência. Neurobiologia. Ilusão de óptica. Efeito *Stroop*.

1 Discente do Curso de Biomedicina da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc).

2 Discente do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc).

3 Discente do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc).

4 Discente do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc).

5 Discente do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc).

6 Discente do Programa de Pós-Graduação em Biologia e Biotecnologia de Microrganismos da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc).

7 Discente do Programa de Pós-Graduação em Biologia e Biotecnologia de Microrganismos da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc).

8 Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc). Departamento de Ciências Biológicas (DCB).

9 Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc). Departamento de Ciências Biológicas (DCB). Coordenador do Projeto. *E-mail*: jlsantos@uesc.br.

Introdução

O conhecimento e a compreensão da ciência inserida no cotidiano dos cidadãos são as principais metas na difusão e popularização da ciência em atividades extensionistas, como museus de ciência (CHAGAS, 1993; MARRANDINO, 2004), feiras científicas (HARTMANN; ZIMMERMANN, 2009) e exposições em praças públicas (SOUZA et al., 2008). Estas iniciativas têm utilizado diversos recursos para que a população compreenda os diversos fenômenos da natureza de forma mais simples e acessível. Observando o impacto destas atividades, Caruso (2003) afirma que este esclarecimento promove a cidadania, pois desenvolve o senso crítico e possibilita ao ser humano transformar o ambiente em que vive.

Várias áreas do conhecimento científico são abordadas nestes espaços de educação não formal, como as Ciências Exatas, Ciências Humanas e Ciências da Vida e da Terra. Nas Ciências Biológicas e da Saúde, comumente faz-se uma abordagem sobre as espécies de animais e suas particularidades e a poluição e seus impactos sobre a saúde humana e meio ambiente. No entanto, o avanço científico na área de neuro-robótica, além de doenças cada vez mais comuns associadas ao sistema nervoso, como mal de Parkinson e Alzheimer, e a dependência por drogas ilícitas, abrem caminho para a popularização do conhecimento científico em uma área complexa, a neurobiologia.

Alguns recursos têm sido utilizados para tornar o conhecimento do sistema nervoso mais acessível, como demonstrado por Campagna *et al.* (2006), ao utilizar modelos didáticos confeccionados com massa de modelar, para fazer com que alunos do ensino básico entendessem o processo de neurotransmissão. Uma atividade muito comum no cotidiano das pessoas e com boa aceitação são as figuras de ilusões visuais ou “ilusões de óptica”, como são comumente conhecidas. Estas ilusões envolvem conteúdos complexos, que abrangem

desde a física (ilusões de óptica) até o conhecimento de estruturas complexas do cérebro (ilusões cognitivas). Baldo e Haddad (2003), percebendo a riqueza de informações neurológicas a serem exploradas no campo das ilusões visuais, utilizaram esta ferramenta para o entendimento das bases fisiológicas da percepção, compreendendo a busca pela explicação científica das ilusões como oportunidade para entender também mecanismos correlatos, como a atenção visual. Lima *et al.* (2009) utilizaram as ilusões de óptica como estratégia para popularização da ciência em feiras livres no interior paraibano, discutindo os aspectos de sua utilização.

Uma imagem de ilusão visual, amplamente conhecida como o “jogo de palavras x cor” (FIGURA 1A), tem sua estrutura baseada no teste criado pelo cientista John Ridley Stroop, o Stroop Color Word Test (SCWT), o qual é padrão ouro para avaliação de atenção seletiva em neuropsicologia há mais de 70 anos (NASCIMENTO, 2012). No jogo, o participante tem de nomear, no menor tempo possível, a cor da tinta com que determinadas palavras estão grafadas, sendo estas, nomes de cores como azul, amarelo e vermelho, escritas com uma cor diferente. Isso gera um conflito de informações, ou uma incongruência, levando a maioria dos participantes a errar, falando a palavra e não a cor. Esse erro observado constitui o chamado Efeito *Stroop* (STROOP, 1935). As bases neurológicas para este efeito foi posteriormente estudada por Macleod e Macdonald (2000).

Baseando-se nesta proposta, o nosso trabalho teve por objetivo difundir o conhecimento sobre o sistema nervoso em feiras científicas e exposições itinerantes, utilizando SCWT adaptado, associado a outras ilusões visuais, como os círculos de Titchener, *banners* e modelos anatômicos, representativos desse sistema de controle de todo organismo. A metodologia SCWT foi escolhida com a intenção de empolgar, conquistar e recrutar o público alvo espontaneamente.

Metodologia

O experimento foi realizado através de exposições em escolas de ensino fundamental, médio e superior, assim como em ambientes de amplo acesso público (praças), compreendidos no Sul da Bahia, Brasil. Ao todo 502 pessoas participaram, sendo 379 do sexo feminino e 123 do sexo masculino. Os monitores, graduandos e pós-graduandos das áreas de ciências biológicas e da saúde foram responsáveis pela execução da atividade, bem como a observação de todo o período de aplicação, pontuando o interesse demonstrado pelo participante, na

habilidade do mesmo em dizer a cor, a compreensão do teste e as explicações sobre o sistema nervoso.

O teste foi desenvolvido, conforme Stroop (1935), com adaptações (FIGURA 1A). Ao participante era solicitado que nomeasse a cor com a qual a palavra estava escrita. Após a execução da atividade, o monitor apresentava as informações científicas referentes ao sistema nervoso, tendo o auxílio de *banner* (FIGURA 1B) e modelo anatômico (FIGURA 1C).

Outras imagens de ilusões visuais foram utilizadas além do “jogo de palavras x cor”, tais como os círculos de Titchener (FIGURA 2B-C).

FIGURA 1 – Recursos utilizados para difusão de conhecimento referente ao sistema nervoso. A. SCWT adaptado; B. *Banner*, ressaltando partes do sistema nervoso; C. Modelo anatômico.



Fonte: Arquivo do autor.

FIGURA 2 – Aplicação do “Jogo de palavras x cor”. A. participante executando o teste com os colegas; B. Círculos de Titchener; C. Outras ilusões visuais, utilizadas durante as exposições.



Fonte: Arquivo do autor.

Resultados e Discussão

O teste “jogo de palavras x cor” foi utilizado como motivador para difundir o conhecimento científico, referente ao funcionamento do Sistema Nervoso Central (SNC). Nas exposições realizadas, foi possível observar que o comportamento dos participantes de surpresa, alegria e descontração ao executar a metodologia atraía o público para a atividade. O interesse aumentava principalmente ao detectar que, apesar de parecer fácil falar

a cor, muitos participantes não conseguiam executar a atividade. A boa aceitação do teste permitiu a participação de pessoas com diferentes idades, escolaridade e sexo (FIGURA 3A – B). Porém foi observado que as crianças geralmente ficam mais a vontade para participar do que os adultos; estes se sentem inibidos e justificam a recusa em brincar por “medo de errar”, “não saber jogar” ou por se tratar de uma “brincadeira de criança”. No entanto, após entenderem a atividade, acabam compartilhando as mesmas experiências.

FIGURA 3 – Exposições do projeto Saúde com Ciência. A. Participação de jovens da educação básica em exposições itinerantes; B. Participação de jovens da educação superior (Universidade Estadual de Santa Cruz).



Fonte: Arquivo do autor.

A avaliação qualitativa do teste mostrou que jovens e adultos alfabetizados tinham dificuldades em dizer a cor, então liam as palavras. Em contraste, pessoas de reduzido grau de instrução e crianças não alfabetizadas diziam as cores com facilidade. Essa dificuldade encontrada em dizer a cor com a qual a palavra está escrita se justifica devido à leitura da palavra ser, em indivíduos alfabetizados, uma resposta preponderante ou automática (MACLEOD; MACDONALD, 2000). O direcionamento para a nomeação da cor com a qual a palavra está escrita depende da função executiva exercida pelo cérebro, esta sendo definida como “processos responsáveis por guiar, direcionar e gerenciar as funções cognitivas, emoções e comportamentos, particularmente durante a solução de problemas novos” (MALLOY-DINIZ et al. 2010).

A função executiva é desenvolvida principalmente pela região do córtex pré-frontal, no qual os vários processos estão divididos em circuitos neurais: dorsolateral, lateral órbito-frontal, ventromedial e cíngulo anterior (TONIETTO, 2011; MALLOY-DINIZ et al. 2010). O circuito ventromedial é responsável pela regulação e processamento emocional, controle atencional e inibição de respostas preponderantes. Então, para que o participante

consiga falar a cor, o cérebro precisa inibir a resposta preponderante, ou seja, a leitura da palavra. Em vista disso, o SCWT também tem sido utilizado para avaliação neuropsicológica de alcoolistas e dependentes químicos, pois essas drogas alteram a função executiva, interferindo no controle e seleção de respostas (KOLLING et al. 2007).

Do ponto de vista pedagógico, foi observado que, durante a aplicação do teste SCWT, a maioria dos participantes não acerta toda sequência de cores na primeira tentativa, isso funciona como um estímulo para que os mesmos continuem tentando. Um dos fatores responsáveis pelo acerto ou erro é a velocidade com a qual o monitor requisita a leitura das cores. Observou-se também que a permanência na atividade por várias rodadas quase sempre melhora o desempenho do participante, sendo que alguns deles acabam perdendo o interesse à medida que vão conseguindo acertar rapidamente as cores. Em contrapartida, alguns gostam tanto do teste que pedem a cartilha do monitor para fazer com colegas (FIGURA 2A). Esse interesse do participante em querer ensinar para os demais colegas como realizar a atividade e o que ela significa já havia sido observado por Lima *et al.* (2009), em seu trabalho sobre popularização da ciência com ilusões de

óptica em feiras públicas, demonstrando que a utilização das ilusões visuais como ferramenta para difusão do conhecimento científico apresenta grande potencial.

Mesmo diante de observações positivas quanto ao interesse do público pela atividade, é importante estar atento a novas estratégias para melhorar o desenvolvimento do experimento. Uma das questões a ser observada é a estética da atividade. A FIGURA 1-A ilustra a forma como o “jogo de palavras x cor” é apresentado. Fackrell *et al.* (2013), estudando uma variação do teste de Stroop, chamada de Stroop emocional, constataram que os fatores lexicais e a posição das palavras influenciam a forma como o indivíduo interpreta o teste, de modo que estas variáveis devem ser controladas. Sendo assim, o tipo de letra com a qual as palavras estão escritas (maiúsculas, minúsculas, tamanho da fonte etc.), o espaço entre elas e o tamanho e material com o qual o jogo foi confeccionado podem influenciar as respostas obtidas no teste, assim como pode constituir-se numa ferramenta de grande utilidade para atrair maior interesse do público.

As particularidades encontradas em alguns participantes também foram um elemento importante para compreender alguns resultados encontrados. Por exemplo, alguns indivíduos acertam muito facilmente na primeira tentativa todas as cores com as quais as palavras estão escritas; poucos indivíduos se encaixam neste grupo. Essa situação pode ser observada em pessoas não alfabetizadas, como dito anteriormente, pois para elas não existe a situação de incongruência, visto que existe apenas a informação “cor”. Evento semelhante também se encontra em indivíduos (geralmente crianças e adolescentes) que apresentam dislexia, um problema neuropsicológico que ocasiona dificuldade na leitura e na escrita de palavras, podendo-se observar nesses pacientes uma habilidade semelhante em dizer a cor devido à ausência de conflito de informações, já que, para eles, a palavra não é uma resposta preponderante.

Como estratégia para trabalhar com crianças que apresentam esse tipo de problema, Bucci *et al.* (2013) procuraram avaliar a influência de atividades secundárias no controle postural em crianças com dislexia, utilizando uma versão adaptada do teste de *Stroop* que, ao invés de palavras, utiliza frutas com cores diversas a sua cor natural, por exemplo, a fruta banana com a cor vermelha. Dessa forma, novas estratégias podem ser tomadas na extensão para incluir o maior número de participantes possíveis, evitando um viés nos resultados. Além da dislexia, outros problemas que afetam a fisiologia do sistema sensorial devem ser observados no momento da realização do teste, como a mioopia, o astigmatismo e, até mesmo, o desconhecimento das cores e/ou palavras.

A realização do SCWT desperta a curiosidade e o sentimento de inquietação em querer saber “por que não consigo falar as cores rapidamente?”. Esse momento é sempre o ideal para difundir o conhecimento científico referente ao sistema nervoso. Quando questionados sobre o porquê da dificuldade em falar a cor, os participantes não sabem explicar, muitos alegam conhecer o teste, difundido na rede de comunicação Internet, no entanto desconhecem a explicação científica para o fenômeno. Ao explicar a participação do cérebro e como ele interpreta situações de ilusão óptica, muitos ficavam surpresos e admirados com o que para eles era desconhecido. A partir disso, a explicação científica se torna algo necessária e prazerosa para o participante, pois a vontade de aprender partiu do próprio indivíduo. Os *banners* e os modelos anatômicos reforçam o entendimento, a integração e a sedimentação do conhecimento. Gouvêa e Leal (2001) compararam a perspectiva da relação Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) no espaço formal e não formal de educação, destacando nesta a utilização de recursos diversos que atraem a atenção e a compreensão, promovendo a aprendizagem contextualizada, na qual o estudante por si só é capaz de construir o conhecimento, como é visto nos museus de ciências.

Conclusão

As atividades extensionistas promovem a aproximação da Universidade com a população em geral, principalmente, ao utilizar aspectos relacionados ao cotidiano das pessoas como estratégia para difusão do conhecimento científico. Nesse contexto, os resultados obtidos com a aplicação do “jogo de palavras x cor” e, por conseguinte, com o envolvimento proporcionado pela observação do efeito *Stroop*, reiteram a importância do emprego de metodologias mais simples e significativas na explicação de assuntos com uma notável complexidade, como a neurobiologia.

Agradecimentos

Este trabalho teve o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (Fapesb) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nós agradecemos aos coordenadores do projeto institucional *Caminhão com Ciência* por nos permitir o desenvolvimento desse trabalho, utilizando a estrutura das mostras itinerantes, realizadas por eles em municípios do sul da Bahia.

REFERÊNCIAS

- BALDO, M. V. C.; HADDAD, H. Ilusões: o olho mágico da percepção. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, [S.l.], v. 25, p. 6-11, São Paulo, 2003. Suplemento II.
- BUCCI, P. M.; BUI-QUOC, E.; GERARD, C. L. The effect of a Stroop-like Task on postural control in Dyslexic children. **Plos One**, [S.l.], v. 8, n. 10, p. 6, Oct. 2013.
- CAMPAGNA, L. P. et al. Facilitando o ensino de neurociências na sala de aula por meio de modelos. **Botucatu**, 2013. Disponível em: <<http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2006/artigos/capitulo3/facilitandoensino.pdf>> Acesso em: 12 maio 2013.
- CARUSO, F. Desafios da alfabetização científica. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://cbpfindex.cbpf.br/publication_pdfs/cs01003.2006_12_08_10_39_34.pdf>. Acesso em: 19 maio 2013>.
- CHAGAS, I. Aprendizagem não formal/formal das ciências. Relações entre os museus de ciências e as escolas. **Revista de Educação**, Lisboa, v. 3, n. 1, p. 51-59, Lisboa, 1993. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/index.html/artigomuseus.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2013.
- FACKRELL, K.; JONES-EDMONDSON, M.; HALL, D. A. A controlled approach to the emotional dilution of the Stroop effect, **Plos One**, [S.l.], v. 8, n. 11, 8p., Nov., 2013.
- GOUVEA, G.; LEAL, M. C. Uma visão comparada do ensino em ciências, tecnologia e sociedade na escola e em um museu de ciência. **Ciência e Educação**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 67-84, 2001.
- HARTMANN, A. M.; ZIMMERMANN, E. Feira de ciências: a interdisciplinaridade e a contextualização em produções de estudantes de ensino médio. **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciência**, 7. Anais. [S.l.; s.n.], 12p. 2005.

- IPLAY. Olhe abaixo as cores e não as palavras: conflito no cérebro. [S.l., [21--?]]. Disponível em: <http://www.isplay.com.br/Imagens/Divertidas/01bT/Olhe_Abaixo_E_Diga_As_Cores_Nao_As_Palavras_Conflito_No_Cerebro>. Acesso em: 18 maio 2013.
- KOLLING, N. M. et al. Avaliação neuropsicológica em alcoolistas e dependentes de cocaína. **Aval. Psicol.**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 127-137, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v6n2/v6n2a03.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2013.
- LIMA, A. A. DE; MACEDO, J. Q. de; GERMANO, M. G. Ciência e arte na feira: um relato de experiência com ilusões de óptica. **XVIII Simpósio Nacional de Ensino de Física**. 2009. [S.l., [21--?]]. Disponível em: <http://www.cienciaemao.usp.br/dados/snef/_cienciaartenafeiraumrel.trabalho.pdf>. Acesso em 09 out. 2013.
- LIMA, R. F. de; TRAVANI, P.; CIASCA, S. M. Amostra de desempenho de estudantes do ensino fundamental em testes de atenção e funções executivas. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 29, n. 80, p. 188-199, 2009.
- MACLEOD, C. M.; MACDONALD, P. A. Interdimensional interference the stroop effect: uncovering the cognitive and neural anatomy of attention. **Trends in Cognitive Sciences**, [S.l.], v. 4, n. 10, p. 385-391, 2000.
- MALLOY-DINIZ, L. F. et al. Exame das funções executivas. In: MALLOY-DINIZ, L. F.; FUENTES, D.; MATTOS, P.; ABREU, N. (ed.). **Avaliação Neuropsicológica**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 94-113.
- MARANDINO, M. Transposição ou recontextualização? Sobre a produção de saberes na educação em museus de ciências. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 95-108, maio/jun./jul./ago. 2004.
- NASCIMENTO, T. D. V. **Impacto da atenção no funcionamento cognitivo**. 2012, 33f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Escola Superior de Altos Estudos, Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ismt.pt:8080/jspui/bitstream/123456789/112/1/Tese%20final%20Tirsa.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2013.
- ROSSI, A. S. U. Funções executivas e dependência química. In: **II Semana Nacional do Cérebro, um desafio coletivo**. Alamedas: o caminho da superação. Brasil, 2013.
- SOUZA, A. G. A. et al. Uma praça, uma tenda: exposições científicas como prática educativa compartilhada. **UniAnchieta**, Jundiaí – SP, 2008. Disponível em: <http://www.editoraunianchieta.com.br/Acervo/Uma_praca_uma_tenda.pdf>. Acesso em: 19 maio 2013.
- STROOP, J. R. Studies of interference in serial verbal reactions. **Journal of Experimental Psychology**, v. 18, p. 643-662, 1935.
- TONIETTO, et al. Interfaces entre funções executivas, linguagem e intencionalidade. **Paidéia**. Porto Alegre, v. 21, n. 49, p. 247-255, maio-ago., 2011.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA NO ENVELHECER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA Uati

Amanda Maria Villas Bôas Ribeiro
Pricila de Oliveira Araújo

Resumo: As mudanças demográficas e epidemiológicas da população brasileira permitem afirmar que são fundamentais as iniciativas de educação em saúde, para estimular hábitos saudáveis de vida, possibilitando melhoria da qualidade de vida, autonomia e sensibilização sobre os riscos e agravos à saúde. Todos estes fatores são fundamentais para garantia do gozo de uma velhice saudável, com dignidade e liberdade, desenvolvendo a capacidade de escolha e realização de suas atividades de vida diária, pensar e ter olhar crítico sobre o mundo. O objetivo deste trabalho, então, é relatar numa oficina as experiências vivenciadas, e discutir a contribuição da educação em saúde para manutenção da autonomia e independência no envelhecer. Trata-se de um relato de Experiência de caráter extensionista, tendo como cenário a Oficina Saúde no Envelhecer da Universidade Aberta à Terceira Idade, sendo o público-alvo adulto e idoso, participante dos encontros, na faixa etária de 47 a 81 anos, em sua maioria, mulheres. Com a execução dos encontros os idosos foram estimulados a ter um melhor desempenho na realização das atividades de vida diária e, desta forma, preservar sua autonomia e independência, além de sua funcionalidade e bem-estar, essenciais para saúde no envelhecer.

Palavras-chave: Educação em saúde. Autonomia. Independência. Idosos. Uati.

HEALTH EDUCATION FOR AUTONOMY AND INDEPENDENCE IN THE AGING: AN EXPERIENCE REPORT IN THE Uati

Abstract: *The demographic and epidemiological changes of Brazilian population have affirm that the initiatives of health education are fundamental to encourage healthy lifestyles, enabling a better quality of life, autonomy and awareness about the risks and health problems, the fundamental guarantee for the enjoyment a healthy old age with dignity and freedom, developing the ability to choose, and have critical thinking about the world. This is a report of an experience with extension feature, that takes place in the Workshop on Health Aging of the Open University of the Third Age, and has the target audience of adults and seniors meeting participants,*

aged 47-81 years, in his mostly women. The focus of this work, then, is to relate the experiences in this workshop, analyzing the contribution of health education to maintain autonomy and independence in aging. With the execution of meetings, seniors were encouraged to have a better performance on activities of daily living, and thus preserve their autonomy and independence, as well as its functionality and wellness, essential for health in aging.

Keywords: Health education. Autonomy. Independence. Elderly. Uati.

Introdução e objetivos

A população brasileira experimenta um processo de envelhecimento, tendo em vista o aumento da expectativa de vida e redução da mortalidade infantil e, nas idades mais avançadas, atreladas à redução na taxa de fecundidade.

Em 2025, estima-se que entre os dez países do mundo com maior número de idosos, cinco serão países em desenvolvimento, incluindo o Brasil. No ano de 2000, os idosos (maiores de 60 anos) constituíam 9% da população, cerca de 14 milhões de indivíduos, e estima-se que, em 2020, alcançará 32 milhões (COSTA, 2003). Ou seja, o cenário atual é de profundas transformações sociais e com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, estimativas indicam que os seres humanos poderão alcançar de 110 a 120 anos, uma expectativa de vida que corresponderia aos limites biológicos (VERAS, *apud* VERAS, 2004). As principais causas de mortalidade entre idosos são as doenças do aparelho circulatório, respiratório e neoplasias. (COSTA, 2003). Esta conjuntura torna fundamental a discussão acerca da garantia de inserção do idoso na comunidade, bem como o gozo de uma velhice saudável com dignidade e o direito de exercer sua cidadania.

Envelhecer é um processo universal, dinâmico, progressivo, lento e gradual, para o

qual concorre uma multiplicidade de fatores genéticos: biológicos, sociais, ambientais, psicológicos e culturais (ASSIS, 2004). Pode ser definido, também, como declínio generalizado e progressivo da função, resultando numa perda de uma resposta adaptativa ao estresse e ao crescente risco de doença associado à idade (KIRWOOD, *apud* HARGREAVES, 2006), podendo comprometer atividades cotidianas do indivíduo, sendo essencial o discernimento entre o processo natural de envelhecer (senescência) e a ocorrência de patologias comuns nesta faixa etária (senilidade). Assim, a velhice saudável e sem doenças depende, em parte, das escolhas realizadas durante o processo de envelhecimento. Parte significativa das causas de morbidades no idoso é modificável por meio de ações de promoção à saúde e prevenção de riscos e agravos. Apesar das transformações naturais no organismo e da alta prevalência de DCD, a saúde e o bem-estar do idoso estão intimamente relacionados com a manutenção da sua autonomia e independência.

Segundo Moraes (2012), bem-estar e funcionalidade equivalem-se e representam a presença de autonomia e independência, sendo a autonomia, considerada pelo autor, como a capacidade individual de decisão e comando sobre as ações, estabelecendo e seguindo as próprias regras; e a independência como a capacidade de realizar algo com os próprios meios, permitindo que o indivíduo cuide de si e de sua vida. Assim, o conceito de capacidade funcional abrange a capacidade de manter competência, habilidades físicas e mentais para viver de forma autônoma e independente, ou seja, capacidade de realizar as Atividades de Vida Diária (AVD) e Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVD) (FRANK, 2007).

A portaria que instituiu a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa considera que: “o conceito de saúde para o indivíduo idoso se traduz mais pela sua condição de autonomia e independência que pela presença ou ausência de doença orgânica” (BRASIL, 2006). Então,

pode-se inferir que a autonomia e a independência estão ligadas à manutenção do funcionamento integrado e harmonioso da cognição, humor, mobilidade e comunicação.

Então, vale ressaltar que embora a maioria dos idosos apresente algum tipo de doença crônica é possível continuar vivendo com qualidade desde que essas doenças sejam controladas, e a pessoa mantenha sua funcionalidade, podendo ser preservada e aperfeiçoada, por exemplo, com exercícios cotidianos e práticas educativas.

A educação para saúde possibilita aos indivíduos tomar decisões fundamentadas num processo ativo, crítico e transformador a partir da aprendizagem, tendo como intuito construir o conhecimento coletivamente, gerar reflexão e ação transformadoras na sociedade, provocar mudanças no estilo de vida e diminuição do risco de adoecer e morrer (FREIRE, *apud* JARDIM, 2004). As ações de promoção de saúde são direcionadas à saúde, visando autonomia do idoso, democratização do saber, cidadania, responsabilização pela própria saúde, conscientização sobre riscos e a formação de multiplicadores do conhecimento (CARBONE, 2009).

Nestas práticas educativas, o idoso é visto como sujeito do processo de prevenção e cura. Ou seja, o saber em saúde é compartilhado para a construção de maior capacidade de enfrentamento dos problemas de saúde e prevenção de agravos, a partir de adoção de um estilo de vida saudável, sendo que o principal objetivo das medidas preventivas na terceira idade não é reduzir as taxas de mortalidade, mas melhorar a saúde e a qualidade de vida dos idosos, de modo que eles tenham suas atividades menos afetadas por doenças crônicas (VERAS, *apud* JARDIM, 2004). Portanto, promover práticas de educação em saúde para a população idosa é fundamental para garantia do gozo de uma velhice saudável, com dignidade e liberdade, desenvolvendo a capacidade de escolher, pensar e ter olhar crítico sobre o mundo.

Neste contexto de participação crítica e

ativa sobre o mundo e sobre o cuidado a si próprio se inserem as Universidades Abertas à Terceira Idade (Uati). Essas instituições têm como público-alvo - adultos e idosos - que busca se manter informados, ativos e atualizados, oportunizando a existência de espaços multiplicadores de ações interativas, educativas e qualificadas que privilegiem a pessoa idosa em seu processo de envelhecer com dignidade, proporcionando múltiplas atividades educativas, sociais, culturais e afetivas, e incentivem a busca pelo conhecimento, promoção de saúde, pesquisa, lazer e arte, além de possibilitar o conhecimento acerca dos aspectos biopsicossociais do processo de envelhecimento, e como diminuir riscos e agravos à saúde.

Um estudo realizado por Jesus (1998), visando identificar quais fatores levam os idosos participantes da Uati a não se desvincularem após frequentarem três meses, apontou que eles consideram que a Uati os faz renascer ao mudar de vida, dando mais qualidade aos anos vividos, comprovando que representa um lugar de valorização do idoso.

A motivação para este trabalho emergiu a partir da necessidade de propagar as atividades desenvolvidas na *Oficina Saúde no Envelhecer da Uati*, que objetivavam estimular hábitos saudáveis de vida, a partir de práticas educativas, possibilitando melhoria da qualidade de vida, autonomia e sensibilização sobre os riscos e agravos à saúde para favorecer a longevidade saudável e ativa.

As mudanças demográficas e epidemiológicas da população brasileira permitem afirmar que são fundamentais as iniciativas de educação em saúde, bem como a formação do profissional enfermeiro com uma visão ampliada, crítica e reflexiva, para a construção de uma realidade em que haja melhoria das condições de saúde, tendo como princípio básico a educação em saúde para democratização do saber, demonstrando que a implementação de programas e projetos como este é essencial para trocas de experiência entre graduando e idosos.

Desta forma, os objetivos deste trabalho são: relatar as experiências vivenciadas na Oficina Saúde no Envelhecer, da Universidade Aberta à Terceira Idade (Uati); e discutir a contribuição da educação em saúde para manutenção da autonomia e independência no envelhecer.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência de caráter extensionista, tendo como cenário a Oficina Saúde no Envelhecer da Universidade Aberta à Terceira Idade, sendo o público, adultos e idosos, participantes dos encontros, na faixa etária de 47 a 81 anos, em sua maioria mulheres e apresentam hipertensão, diabetes e osteoporose. Totalizaram-se 19 encontros, realizados semanalmente com cada turma, no período de julho a dezembro de 2012, com um total de 25 idosos assíduos.

Tal Oficina tem como objetivo geral promover práticas de educação em saúde para prevenção de riscos e agravos e promoção da saúde, além de contribuir para o entendimento do processo de envelhecimento; possibilitar a criação de estratégias de adaptação às transformações inerentes ao processo de envelhecimento e velhice; criar oportunidades para a troca de experiências, estimular o desenvolvimento cognitivo-intelectual e da memória, a partir da realização de atividades de cunho artístico-culturais; e promover hábitos saudáveis de vida, autocuidado, autonomia e independência.

A Extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade (FÓRUM NACIONAL, *apud* SERRANO, 2006).

A Extensão pode ainda ser vista como uma via de mão dupla, em que haverá troca de conhecimento entre o saber científico (acadêmico) e o empírico (popular), e consequente produção de conhecimento como resultado das reflexões e

dos “confrontos” com a realidade, possibilitando a democratização do conhecimento acadêmico e participação da comunidade na universidade.

Desta forma, este trabalho tem um caráter extensionista por proporcionar o compartilhamento/trocas de saberes entre a comunidade e a universidade visando à promoção da saúde e a busca da autonomia do idoso, assegurando uma relação horizontal e um processo dialético e problematizador, em que os atores envolvidos na proposta (bolsista e idosos), construtores do conhecimento, podem gerar mudanças na realidade social a partir da visão ampla e integral da mesma.

FIGURA 1 – Realizando atividade de colagem com a pirâmide alimentar



Fonte: Amanda Maria, 2013.

A metodologia desta oficina consistiu na abordagem construtivista propondo reflexão crítica de todos os envolvidos no processo aprendizagem a partir de experiências e conhecimentos prévios e crenças.

Foram abordadas temáticas relacionadas ao cuidado à saúde ao envelhecer, aspectos socioculturais e emocionais, inerentes à terceira idade, reflexões e discussões acerca das

experiências vivenciadas e das situações expostas, favorecendo adaptações necessárias ao cotidiano, preservando a autonomia, a independência e a autoestima do idoso. Para isso, foi necessário o diagnóstico das necessidades do público-alvo (idosos), a partir da análise das fichas de inscrição na oficina e do levantamento de temas de interesse a serem abordados nas reuniões/oficinas.

Começando com uma dinâmica, questionamos quais dúvidas e temáticas os idosos gostariam que abordássemos, e quais as problemáticas mais frequentes em seu cotidiano. Os temas mais citados foram: hipertensão, diabetes, hipercolesterolemia (colesterol alto), osteoporose.

A partir disso, desenvolvemos inúmeras dinâmicas: jogos educativos/interativos, atividades individuais e em grupo, artísticas e culturais, exposição de vídeos, *slides* e leituras reflexivas para melhor socialização de experiências. Estimulamos, também, o aprendizado da temática e trocas de experiências, além de fomentar a participação no grupo e habilidades cognitivas, artísticas e intelectuais, que garantem uma maior efetividade da educação em saúde, proporcionando também melhores práticas de autocuidado, manutenção da autonomia e independência.

FIGURA 2 – Idosos com atividades para melhoria da cognição



Fonte: Amanda Maria, 2013.

Didaticamente, cada encontro seguiu uma

linha de trabalho com:

- Acolhimento (dinâmicas de apresentação e interação e/ou técnica de relaxamento).
- Recapitulação da aula anterior, objetivando estimular a memória.
- Educação em saúde com discussão interativa/participativa, através de vídeo, texto, *slide*.
- Socialização de experiências.
- Dinâmica/jogos.
- Encerramento com “bate e volta”: consiste em o idoso resumir em uma palavra ou frase a importância da temática para seu cotidiano ou uma aprendizagem do dia.

FIGURA 3 – Jogo de tabuleiro abordando a AIDS e a hepatite



Fonte: Amanda Maria, 2013.

Dentre as temáticas desenvolvidas na oficina destacam-se: nutrição e hidratação; hipertensão arterial: a prevenção é o caminho; doença de Alzheimer: conhecendo para não se esquecer de cuidar-se; reflexões sobre o significado de envelhecimentos saudável/ser idoso e suas representações sociais; autoestima e importância para o envelhecimento saudável, trabalhando o autoconhecimento e relações interpessoais; medicamentos e uso racional; envelhecimento fisiológico do sistema músculo-esquelético/osteoporose/prevenção de quedas; diabetes Mellitus e pré-diabético: prevenção e tratamento; envelhecimento fisiológico do sistema Geniturinário/Incontinências e câncer de próstata; conhecendo as Hepatites

virais/ IST's/ AIDS; sexualidade na terceira idade: implicações fisiológicas e psicossociais; arteterapia e trabalhos manuais para desenvolvimento cognitivo. Além disso, durante os quatro encontros, desenvolvemos a II Gincana da Memória, quando se realizaram inúmeros exercícios e jogos de memória, envolvendo outros aspectos artístico-culturais.

Análise e discussão dos resultados

A partir das dinâmicas, jogos, atividades artístico-culturais, discussões e reflexões, a oficina possibilitou o compartilhamento de saberes e práticas relacionados ao processo de envelhecimento, qualidade de vida, e saúde; oportunizou um amplo espaço para trocas de experiências sobre diversas temáticas, além de estimular a melhor participação social do idoso e seu desenvolvimento cognitivo-intelectual e da memória.

Tais ações geraram uma produção de conhecimento, resultado da reflexão conjunta entre idosos, bolsista e voluntária, que, efetivamente, modificaram hábitos de vida, concepções de saúde/doença, e incorporação de novas práticas de autocuidado. Ou seja, as ações educativas da oficina contribuíram para democratização do saber e promover mudanças nos hábitos, gerando melhoria na qualidade de vida.

Estas mudanças puderam ser observadas através dos relatos dos idosos sobre suas práticas de autocuidado, como a inserção da prática de atividade física em seu cotidiano, boas práticas de higiene, uso correto e racional de medicamentos, alimentação balanceada, ingestão adequada de água, melhor consciência da necessidade de prevenção de doenças como câncer de mama/próstata, AIDS, hepatite, e realização de exercícios para contínua estimulação cognitiva e da memória.

Isto demonstra, como acreditam Celich e Bordin (2008), que um dos caminhos para contribuir para que os idosos venham a se cuidar e

direcionar positivamente a sua vida, preservando a autonomia e mantendo sua independência no maior grau possível, é o enfoque na educação para o autocuidado.

Durante estas práticas educativas, buscamos, também, esclarecer sobre o processo de envelhecimento, possibilitando a criação de estratégias de adaptação às transformações inerentes ao mesmo. Em cada encontro, trazíamos quais as modificações ocorridas no indivíduo, e o que poderíamos fazer para minimizar as alterações provocadas pelo processo de envelhecimento e as adaptações importantes a essas transformações. Um exemplo disto aconteceu em um dos encontros sobre envelhecimento ósseo e muscular, quando se discutiram as alterações ocorridas com o envelhecimento, o que fazer para prevenir osteoporose (agravo frequente nesta faixa etária devido às transformações do envelhecimento) e adaptações necessárias no ambiente domiciliar e externo para prevenção de quedas (grande morbi-mortalidade, neste público). Essa abordagem foi significativa, pois, como aponta Fabrício (2004), 54% das quedas em idosos no Brasil apresentaram como causa o ambiente inadequado. Então, conhecer como adaptar o ambiente as suas limitações, propicia diminuição na ocorrência de quedas e manutenção da autonomia e independência do idoso.

Sendo assim, o próprio idoso é sujeito do processo de prevenção de doenças, diminuição de agravos e agente multiplicador do conhecimento, visto que propaga estas informações compartilhadas na oficina para todos de seu vínculo.

Com o envelhecimento, há um lentificação global do funcionamento do corpo capaz de trazer limitações para a realização de algumas atividades de vida diária (AVD), podendo gerar diminuição da sua capacidade funcional. Entretanto se pode dizer que os idosos, participantes da *Oficina Saúde no Envelhecer*, na Universidade Aberta à Terceira Idade, têm maiores chances de manter sua capacidade de decisão (autonomia) e funcionalidade.

Pode-se afirmar, por fim, que com a execução destas atividades, os idosos foram estimulados a ter um melhor desempenho na realização das atividades de vida diária, e desta forma, preservar sua autonomia e independência, além de sua funcionalidade e bem-estar, essenciais para saúde no envelhecer.

Considerações finais

A importância de a *Oficina Saúde no Envelhecer na Uati*, para o cotidiano dos idosos, é essencial para trocas de experiências, construção de novas relações de amizade, aprimoramento do conhecimento sobre a saúde para mudança de hábitos inadequados, além de melhorar a autoestima, e estimular a memória. Os maiores impactos das nossas ações foram as mudanças nas práticas de autocuidado e melhoria na qualidade de vida dos idosos.

As ações desenvolvidas na Oficina Saúde no Envelhecer contribuíram para formação acadêmica da bolsista pautada na ética, no respeito à individualidade do idoso, e uma visão ampliada, crítica e reflexiva acerca das temáticas vinculadas à gerontologia.

As relações estabelecidas na Extensão proporcionam aos participantes um maior compartilhamento de saberes, problematização da realidade e, enfim, maiores mudanças na realidade, individual ou coletivamente como elemento fundamental a educação em saúde.

Referências

ASSIS, Mônica de. **Promoção da saúde e envelhecimento**: avaliação de uma experiência no ambulatório do Núcleo de Atenção ao Idoso da UnATI/ UERJ. (Tese de Doutorado em Saúde Pública) Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz- Fiocruz. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Portaria n.º 2.528, de 19 de outubro de 2006. Aprova a política nacional de saúde da pessoa idosa. **Ministério da Saúde**. Gabinete do Ministro, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-2528.htm>>. Acesso em: maio 2012.

CELICH, Kátia Lilina Sedrez. BORDIN, Alexandra. Educar para o autocuidado na terceira idade: uma proposta lúdica. **Revista Brasileira CEH**, Passo Fundo, v. 5, n. 1, p.119-129, jan.-jun. 2008.

CARBONE, Maria Herminda. Educação em Saúde. In: _____. **Saúde da família**: uma abordagem multidisciplinar. 2. ed. Rio de Janeiro: Rubi., 2009.

COSTA, Maria Fernanda Lima. Epidemiologia do envelhecimento. ROUQUAYROL, Maria Zélia; FILHO, Naomar de Almeida. In: **Epidemiologia e saúde**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

FRANK, S. et al. Avaliação da capacidade funcional: repensando a assistência ao idoso na Saúde Comunitária. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 11, p. 123-134, 2007. Semestral.

HARGREAVES, Luiz Henrique Horta. **Geriatria**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2006.

JARDIM, Danúbia Mariane Barbosa et al. Uma proposta de trabalho em educação para a saúde com os idosos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: s.n., 2004.

JESUS, Márcia Regina Ferreira de. **O papel da Uati na vida dos idosos que a freqüentam:** motivos que levam os idosos a não se desvincular da Uati. 1998. 18f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 1998.

MEDEIROS, Fabíola de A. L. **Cuidar de idosos:** reflexões na formação do Enfermeiro no contexto da sistematização da assistência de enfermagem. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.abeneventos.com.br/10sinaden/anais/files/0131.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2012.

MORAES, Edgar N. de. **Atenção à saúde do idoso:** aspectos conceituais. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012.

MOTTA, Luciana Branco da; AGUIAR, Adriana Cavalcanti de. Novas competências profissionais em saúde e o envelhecimento populacional brasileiro: integralidade, interdisciplinaridade e intersetorialidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 363-372, 2007.

RAMOS, Luzi Roberto. Fatores determinantes do envelhecimento saudável em idosos residentes em centro urbano: Projeto Epidoso, São Paulo. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 793-798, maio-jun. 2003.

SERRANO, Rossana M. S. M. **Conceitos de extensão universitária:** um diálogo com Paulo Freire. João Pessoa, 2006. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/.../conceitos_de_extensao_universitaria.pdf>. Acesso em: 22 maio 2012.

VERAS, Renato Peixoto; CALDAS, Célia Pereira. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 423-432, abr.-jun. 2004.

AÇÕES DE EXTENSÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA: O NÚCLEO LAHIGE/UESC

Anna Lúcia Côgo

Resumo: O objetivo deste relato é expor e analisar o leque de experiências extensionistas resultantes das ações desenvolvidas pelo Núcleo Lahige/Uesc no último triênio, enfatizando a sua atuação na área do ensino de história, e procurando também avaliar a trajetória do Núcleo desde a sua criação. Para tanto, dividimos o texto em três tópicos, abordando momentos distintos da história do Lahige: inicialmente, apresentamos o contexto histórico e institucional que permeou a concepção do projeto, bem como os momentos iniciais da constituição deste enquanto ação permanente de extensão na Uesc; em seguida, descrevemos e analisamos atividades extensionistas do Lahige na área do Ensino de História, no decorso da década de 2000; e, finalmente, levantamos questões que influenciaram o perfil assumido pelo Núcleo no último triênio. No corpo do texto procuramos ainda inserir aspectos gerais das concepções de extensão e de ensino de história que nortearam a atuação do Lahige na extensão universitária da Uesc, com vistas a motivar propostas de extensão na área.

Palavras-chave: História. Ensino. Extensão. Lahige/Uesc.

SHARES OF EXTENSION IN TEACHING HISTORY: THE CORE LAHIGE/UESC

Abstract: *This report's objective is to present and analyze the resulting experiences extension range from the actions taken by Lahige/Uesc Center on the last three years, emphasizing its role in Teaching History. It also seeks to evaluate the Center's trajectory since its conception. Therefore, this text contains three topics addressing different moments of Lahige's history. Initially, it is draw a background overview of Lahige's creation, as well as the beginning of its constitution as a Uesc's permanent extension project. The second topic describes and analyses Lahige's main activities in Teaching History on the course of 2000 decade. Finally, it is pointed out issues that had influence on the profile assumed by the Center on the last three years. The report as whole, presents general aspects of Teaching History concepts used by Lahige as a Uesc's extension project, seeking to encourage new reports and assessments on this education field.*

Keywords: *History. Teaching. Extension. Lahige/Uesc.*

Introdução e objetivos

É no tripé "ensino-pesquisa-extensão" que se assenta a estrutura acadêmica das universidades públicas, no Brasil, nas quais essas três áreas devem ser tratadas igualmente. Contudo não é o que se nota nas diretrizes políticas e acadêmicas das instituições de ensino superior, onde o maior fluxo de investimento e incentivos geralmente se destina ao ensino e à pesquisa, em detrimento das verbas aplicadas na extensão universitária. A sacralização deste perfil universitário resultou de um longo processo que marcou a estruturação das IES no país, no bojo do qual foi se cristalizando uma mentalidade acadêmica impregnada de preconceitos estranhos e de "condutas equivocadas", em relação à "extensão", cujo efeito mais perverso foi o de distorcer a "função social" que norteia os objetivos de atuação das IES.

Portanto, acreditamos que é no "plano da extensão universitária", voltada para as questões socioculturais e regionais latentes, onde se percebe mais concretamente o retorno dos investimentos feitos no ensino e na pesquisa, proporcionando, desta forma, maior transparência e legitimidade aos recursos públicos destinados às IES.

Tais reflexões, acerca das concepções de "universidade" e de "extensão", perpassam a concepção do Projeto Lahige e toda sua atuação extensionista até então, conforme destacaremos neste relato, onde focamos as experiências do Núcleo na extensão universitária, sobretudo, na área do ensino de História, avaliando suas ações desde o princípio, para melhor caracterizar o seu perfil na atualidade.

Para tanto, estruturamos o texto em três tópicos, abordando distintas fases da atuação do Lahige, no qual analisamos, inicialmente, o contexto histórico e institucional de criação do projeto e a sua consolidação enquanto ação continuada de extensão; em seguida, descrevemos parte das ações de extensão, realizadas pelo Núcleo, na área do ensino de História, na década de 2000; e, finalmente, caracterizamos o perfil extensionista do Lahige no triênio 2010-2012.

Também procuramos inserir, no texto, determinados aspectos das concepções de extensão universitária e de ensino de História, que nortearam as ações do Lahige nesses seus 15 anos de atuação extensionista na Uesc, com vistas a motivar novas propostas e projetos de extensão neste campo específico.

O contexto histórico e institucional das origens do Lahige na Uesc

O decurso do ano de 1997 foi particularmente frutífero, no que tange às inovações introduzidas no quadro das Licenciaturas da Uesc, sobretudo no Curso de Estudos Sociais (com habilitações em História e Geografia), cuja "extinção tardia" deu lugar à criação de dois novos Cursos de Licenciatura: História e Geografia. Foi no bojo desta fase transitória de mudanças que o Projeto LAHIGE foi iniciado.

Na ocasião, a ideia da criação do Laboratório do Ensino de História e Geografia (Lahige), além de inovadora, foi uma alternativa plausível de se adequar o antigo Centro de Estudos Sociais (espaço tradicional de apoio acadêmico àquele Curso) às diretrizes curriculares das duas recém-criadas licenciaturas. Este intento, além de contemplar propostas ligadas às metodologias e práticas do ensino de História e Geografia, atribuía um novo sentido para a manutenção do espaço daquele "Centro" como referência acadêmica e de apoio aos Cursos de História e Geografia/Uesc.

Concebido como Laboratório de Ensino-Aprendizagem interdisciplinar, com ações voltadas para as metodologias e práticas do ensino de História e de Geografia, o Lahige, desde o início, passou a acolher demandas das escolas públicas e, nesta dinâmica, foi se configurando como um projeto de extensão permanente da Uesc. Assim, no evoluir dos tempos, na medida em que as solicitações chegavam ao Núcleo, sua equipe passou a coordenar e a apoiar diversas atividades correlatas ao eixo central da sua atuação na extensão universitária sem,

contudo, descuidar dos objetivos que, *a priori*, motivaram a sua criação.

Antes de empreender qualquer atividade extensionista, na área do ensino de História, junto à comunidade escolar regional, o Lahige promoveu vários encontros com grupos de docentes, atuantes no Ensino Fundamental das escolas públicas, visando o levantamento de questões e de demandas existentes neste campo específico. Nas reuniões realizadas para tais fins, destacou-se a falta de motivação e de empenho dos professores do Ensino Fundamental em trabalhar com temáticas referentes à história local/regional em suas aulas, cujo maior empecilho, segundo os professores, dizia respeito à escassez de materiais didáticos sobre esses temas.

A partir dessas constatações iniciais, o Lahige realizou uma pesquisa sobre o ensino de História nas escolas públicas regionais no entorno da Uesc, abarcando um universo significativo de docentes das séries iniciais do ensino fundamental, os quais, prontamente, responderam ao questionário aplicado pela equipe do Núcleo, contendo diversas questões sobre as metodologias e as práticas do ensino de História.

A amostragem da pesquisa reuniu um total de 56 questionários, cuja maioria abarcou docentes das escolas públicas, em várias cidades, no entorno da Uesc: Itabuna (10 escolas); Ilhéus (14 escolas); Buerarema (11 escolas); São José da Vitória (13 escolas); Floresta Azul (4 escolas); e Itapé (4 escolas). Neste universo, foram contempladas unidades escolares da rede municipal (21), da rede estadual (33) e, em menor escala da rede privada/particular (2).

A análise dos dados obtidos na pesquisa trouxe à tona uma série de situações relativas às práticas do ensino de história nas séries iniciais, além de corroborar a questão da falta de materiais didáticos sobre a história local/regional como obstáculo ao ensino desses temas – situação esta já mencionada pelos docentes nos encontros de sondagem, previamente, realizados no Lahige.

Desta primeira empreitada junto à comu-

nidade escolar regional, e com vistas a embasar uma atuação extensionista coerente no ensino da história local/regional, resultou na produção de um *Kit Didático* sobre temas da história regional, divulgado e distribuído em diversas escolas públicas do eixo Ilhéus-Itabuna, sendo que parte dos resultados da pesquisa sobre o ensino de História, realizada nas escolas, foi reunida em um artigo para ser apresentado em evento de âmbito nacional, em Curitiba, Paraná, no ano de 1999.

Ressaltamos, ainda, que essas ações iniciais do Lahige foram concomitantes à edição, pelo MEC, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental, em 1997, nos quais o tema da história local é recomendado como componente essencial ao processo de formação das identidades e da cidadania. É oportuno relembrar que a edição dos PCNs, na época, causou grande alvoroço entre os docentes nas escolas do Ensino Fundamental que, surpreendidos com o novo *pacote* educacional, ficaram sem saber exatamente como inseri-lo em suas aulas.

Nesta perspectiva, e após entendimentos mantidos nas escolas públicas do eixo Ilhéus-Itabuna, o Lahige propôs o desenvolvimento de ações extensionistas direcionadas para os docentes do Ensino Fundamental dessas escolas, nas quais foram realizadas oficinas de estudo e análise dos PCNs de História, com foco na proposta de transversalidade dos temas, no processo de ensino-aprendizagem, e procurando vislumbrar caminhos da inserção dos PCNs nesta realidade educacional específica.

Não podemos deixar de mencionar, na atuação do Lahige, nos anos finais da década de 1990, o sucesso alcançado pela *Oficina Cinema & História*, através da qual foram promovidos vários eventos, todos com ótima aceitação junto ao público universitário, já que, em sua maioria, foi registrada uma expressiva participação. No mesmo período, também foram relevantes os apoios e suportes que a equipe do Núcleo forneceu para a realização dos Ciclos de Estudos Históricos da Uesc, sobretudo no triênio 1997-

1999, em cujas programações foram incluídas diversas atividades relativas às metodologias e às práticas do ensino de História.

Portanto, com referência ao conjunto de experiências e resultados obtidos nesta primeira etapa de atuação do Lahige, na extensão universitária da Uesc, o Núcleo pautou suas atividades extensionistas em três linhas de ação, a saber:

(1^a) *Produção de Materiais Didáticos* – a experiência na produção do *Kit Didático* (vídeo documentário *Rio do Engenho* + livro paradidático *Viagem ao Engenho de Santana*) embasou a ideia de continuar produzindo novos materiais didáticos sobre temas regionais, visando suprir lacunas nas práticas do ensino de História e Geografia.

(2^a) *Promoção de eventos no campo do ensino de História e de Geografia* – devido ao aumento na demanda por atividades de extensão nas áreas de História e de Geografia, procurou-se manter uma relativa oferta semestral de ações extensionistas de curta duração, tais como oficinas, minicursos, seminários, dentre outras, com ênfase nas metodologias e práticas do ensino nessas duas áreas do conhecimento.

(3^a) *Apoio logístico/acadêmico às práticas de ensino nos Estágios Supervisionados* – tendo em vista os objetivos iniciais da criação do Lahige, enquanto espaço de referência às atividades práticas dos Estágios Supervisionados das Licenciaturas em História e em Geografia, tanto a logística quanto o acervo e os equipamentos do Núcleo foram amplamente disponibilizados para tais fins.

Do exposto, avaliamos como muito produtiva esta fase inicial do Lahige, na extensão universitária da Uesc, sobretudo pelos retornos/resultados obtidos nas atividades promovidas que, no conjunto, fortaleceram o processo de reconhecimento do projeto no âmbito institucional e também regional. Além disto, essas primeiras experiências contribuíram para fundamentar e definir, com mais precisão, a tipologia das linhas de ação que envolveu grande

parte da atuação do Núcleo na Uesc.

Neste sentido, o Projeto Lahige foi atualizado no ano 2000, passando a englobar quatro linhas de atuação extensionista: ação continuada de *Formação de Professores*; ação logística de *Prática de Ensino*; ação de *Pesquisa e Produção de Materiais Didáticos*; e, ação de *Difusão Cultural*. A definição dessas linhas considerou a constituição do Lahige como espaço interdepartamental, que discute possíveis soluções para as questões de ensino e aprendizagem nas disciplinas de História e Geografia, sempre no intuito de ampliar o desempenho de alunos e professores ligados à educação básica.

Assim, dentre as ações do Núcleo muitas se referem à formação do professor (cursos, palestras, oficinas e *workshops*), com vistas a perceber caminhos para o ensino em História e em Geografia. Nesta direção, a equipe busca possibilidades para a concretização do ensino como pesquisa em História e Geografia, procurando ainda estabelecer canais de interlocução entre os conhecimentos específicos dessas duas áreas com os conhecimentos provenientes das Ciências da Educação, visando a superação da dicotomia entre esses campos do conhecimento.

Ações extensionistas do Lahige na área de História na década de 2000

Em linhas gerais, no decorrer desta década, o Lahige congregou um número significativo de eventos extensionistas voltados para os objetivos das suas linhas de ação, sendo boa parte destes realizados nas dependências da universidade e outros em espaços externos da comunidade regional, geralmente nas escolas públicas. Contudo não detalharemos todo esse conjunto de ações, mas somente aquelas relativas à área de História e em dois momentos específicos, ou seja, nos anos iniciais e também nos anos finais da década de 2000.

Na transição do século XX para o XXI, particularmente no ano 2000, por ocasião das

Comemorações dos 500 anos do Brasil, o Lahige contribuiu ativamente na preparação e realização de eventos desta natureza, promovidos pela Uesc, na *Costa do Descobrimento*, sobretudo em Ilhéus e Porto Seguro. O papel de destaque dos conhecimentos históricos nessas comemorações e o fato de o Lahige lidar com temáticas afins e se constituir em um Projeto de Extensão *permanente*, contribuíram para a inserção de docentes da sua equipe na *Comissão dos 500 anos*, criada pela Reitoria para tratar de questões referentes ao assunto.

Além disto, nos anos iniciais da década de 2000, o Núcleo coordenou diversas atividades e eventos de extensão de curta duração, tais como oficinas, minicursos, palestras e seminários, todos voltados para as temáticas relativas ao ensino de História e de Geografia. Dentre essas ações, foi de grande relevância o Seminário de Estágio Supervisionado em História, promovido em 2002, no qual graduandos matriculados nas disciplinas de estágio ministraram oficinas para várias turmas de alunos do Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas, conduzidos pelos docentes das escolas às dependências da Uesc para esses fins.

Já na segunda metade da década de 2000, mais exatamente a partir de 2007, o Lahige iniciou uma parceria com a UNEB de Eunápolis, com vistas a promover *Seminários de Metodologia do Ensino de História* de âmbito regional (sul da Bahia), sendo que o primeiro desses seminários foi realizado em dezembro de 2007, nas dependências do *Campus XVIII* da UNEB de Eunápolis. Nele participaram graduandos do Curso de História daquele *campus* e também um expressivo número de estudantes do Curso de História da Uesc, sobretudo os "formandos" que, sob a orientação de docentes dos Estágios Supervisionados/Uesc, ministraram várias oficinas no evento, onde puderam aplicar conhecimentos adquiridos na graduação em História, demonstrando segurança e domínio na prática docente nesta disciplina.

A parceria Uesc/Uneb, na realização desse seminário, na área do Ensino de História, apresentou excelentes resultados, sobretudo no que tange às vivências e aos intercâmbios de conhecimentos e experiências entre docentes e discentes dos dois Cursos de História, além do rico aprendizado oportunizado para todos os participantes.

Assim, no ano de 2008, novamente em parceria com a UNEB de Eunápolis, o Núcleo Lahige realizou o II Seminário de Metodologia do Ensino de História, desta feita nas dependências da Uesc, em Ilhéus. O evento contou com a participação de estudantes e docentes da UNEB de Eunápolis e, principalmente, os do Curso de História da Uesc, registrando também uma significativa presença de professores do Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas regionais – e, dentre estes, um grupo de *egressos* do Curso de História da Uesc, convidados para um *workshop*, no qual forneceram ricos depoimentos acerca das suas trajetórias na graduação e das suas experiências com a docência em História, no Ensino Fundamental e Médio.

Conforme avaliação dos participantes, o "Seminário" foi extremamente proveitoso, cujo resultado positivo contou com a relevante contribuição de docentes e discentes do Curso de História da UNEB/Eunápolis, que abrilhantaram o evento com suas múltiplas intervenções, ora realizando palestras e participando de mesas redondas, ora interagindo ativamente nas demais atividades da programação.

Contudo a promissora parceria do Lahige com a UNEB, na realização desses eventos, não teve continuidade nos anos posteriores, posto que os docentes do Curso de História da UNEB de Eunápolis, envolvidos na proposta de realização dos seminários, migraram para outras IES baianas, situadas em regiões distantes.

Não obstante, no biênio 2009-2010, e nesta mesma linha de ação, o Lahige promoveu *Seminários de Estágio Supervisionado em História*, de âmbito institucional e local que, apesar

de não ter a mesma abrangência dos seminários anteriores, se constituíram em verdadeiros *fóruns* de discussão de temas e experiências no campo das metodologias e práticas do ensino da História, com foco na realidade regional.

O perfil extensionista do Núcleo Lahige no último triênio (2010-2012)

Em meio a conjunturas financeiras desfavoráveis, que caracterizaram o triênio 2010-2012, no qual se verificou uma política governamental de contenção de gastos nas IES estaduais baianas, os projetos de extensão da Uesc, tanto permanentes quanto temporários, tiveram que se adaptar a tais circunstâncias. A

exiguidade das verbas destinadas à extensão teve o efeito de gerar disputa entre as áreas de conhecimento nos Departamentos, onde cada qual procurava garantir seu "quinhão" em meio aos poucos recursos, com vistas à realização das suas ações de extensão.

Neste contexto adverso, a terceira fase de atuação do Lahige, na Extensão/Uesc, se configurou como um verdadeiro "ato de heroísmo" da sua equipe, que conseguiu reunir esforços no sentido de manter a regularidade na oferta de eventos extensionistas no campo do ensino de História e Geografia. Assim, apesar das limitações impostas, o Núcleo realizou várias atividades no evolver deste triênio, tanto junto à comunidade escolar regional quanto no âmbito institucional interno.

QUADRO 1 – Atividades do lahige na área de história no ano de 2010/ 2º semestre

Tipo de evento e/ou atividade extensionista	Ministrante/ Coordenação	Carga Horária	Nº de Vagas/ Público alvo	Período / Local
Oficina A <i>Brasil escravista e manumissões no século XIX</i> (Turma 1/ Matutino)	Professora Msc. Maria do Carmo Oliveira Russo (Doutoranda em História Social/USP)	4 h/a	30 vagas – alunos do 3º sem. matutino do Curso de História/Uesc	14/9/2010 Sala de reuniões do DFCH
Oficina B <i>Brasil escravista e manumissões no século XIX</i> (Turma 02/ Noturno)	Professora Msc. Maria do Carmo Oliveira Russo (Doutoranda em História Social/USP)	4 h/a	30 vagas – alunos do 3º sem. noturno do Curso de História/Uesc	14/9/2010 Sala de Multimeios / Biblioteca
Palestra <i>Academia dos Renascidos (1759): o discurso histórico na Bahia Setecentista</i>	Professor Msc. Bruno Casseb Pessoti (DFCH/Uesc)	2 h/a	70 vagas - professores e alunos de História	Auditório do Juizado Modelo
Minicurso <i>Metodologia do ensino de História da África</i>	Professor Msc. Aldiéris Caprini (Faculdades São Camilo/Vitória-ES)	10 h/a	30 vagas – docentes e discentes de História	4 a 5 de out. 2010 Multimeios / Biblioteca

(Continua)

Tipo de evento e/ou atividade extensionista	Ministrante/ Coordenação	Carga Horária	Nº de Vagas/ Público alvo	Período / Local
Oficina <i>Cinema & ensino de História: perspectivas e abordagens</i>	Professor Msc. Bruno Casseb Pessoti (DFCH/Uesc)	4 h/a	30 vagas – docentes e discentes de História	27/10/2010 Sala de reuniões do DFCH
Seminário <i>Metodologia e prática do ensino de História nos estágios supervisionados do curso de História</i>	Coordenação: Professora Dra. Anna Lúcia Côgo (DFCH/Uesc)	15 h/a	120 vagas – graduandos em história e alunos do Ensino Fundamental	16 a 20 de nov. 2010 Escolas de Ilhéus e Itabuna

Fonte: Anna Lúcia Côgo, 2010.

Tal proeza na realização dessas atividades foi possibilitada pelos arranjos criativos da equipe do Núcleo, visando a garantia de um patamar básico das suas ações extensionistas. Neste sentido, o Lahige pode contar com contribuições voluntárias de docentes da Uesc e de instituições externas, na promoção de atividades acadêmicas relevantes, tais como oficinas, minicursos, palestras e outros, nas quais foi ínfimo o montante dos recursos institucionais investidos.

É oportuno mencionar que parte dessas atividades procurou contemplar a Lei n. 11.645/08, referente à obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da *História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*. Nesta iniciativa, se incluiu a oficina *Brasil escravista e manumissões no século XIX* e, também, o minicurso *Metodologia do Ensino de História da África*, ambas as atividades ministradas por docentes de outras instituições e, praticamente, sem ônus para a Uesc (QUADRO 1).

As temáticas relativas à História Indígena figuraram no conjunto das ações extensionistas do Núcleo, através do apoio dado à realização dos *Seminários de História Indígena* promovidos na Uesc. Além disto, o crescimento de pesquisas e estudos monográficos sobre a História Indígena motivou a criação pelo Núcleo, em 2012, do Grupo de Estudos *História Indígena*

no Sul da Bahia, reunindo docentes e discentes do Curso de História/Uesc, com vistas a promover o intercâmbio entre pesquisadores, vislumbrando a possibilidade de produzir materiais didáticos sobre a história indígena do sul da Bahia para subsidiar as práticas de ensino sobre a temática.

A dinâmica estabelecida, na ação logística de *Prática de Ensino* nos estágios supervisionados de História e Geografia, teve grande destaque no conjunto das atividades de extensão do Lahige neste último triênio, quando esta linha de ação se firmou como importante vetor da atuação do Núcleo, pois, através da mesma, vários eventos de extensão foram promovidos, graças ao empenho de docentes e discentes das disciplinas de estágio, que planejaram e realizaram um amplo leque de atividades extensionistas nas escolas públicas e nas dependências da Uesc, tais como seminários, oficinas e minicursos sobre temas trabalhados nos estágios.

No âmbito da ação de Difusão Cultural, o Lahige também promoveu eventos abarcando diferentes temas – conforme se lê no QUADRO 2 que reúne as atividades do Núcleo, na área de História, em 2012 –, onde se destacou a realização de um *workshop* com as marisqueiras de Ilhéus, cujas narrativas das histórias de vida e do trabalho na pesca artesanal sensibilizou e emocionou a todos presentes no evento.

Quadro 2 – Atividades do lahige na área de história no ano de 2012

Tipo de evento e/ou atividade extensionista	Ministrante/ Coordenação	Carga Horária	N.º de Vagas/ Público alvo	Período / Local
Workshop <i>Sustentabilidade nas tradições da pesca artesanal: narrativas das marisqueiras de Ilhéus</i>	Prof. Dr. Luis Henrique Blume (DFCH/Uesc) e Grupo de Marisqueiras de Ilhéus	3 h/a	100 vagas / estudantes de História e demais interessados	24/5/2012, Auditório do 5º andar da Torre
Oficina <i>História e música</i>	Prof. Dr. Robson Norberto Dantas (DFCH/Uesc) e Mary Lucy S. Lima (Graduada em Filosofia/Uesc)	4 h/a	25 vagas / estudantes e professores de História	27/6/2012, Sala de Reuniões do DFCH
Minicurso <i>Arquivo Histórico Ultramarino: fontes e pesquisas sobre o período colonial</i>	Professora Msc. Terezinha Marcis (DFCH/Uesc)	20h/a	15 vagas / estudantes e professores de História com pesquisas na área	27 a 28 de jun. 2012, Laboratório de Informática de História
Oficina <i>Prática em pesquisa histórica: treinamento em leitura paleográfica de fontes manuscritas do Século XIX (1801-1850)</i>	Prof. Márcio Xavier Correa (Msc. História – Universidade Federal de Juiz de Fora/ UFJF)	8 h/a	14 vagas / estudantes de História em fase inicial de pesquisa	2 a 3 jul. 2012 Sala de Multiuso do Lahige
Oficina <i>História Oral: interpretando criticamente as fontes orais</i>	Prof. Dr. Luís Henrique Blume (DFCH/Uesc)	30 h/a	30 vagas / estudantes de História	23/10/2012 a 18/12/2012
Oficina <i>Representações e imagens do índio e do negro: construindo novas leituras e olhares</i>	Professora Msc. Isabel M ^a de Jesus Pacheco (DFCH/Uesc)	8 h/a	35 vagas / estudantes e professores de História	13 a 14 de nov. 2012, Sala de Reuniões do DFCH

Fonte: Anna Lúcia Côgo, 2012.

Conforme se observa no QUADRO 2, as ações de "difusão cultural" do Núcleo abrangem temas variados e são organizadas semestralmente, a depender das solicitações feitas ao Lahige da disponibilidade de ministrantes para as mesmas. Neste sentido, em 2012, registrou-se uma grande demanda por atividades no campo da pesquisa em História – a exemplo do minicurso *Arquivo Histórico Ultramarino*, da oficina de *História Oral* e da oficina de *Leitura Paleográfica*, realizados no período.

Assim, o Lahige procurou exercitar a Extensão Universitária enquanto um processo educativo com desenvolvimento de atividades culturais, artísticas, educacionais e científicas, que promove a integração da universidade com a sociedade. Tal integração possibilita reciprocidade de relações, reconhecendo, em ambas, possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento do saber popular e científico.

Considerações finais

Neste relato de experiência, colocamos em evidência a trajetória do Lahige na extensão universitária da Uesc, com foco privilegiado no desenvolvimento das ações, promovidas no campo do Ensino de História, procurando demonstrar que, no evoluir de 15 anos atuando nesta área, o Núcleo reuniu um vasto repertório de experiências, resultantes das atividades realizadas desde a sua criação em 1997. Nesta perspectiva, destacamos o quadro institucional das origens do projeto e as situações que, *a posteriori*, conformaram a sua atuação extensionista na Uesc.

O Lahige acumulou importantes experiências na pesquisa e na produção de materiais didáticos, haja vista o vídeo documentário *Rio do Engenho* e o livro paradidático *Viagem ao Engenho de Santana*, publicado em 2000, além da cartilha *Iniciação à Linguagem Geográfica*, publicada em 1999, ambos pela Editus/Uesc.

Mesmo com os contratempos e obstáculos

que marcaram o desenvolvimento das atividades e ações empreendidas pelo Lahige, ao longo da sua atuação, o projeto, em essência, pode ser considerado como "um oásis em meio ao deserto", já que, até então, não havia proposta extensionista com este perfil na instituição.

Não obstante muito mais poderia ter sido feito se o Núcleo pudesse, desde o início, contar com uma melhor estrutura física/material e também com um maior número de docentes dos Cursos de Geografia e História, comprometidos com os projetos e objetivos do Lahige, no campo da extensão universitária da Uesc.

A experiência acumulada pelo Núcleo Lahige, parcialmente exposta neste relato, se reveste de grande importância, sobretudo quando se avalia que a maioria das ações realizadas apresentou resultados satisfatórios. Contudo, se determinadas propostas e projetos que perpassaram a trajetória do Lahige não se concretizaram, valeu a intenção. Realizou-se o que foi possível e nos seus respectivos contextos.

Assim, em meio a um quadro de dificuldades e resistências, mas também salpicado de realização profissional e de momentos de grande satisfação, o trajeto percorrido pelo Lahige, desde a sua criação até a atualidade, é recheado de experiências, projetos, vivências, tentativas, erros e acertos que, em seu conjunto, evidenciam a importância de se incrementar o desenvolvimento de um maior número de ações extensionistas nas IES públicas, em cujo ambiente a extensão universitária deve ser reconhecida, respeitada e valorizada por toda a comunidade acadêmica. Muitas vezes, é preciso um esforço extraordinário para romper barreiras e mentalidades tradicionais que resistem à implantação de mudanças e inovações necessárias ao aperfeiçoamento profissional e à transformação das estruturas sociais instituídas, com vistas a realizar intervenções que promovam melhorias nas condições de vida das sociedades. E, nesta tarefa, a extensão universitária assume função relevante dentro dos objetivos que norteiam a atuação das universidades.

Por fim, ressaltamos que, na atualidade, o Lahige vem conjugando o desenvolvimento de suas ações com a preocupação de oferecer suporte aos graduandos dos cursos de Licenciatura para a efetivação das 200 horas de "atividades acadêmicas complementares". Para tanto, promove ciclos de palestras, cursos e oficinas semestrais, cuja realização vem contando com o trabalho dedicado de professores de diversos departamentos da Uesc.

A logística do Núcleo vem sendo reequipada em sua infraestrutura tanto em termos dos equipamentos quanto dos materiais didáticos, que compõem o seu acervo. Dispõe de computadores para uso de alunos, máquina fotográfica, *scanner*, aparelho de TV, coleção de mapas, maquetes, livros, revistas e filmes, com ênfase nos temas de História e Geografia. Seu espaço conta com uma sala para a realização de reuniões e trabalhos em grupo, e também funciona como laboratório de informática para a realização de trabalhos dos alunos. Outra sala abriga as funções administrativas e os trabalhos internos da equipe do Núcleo.

Em tempos mais recentes, a equipe do Núcleo vem discutindo, revendo e avaliando as ações e os projetos que conformaram o perfil do Lahige até então, com vistas a atualizar as bases e o referencial teórico-metodológico das suas propostas e ações extensionistas, no campo do ensino de História e Geografia.

PROJETO RONDON: O MARKETING SOCIAL APLICADO À GESTÃO PÚBLICA DA CIDADE DE CHORROCHÓ-BA

Lucas Xavier Trindade
Tatiana Cardoso Borges
Amarildo José Morett
Guilhardes de Jesus Júnior

Resumo: Este artigo tem o intuito de relatar parte do Projeto Rondon através de uma das oficinas ministradas pela equipe da Universidade Estadual de Santa Cruz, na Operação Canudos, que ocorreu entre os dias 13 e 27 de janeiro de 2013, na cidade de Chorrochó, Bahia. A oficina, foco deste estudo, tem por tema o *marketing* social, cujo público-alvo foi os gestores e os servidores públicos, a comunidade local e os líderes comunitários. Tal oficina teve como finalidade possibilitar que o público percebesse a importância da utilização do *marketing* social na gestão pública local como uma importante ferramenta de auxílio educativo para as mudanças de comportamento, práticas e atitudes da comunidade local. Para tal, utilizou-se o método expositivo que envolvesse o público numa participação ativa no percurso ensino-aprendizagem. O produto desta oficina permitiu a realização de um diagnóstico partindo dos próprios participantes da oficina que identificaram cinco problemas sociais locais envolvendo, inclusive, questões de comportamento antissociais. Destes cinco problemas, o do lixo na cidade foi eleito como prioritário a ser resolvido pela municipalidade. Tal diagnóstico possibilitou a elaboração de um pré-projeto de *marketing* social com todas as ações mercadológico-educacionais, e foi entregue à prefeitura da cidade no ato de encerramento do projeto.

Palavras-Chave: Projeto Rondon. *Marketing* social. Gestão pública.

RONDON PROJECT: THE SOCIAL MARKETING APPLIED TO THE PUBLIC MANAGEMENT OF COCHORRÓ-BA

Abstract: *This article aims to describe part of Rondon Project through one of the workshops given by the staff of the State University of Santa Cruz in "Operação Canudos" that occurred between 13 and 27 January 2013 in the town of Chorrochó, state of Bahia. Social Marketing was the theme of the main workshop, which had as target audience managers and public servants, community leaders and local community. This workshop aimed that people could realize the importance of using social marketing in local public management as an important educational tool to help change behavior, attitudes and practices of the local community. For this it was used the lec-*

ture method that involves the audience in active participation in the teaching-learning route. The product of this workshop presented us a diagnosis from the participants of the workshop themselves who identified five problems that involved local social issues of antisocial behavior. From these five problems, the garbage in the city was chosen as a priority to be solved by the municipality, such a diagnosis enabled the preparation of a pre-social marketing project with all marketing and educational actions that was delivered to the city council at the time of the project closing.

Keywords: *Rondon. Social marketing. Public management.*

Introdução e objetivos

O projeto Rondon é coordenado pelo Ministério da Defesa e voltado para a integração nacional, envolvendo a participação voluntária de estudantes universitários, em busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento e ampliação do bem-estar de comunidades carentes. O objetivo do projeto é contribuir com a formação do estudante universitário, integrando-o ao processo de desenvolvimento nacional, o que consolida o sentido de responsabilidade social e estimula a produção de projetos coletivos locais, em parceria com as comunidades assistidas.

O diagnóstico das necessidades de uma localidade somente é possível através do conhecimento das demandas socioeconômicas e prioridades existentes em cada lugar. A cidade de Chorrochó está localizada ao Norte do Estado da Bahia. Sua população é de aproximadamente 11 mil habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), sendo a agropecuária a atividade econômica predominante. Esta atividade possibilita uma renda *per capita* municipal, em média, de três mil e quinze reais. O município possui, ainda, IDH médio de 0,589.

O intuito dos projetos de extensão são, jus-

tamente, a partir das demandas existentes, intervir na realidade local através de ações de inovação e desenvolvimento sustentável, que permitam transformações socioestruturais nestas localidades. Porém tais ações não podem ser, estritamente, exógenas, impostas de fora para dentro da comunidade, pois é primordial a existência de movimentos endógenos, que gerem inovações adequadas às necessidades específicas de cada local, permitindo, com isso, que estas inovações sejam enraizadas e, continuamente, praticadas após a saída dos agentes exógenos.

Neste sentido, o conhecimento da comunidade local adquire um grande significado para o processo de desenvolvimento, pois, segundo Altieri e Masera (1998, p. 79) “inicia-se com o que já existe: população do local, suas necessidades e aspirações, seu próprio conhecimento, elevando assim o status e a capacidade de gestão das comunidades”. Segundo Franco (2001, p. 55), “uma comunidade se desenvolve quando ela torna dinâmica sua potencialidade”. Colaborando com Franco, Altieri e Masera (1998, p. 81), afirmam que:

[...] as consequências deste desenvolvimento seriam a redução da miséria, o abastecimento adequado de alimentos e autossuficiência, a conservação dos recursos naturais, a autonomia das comunidades locais e a participação efetiva da população no processo de desenvolvimento.

Não diferente, o conhecimento das necessidades da cidade de Chorrochó permitiu a elaboração de um diagnóstico das demandas e aspirações, tornando possível a aprovação da participação da equipe da Universidade Estadual de Santa Cruz - Uesc no Projeto Rondon, Operação Canudos. Durante o processo de elaboração do projeto, a equipe precisou estudar os aspectos econômicos, sociais, educacionais e demográficos das cidades envolvidas na operação, para que o projeto estivesse adequado às necessidades e às aspirações da localidade.

Porém o que propicia um diagnóstico principal, focal e específico do município, dá-se após a aprovação da participação da equipe da Universidade no projeto, por meio da visita precursora do professor-coordenador da equipe à cidade. Tal visita tem a duração de uma semana, com o objetivo de mapear a possibilidade de atuação das equipes, possibilitando ao coordenador conhecer a realidade dos locais através da vivência e contato direto com a comunidade, bem como seus projetos sociais, instituições comunitárias, dirigentes e servidores municipais. Esta visita permite o conhecimento da atual dinâmica do local e buscar o que será esperado por parte dos receptores do projeto, através da escuta de suas demandas. Estas percepções permitem o ajustamento da proposta de trabalho à realidade.

Durante a visita precursora, o coordenador identificou, através da comunidade e gestão municipal, um problema com relação ao lixo nas ruas. Foi solicitado, por parte do município, que o projeto levasse à cidade algum método ou ferramenta que auxiliasse a gestão pública a alterar o quadro vigente de (falta de) limpeza nas ruas da cidade. O problema da falta de limpeza das ruas, além de gerar outros de ordem sanitária, estava interferindo nos potenciais turístico e histórico da cidade, devido ao impacto que o aspecto visual do lixo causa nas ruas.

Diante da demanda, a equipe discutiu e identificou que, diante dos fatores apresentados, as causas principais seriam, justamente, o comportamento, as atitudes e as práticas dos próprios residentes da cidade. Para auxiliar a alteração destas atitudes, práticas e comportamentos, decidiu-se que a ferramenta de *marketing* social, aplicado na gestão do município, poderia auxiliá-lo na busca de novas e corretas atitudes sociais dos munícipes.

Para levar a ferramenta de *marketing* social à cidade de Chorrochó, a fim de disseminá-la entre aqueles que teriam suporte e condições para praticá-la constantemente, decidiu-se aplicar uma oficina teórico-prática. Tal oficina

teve o objetivo de capacitar os líderes, os servidores, os gestores municipais e a comunidade como multiplicadores do processo de planejamento e execução de estratégias mercadológicas sociais na cidade. Tal estratégia foi aplicada com o intuito de mudar o atual quadro social vigente através de uma política que adote esta ferramenta à gestão pública local.

Segundo Araújo (2011), a expressão *marketing* social foi utilizada pela primeira vez por Kotler e Zaltman, em 1971, para se referir ao *marketing* aplicado à aceitação e às ideias sociais.

Moliner (1998) entende o *marketing* social como a prevalência dos interesses públicos sobre os interesses particulares, de qualquer organização ou indivíduo. Nesse sentido, Santesmases (1998) considera, porém, que não se pode confundir o *marketing* social com a responsabilidade social ou consequências éticas nas quais incorrem as empresas em seus intercâmbios com o mercado.

A fim de esclarecimento, apresentamos algumas definições de *marketing* social nas visões de alguns autores.

Para Kotler e Roberto (1992, p. 467):

O *marketing* social é uma estratégia para mudar a conduta. Combina os melhores elementos das abordagens tradicionais de mudança social com uma planificação integrada e um marco de ação e utiliza os avanços na tecnologia das comunicações e as habilidades de *marketing*.

De acordo com Santesmases (1998, p. 1036):

O *marketing* social é uma parte ou aspecto particular do marketing não empresarial, que busca estimular e facilitar a aceitação de ideias ou comportamentos sociais, que se considerem como benefícios para a sociedade em geral, [...] ou, pelo contrário, trata de frear ou desincentivar, aquelas outras ideias e comportamentos que se julguem prejudiciais [...].

Segundo Leal (2000, p. 208):

É a aplicação de técnicas comerciais de marketing para beneficiar a sociedade. Seu objetivo é produzir mudanças voluntárias no comportamento através do conhecimento das necessidades, desejos e barreiras percebidas pelo público objetivo: a sociedade ou parte dela.

Conforme Sina e Souza (1999, p. 192):

Marketing social é o uso das técnicas e ferramentas do marketing tradicional, para promover a adoção de comportamento que desenvolverá a saúde e o bem-estar de um público-alvo específico ou da sociedade como um todo.

Moliner (1998) entende que um exemplo da utilização do *marketing* social pode ser verificado através das ações do Ministério da Saúde que promove a ideia de não fumar e, seguindo esta mesma linha de raciocínio, podemos citar, ainda, as campanhas contra a dengue, as drogas ilícitas, beber e dirigir, a gravidez na adolescência, entre outras.

Araújo (2011) refere-se ao *marketing* social como uma forma de gestão estratégica para a promoção de mudanças sociais, frente às causas de pública relevância, buscando efetivar os direitos do cidadão, a partir do exercício ético de condutas para consigo e com os outros. O mesmo autor ressalta a importância das campanhas que, além de transmitirem uma ideia ao receptor por meio da propaganda, ressalta que é necessário que o público-adotante (receptor), envolvido nesse processo de comunicação, dê importância e significado para suas práticas.

O *marketing* social é composto por ações que envolvem campanhas, palestras, cursos etc. Tais iniciativas somente funcionarão associadas a outros meios que incitem as mudanças cognitivas de ações, de comportamentos e de valores.

A mercadologia social propõe formas distintas de pensar o escopo de projetos, focalizando na compreensão das causas sociais relevantes. Neste sentido, o composto mercadológico social é mais abrangente que o de *marketing* comercial, ou seja, em vez de se utilizar dos 4 Ps (produto, público-alvo, promoção e ponto de distribuição) do *marketing* tradicional, o *marketing* social amplia este escopo utilizando 6 Ps (público-adotante, pessoas, produto, preço, promoção e ponto de distribuição). Este *mix* pode ser aplicado em questões relacionadas às causas sociais ligadas à educação, à saúde, ao meio ambiente, à justiça social etc.

Devido a maior abrangência do *marketing* social, também se alteram os conceitos destes Ps de seu composto. O público-adotante é a compreensão de quem deve adotar novos comportamentos, atitudes e práticas (CAP) para melhorar suas próprias vidas; consiste em identificar as necessidades que devem ser estimuladas, os desejos realizáveis e não realizáveis dos adotantes.

O pessoal é a escolha dos indivíduos certos para gerir o processo de mudança. Tal escolha não está relacionada apenas às características técnicas, mas também às capacidades humanas e relacionais, pois estas pessoas serão os articuladores e mediadores entre os adotantes e os parceiros das ações. Ressalta-se, ainda, a necessidade de formação de equipes multidisciplinares e pessoas aptas a liderar o projeto de forma dialógica e equitativa.

Definir o produto não é tarefa fácil no *marketing* social. O produto social pode ser configurado ou simbolizado em um objeto tangível, mas estes símbolos não podem ser traduzidos no produto fim, eles visam à mudança de comportamentos, ou seja, o produto do *marketing* social é intangível.

Definir o preço no *marketing* social também é complexo, pois lidamos com o imaterial na maioria das vezes e definir o custo e vantagem de se adotar uma mudança é delicado. Porém, quando se trata do preço no composto mercadológico social, na realidade, este preço não está

relacionado ao custo monetário e, sim, ao preço psicológico de um indivíduo alterar seus atuais CAP. Ou seja, é a relação custo-benefício para o público adotante, o quão difícil é, psicologicamente, para uma pessoa deixar uma conduta antissocial e adotar condutas sociais autobenéficas como, por exemplo, parar de fumar.

A promoção, neste caso, abrange campanhas educacionais envolvidas na divulgação, publicidade e formação para aumentar o incentivo pela adoção do produto social. A promoção envolve materiais informativos, educativos, cursos, eventos, campanhas etc., cuja mensagem esteja carregada de sentido para a transformação social pretendida. São ações que afetam a cognição das pessoas, transmitindo-lhes um novo olhar sobre certas questões.

A aproximação da oferta da demanda é conhecida como ponto de distribuição. Na mercadologia social, o ponto de distribuição não está relacionado somente a um espaço físico (escolas, farmácias, centrais de atendimento, postos médicos), pois os próprios adotantes podem ser canais de distribuição. Não é necessário que haja apenas lixeiras espalhadas numa cidade, para que não haja lixo nas ruas, é preciso, também, que parte dos adotantes, frequentemente, dissemine a ideia (produto) entre os demais moradores da cidade e os incentivem a não jogar o lixo no chão.

Da mesma maneira que o *marketing* comercial exige segmentação e tudo é amplamente pesquisado, no *marketing* social ocorre o mesmo. Ao tratar de problemáticas sociais, é necessário compreender as dimensões humanas, comportamentais e culturais de um determinado local de modo sistemático. A segmentação social consiste em buscar e analisar informações quantitativas e qualitativas do problema em foco, que se pretende solucionar, para embasar o planejamento de *marketing* social. Logo, a segmentação permite compreender qual o problema a ser enfrentado, sua relevância e os atores envolvidos.

Metodologia

A metodologia empregada foi do tipo expositivo e integrativo com intuito de envolver os participantes, de maneira ativa e dinâmica, no percurso ensino-aprendizagem. Neste percurso, os coordenadores assumiram o papel de mediadores ou facilitadores, e os participantes foram os atores principais do percurso de aprendizagem proposto.

A oficina teve exposição de conteúdo, trabalhos e dinâmicas de grupo com o intuito de refletir sobre a importância da utilização do *marketing* em projetos voltados para causas sociais. Neste sentido, foram apresentados painéis e dinâmicas que expuseram a importância da comunicação na mobilização de pessoas para a mudança de comportamento, a importância da identificação dos problemas e como estes devem ser tratados pelos programas sociais, o desenvolvimento de campanhas de mobilização social e sua importância.

Nesta dinâmica, seguiram-se três passos principais os quais foram: 1º momento (contextualizando a discussão). Nesta etapa, os coordenadores introduziram algumas técnicas de comunicação, ressaltando a importância de um processo de comunicação eficaz dentro de uma estratégia de *marketing* social, além de apresentar a fundamentação teórica e discutir o *marketing* aplicado à gestão pública como um instrumento estratégico para a alteração de comportamentos antissociais. No 2º momento (discutindo e aprofundando a discussão), foi realizado um diagnóstico local dos problemas sociais da cidade relacionados a comportamentos, atitudes e práticas antissociais. Num 3º momento (construindo uma agenda propositiva), o público-alvo, por intermédio dos coordenadores e das questões que permeiam a elaboração de um projeto de *marketing* social, propôs as estratégias que poderiam ser executadas pela municipalidade, desde o planejamento até a execução das fases do processo com suas respectivas atividades, que teriam maior

viabilidade na obtenção dos resultados esperados na cidade.

De início, foi apresentado aos participantes o canal de comunicação do emissor ao receptor e sua importância na construção de uma comunicação eficaz, inteligível e que motivasse as pessoas, alinhado ao perfil cultural dos receptores. Tal introdução à comunicação se faz necessária à medida que a mudança de comportamento, objetivada no *marketing* social, passa pelo processo de comunicação motivadora traduzida em promoção (promover a mudança) que, conforme refletido anteriormente, deve afetar a cognição das pessoas, proporcionando-lhes uma nova visão sobre determinada questão.

A oficina teve como base: partir de processos indutivos com o intuito de inserir o público na discussão através de questionamentos. Mas o que seria o *marketing* social ou até mesmo um problema social? No primeiro momento, para contextualizar o conteúdo, foi necessário desconstruir o senso comum dos participantes sobre o que seriam estes dois fatores e, posteriormente, apresentar-lhes os conceitos de cada um destes fatores.

Os problemas sociais são causas elegidas pelos próprios cidadãos como prioritárias, na busca de soluções dos problemas que os atingem direta ou indiretamente. A partir desta definição, foi possível apresentar o *marketing* social como um meio de fazer prevalecer os interesses da sociedade sobre os individuais por meio de uma estratégia para mudar condutas, facilitar a aceitação de ideias ou comportamentos sociais voluntariamente que desenvolverão a saúde e o bem estar de um público específico ou da sociedade em geral.

Neste sentido, foi demonstrado que esta ferramenta pode ser utilizada no planejamento e gestão de políticas públicas ou em programas e projetos sociais, que envolvam causas sociais relevantes. E, para atingir esse objetivo, apresentamos vídeos de campanhas voltadas para as áreas de educação, saúde e meio ambiente,

como as campanhas contra o álcool, contra a dengue, a favor do consumo racional de água e o desencorajamento de lixo nas ruas e feiras livres. Estes últimos de maior relevância naquela cidade.

Como o objetivo da oficina foi capacitar agentes multiplicadores e planejadores mercadológicos sociais na cidade, era importante apresentar algumas peculiaridades do *marketing* social. Havia a necessidade de que o público-adotante entendesse que o produto do *marketing* social é uma ideia, ou seja, esta ferramenta transmite o intangível mesmo que, em alguns casos, possa ser simbolizado por um objeto tangível. Por exemplo: o objetivo da campanha contra as doenças sexuais não é distribuir camisinhas e sim mudar o CAP das pessoas. Ademais, é de suma importância que os resultados das campanhas não sejam medidos em números de objetos simbólicos distribuídos, mas sim em números de redução de pessoas que alteraram seu CAP, que, no caso da campanha contra as doenças sexuais, é mensurado através do número de redução de indivíduos contaminados em determinado espaço e tempo, e não em quantidade de camisinhas distribuídas.

O *marketing* social é de propriedade pública e privada. Pública, pois é muito mais utilizado pela gestão pública em suas campanhas de encorajamento ou desencorajamento de CAP, voltadas para o benefício da sociedade como um todo; privada, pois pode ser utilizado por organizações do terceiro setor (ONG) e beneficia também um indivíduo ou organizações privadas, como as famílias. Esta ferramenta, ainda, é do setor não lucrativo, pelo menos não diretamente. A organização que faz uso de *marketing* social não deve visar ao lucro, apenas a melhoria da qualidade de vida da sociedade e, de forma direta, não há lucro para o executor, porém benefícios. Exemplificando: em campanhas que desencorajem o uso de drogas ou encorajem o uso de preservativo, se bem sucedidas, o órgão público, além de melhorar a

saúde das pessoas, pode também economizar com os gastos em saúde pública destinados a estes problemas. Assim, economia não é lucro, é benefício.

O prazo do *marketing* social é longo, e pode ser utilizado tanto para o tempo de exposição de campanhas quanto para o retorno em termos de resultados (alteração de CAP). Nota-se que a promoção de *marketing* social, para afetar a cognição das pessoas, deve ser feito frequentemente. Logo, os resultados também demoram a aparecer e ser enraizados na cultura de um local. Em contrapartida, os financiamentos destas campanhas possuem maior número de parceiros para executá-los (parceria público-privado).

Outra peculiaridade é a heterogeneidade dos públicos que devem ser atingidos no processo de comunicação. Por exemplo, ao tratar do uso de drogas, a mensagem da comunicação deve ser clara, objetiva, simples, coerente, alinhada aos fatores culturais e morais e capaz de atingir tanto jovens como adultos, homens e mulheres, ricos e pobres, pessoas com educação formal elevada, analfabetos etc., evidenciando os benefícios de não usar drogas.

O uso do *marketing* social não favorece apenas o indivíduo que adotar um comportamento social correto. Além do indivíduo, as famílias, a sociedade e o próprio governo são beneficiados, porque este comportamento favoreceu a saúde e, até mesmo, a economia monetária do indivíduo por deixar um hábito que lhe custava financeiramente, por exemplo, fumar, ou a família que teve um membro recuperado de um vício, a sociedade que possuirá indivíduos socialmente mais educados que não danifiquem o bem público ou faça mau uso; e o governo que terá economias com a mudança de CAP das pessoas, como, por exemplo, economizar com a limpeza das ruas e com a saúde pública.

Outra característica importante, e precisava ser ressaltada, é que a transferência de informa-

ção não, necessariamente, garante a obtenção de conhecimento efetivo que gere novas práticas sociais. É o caso da síndrome da pirâmide invertida. Comumente se pensa que o motivo das pessoas possuírem comportamentos antissociais é decorrente da falta de informação sobre um específico problema. O pensamento simplista determina que a transmissão massificada de informações tenha a condição de alterar estes comportamentos, porém este modelo ressalta que o impacto da mensagem em campanhas de comunicação tem um impacto decrescente. É o caso das campanhas de cigarro. Decorrendo, daí, as necessidades de praticar, incitar e formar atitudes que influenciem a continuidade das práticas.

Análise e discussão dos resultados

Nesta oficina, estiveram presentes vinte e oito pessoas: gestores públicos (Secretária de Assistência Social), servidores municipais (agentes de endemias e agentes de saúde), estudantes do Ensino Médio e universitários nas áreas de Assistência Social, Administração e Psicologia; professores, líderes comunitários, gestores de projetos sociais, além da comunidade em geral.

Explanado o conteúdo da ferramenta de *marketing* social e suas peculiaridades, adentramos no segundo momento da oficina. Realizamos um diagnóstico mercadológico dos problemas sociais, enfrentados pela comunidade da cidade e identificados pelo público-adoctante da oficina. Tais problemas foram: lixo na cidade, gravidez na adolescência, drogas lícitas e ilícitas, falta de lazer e saneamento. Percebe-se que três problemas são relacionados à CAP, foco do *marketing* social. Em seguida, a população elegeu a questão do lixo na rua como o que deveria ser solucionado emergencialmente. As fotos abaixo (Figura 1) demonstram uma das localidades da cidade afetada pelo lixo e parte da oficina.

FIGURA 1 – Lixo na rua da cidade e oficina de *Marketing Social*, aplicado à gestão pública, Chorrochó, 2013



Fonte: Lucas Xavier Trindade, 2013.

No terceiro momento, a partir do diagnóstico dos problemas da cidade, era necessário aprofundar tais questões e dar um direcionamento claro aos planejadores e executores do *marketing social* no município, por meio da elaboração, em conjunto, de um pré-projeto de resolução do problema principal elegido, o lixo na cidade. Tal projeto possuía todos os detalhes do planejamento e execução, partindo de quem estava sendo afetado pelo problema (público-adotante), ou seja, toda a população. Todos estavam insatisfeitos com a falta de higiene nas ruas da cidade; e a própria cidade era prejudicada pelo problema (maiores gastos com limpeza e péssima imagem junto aos visitantes). Nesse sentido, a magnitude do problema foi considerada grande, em decorrência de fatores como a coleta seletiva sem um dia estabelecido, número insuficiente de lixei-

ra nas ruas, falta de transporte adequado do lixo e, principalmente, o comportamento das pessoas. O foco era, justamente, atacar a causa comportamental, pois os demais eram de ordem estrutural, que não é foco do *marketing social*.

Consistia no comportamento errado que a população estava dando um destino errado ao lixo, jogando-o na rua ou em terrenos baldios. O comportamento correto desejado (produto) foi a ideia de jogar o lixo na lixeira das ruas e dar o destino correto ao lixo, participar das reuniões públicas para discutir a solução dos problemas, esperar a coleta coletiva, padronizar os dias de coletas de lixo e realizar mutirões da informação em que houvesse palestras educativas e recreativas, seguidas de coletas coletivas (ponto de distribuição) com a participação das autoridades, lideranças e gestores públicos e a população em geral (pessoal) para realizar a limpeza da cidade e promover (promoção) as ações, além de realizar campanhas de inserção da mensagem em rádio local e carro de som. O preço para alterar o CAP dos municípios foi identificado como alto; o prazo para alterar o CAP antissocial que estava enraizado na cidade; e a percepção dos benefícios foi considerada como de longo prazo.

Vale destacar que, durante todo o processo de aplicação da oficina, houve participações e contribuições relevantes dos participantes. Os debates e diálogos com os moradores da cidade propiciaram um enriquecimento e adequação da oficina à realidade da cidade, permitindo uma abordagem mais precisa. A adequação facilitou o entendimento do conteúdo, por meio dos exemplos citados que foram confrontados com a realidade da cidade e suas necessidades.

A complementariedade dos participantes permitiu o aprofundamento da teoria. A cada painel e exemplo demonstrado e explicado, havia um aprofundamento permitido através da criticidade e dos questionamentos dos participantes. Tais questionamentos foram um elemento que permitiu medir a interação mediador-participante.

Considerações finais

O *marketing* social é considerado como uma importante ferramenta de planejamento e gestão de programas e projetos sociais, quando bem executado pelo governo ou por organizações do terceiro setor. No entanto é necessário que os planejadores e executores ampliem o tradicional escopo de *marketing* para os 6, aqueles que podem ser utilizados em causas públicas sociais, ações, processos, espaços, relações, estruturas, relacionados a causas de interesse público.

Outra premissa básica do *marketing* social é a participação do público adotante na definição de prioridades e planejamento de ações. Esta participação interativa entre os diferentes atores da cidade, na oficina, possibilitou o aprofundamento das causas públicas relevantes para os próprios municípios e para a gestão pública e como é possível atacá-los utilizando a ferramenta de *marketing* social. Além destes atores se tornarem “pontos de distribuição” de conhecimentos, comportamentos, atitudes e práticas sociais que promovam a melhoria da qualidade de vida da comunidade, o ganho fundamental para o município foi a possibilidade de possuir planejadores e executores de tais iniciativas, com maior embasamento e noção exata do que devem fazer para alterar o atual quadro vigente. Os debates havidos nos dois dias de oficina e a participação efetiva dos atores, além da percepção de atenção e compreensão por parte destes, bem como o retorno no segundo dia de oficina, permitem que consideremos o *feedback* recebido como positivo e os objetivos pretendidos como alcançados.

Para os estudantes, envolvidos neste processo, os ganhos foram considerados fundamentais. A participação num processo que os envolveram numa diferente realidade, inseridos num contexto cuja finalidade era desenvolver a gestão pública em Chorrochó, permitindo a interação e troca de conhecimentos e experiências com os participantes, permitiu-lhes um grande enriquecimento profissional.

Referências

- ALTIERI, M. A.; MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, A.; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- ARAÚJO, E. T. *Marketing* social aplicado às causas públicas: cuidados e desafios metodológicos no planejamento das mudanças nos comportamentos, práticas e atitudes sociais. **Revista Pensamento e Sociedade**, Salvador, v. 26, n. 1, out.-dez. 2011, p. 77-100.
- FRANCO, A. **Ação Local**: a nova política da contemporaneidade. Brasília: Ágora; Instituto de Política; Fase, 1995.
- KOTLER, P.; ROBERTO, E. L. **Marketing social**: estratégias para alterar o comportamento público. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- LEAL, A. **Gestión del marketing social**. Madrid: McGraw-Hill, 2000.
- MOLINER, M. A. **Marketing social**: la gestión de las causas sociales. Madrid: Esic Editorial, 1998.
- SANTESMASES, M. **Marketing**: conceptos y estrategias. 3. ed. Madrid: Pirâmide, 1998.
- SINA, A.; SOUZA, P. **Marketing social**: uma oportunidade para atuar e contribuir socialmente no terceiro setor. São Paulo: Crescente Editorial, 1999.
- SOUZA, M. J. B. **Marketing social aplicado à segurança no trânsito**: Um estudo para reduzir acidentes. 1996. 150f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1996.

CADERNETA DE SAÚDE DO ADOLESCENTE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aretusa de Oliveira Martins Bitencourt

Karísia Macêdo

Lacita Menezes Skalinski

Maria Aparecida Santa Fé Borges

Maria Conceição Filgueiras

Ricardo Matos Santana

Resumo: Este artigo discute o papel da extensão universitária como espaço de criatividade, experimentação de ideias e/ou início de novas áreas de conhecimento, na perspectiva de ações voltadas para a Saúde do Adolescente, na Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), Bahia. Teve como objetivo descrever a contribuição do projeto de extensão *Jovem Bom de Vida* para implementação de políticas públicas de atenção à saúde do adolescente, em municípios da 7ª Dires, Bahia. Como relato de experiência, o artigo descreveu uma ação do projeto através da realização do minicurso "IMPLANTAÇÃO DA CADERNETA DE SAÚDE DE ADOLESCENTES", desenvolvido em oito municípios da 7ª Dires, em 2012. O minicurso atendeu 276 profissionais, utilizando metodologias ativas, no intuito de assegurar a participação de todos e fortalecimento dos pilares da educação, principalmente, "aprender a fazer e aprender a conviver". Constatou-se que a universidade tem sido parceira essencial para a implementação de ações na área da saúde do adolescente. Na Bahia, o projeto de extensão *Jovem Bom de Vida* vem atuando de forma efetiva junto à 7ª Dires/Sesab. Essa parceria assegurou, aos profissionais dos municípios, troca de experiências sobre o processo de cuidar do adolescente, uma vez que a equipe do projeto trabalha, desde 1995, em consonância com as diretrizes da extensão universitária, promovendo impacto e transformação, interações dialógicas e indissociabilidade, juntamente, com o grupo da Saúde do Adolescente da 7ª Dires.

Palavras-chave: Adolescência. Políticas Públicas. Extensão Universitária.

ADOLESCENT HEALTH BOOK AND UNIVERSITY EXTENSION: CONTRIBUTIONS TO IMPLEMENT PUBLIC POLICY

Abstract: *This paperwork discusses the significance of university extension as a space of creativity, experimentation of ideas and/or beginning of new areas of knowledge, especially in actions turned to Adolescence in Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), Bahia. The objective was to describe the contribution of extension Project Jovem Bom de Vida to implementation of public policies of attention to adolescents' health in municipalities belonging to 7THDIRES, Bahia. As experience report, the article described an action project by conducting the minicourse "IMPLANTATION OF ADOLESCENT'S HEALTH BOOK", realized in eight municipalities of 7THDIRES, during 2012. The minicourse attended 276 professionals, using active methods, in order to ensure the participation of all and strengthening the pillars of education, especially, learning to do and learning to live together. It was found that the university has been an essential partner for the implementation of actions in the area of adolescent health. In Bahia, the university extension of Jovem Bom de Vida has been working effectively with 7THDIRES/Sesab. This partnership ensured to professionals of the municipalities, the exchanging of experiences about the process of care for adolescents. The team of extension project has been working since 1995 according to the guidelines of the university extension, promoting impact and transformation, dialogic interactions and indissolubility with the team of professionals involved on Adolescent Health of 7THDIRES.*

Keywords: *Adolescence. Public Policy. University Extension.*

Introdução e objetivos

Para quem não adentrou, ainda, no universo acadêmico e não tem nenhuma aproximação com esse espaço, é muito comum que o entenda como uma instituição de ensino que concede um diploma para aqueles que estão habilitados. Infelizmente, para muitos dos que adentraram na universidade, é possível perceber que permanecem com esse conceito arraigado às suas concepções atendo-se, somente, a cumprir os créditos curriculares. Por vezes se aproximam do universo da pesquisa, impulsionados pelos trabalhos de conclusão de curso e/ou seduzidos pelo *status* de ser chamado de pesquisador. Assim, passam quatro a cinco anos de suas vidas aprendendo conceitos técnicos, sem, contudo, apreender a missão transformadora da universidade na sociedade.

Sem subestimar a graduação, pilastra mestra do ensino superior, tampouco a pesquisa, na sua missão de produção do conhecimento, chama-se atenção para a extensão universitária como um "processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável" (FÓRUM DE PRÓ-REITORES..., 2007, p. 17).

Assim, proporciona-se um impacto em curto prazo, através das intervenções imediatas na comunidade, cujos efeitos são prolongados para sociedade, uma vez que o discente que vivencia a extensão leva suas experiências por toda a vida e, por conseguinte, para a prática profissional.

O discente, a quem se permite usufruir de todas as potencialidades da universidade, sem dúvida, passa a compreender, precocemente, a sua função como cidadão e como agente transformador da sociedade. Essa tomada de consciência se torna possível pelo convívio com a comunidade que na extensão, é diferente de uma aproximação em aula prática ou estágio, uma vez que esta não está vinculada às diretrizes curriculares. A extensão é, apesar de respeitar as normas das instituições envolvidas, um

espaço livre para a criatividade, experimentação de novas ideias e/ou início de novas áreas de conhecimento.

Nesse contexto, vale destacar os serviços de saúde do adolescente, no Brasil, os quais, segundo Saito (2001), nasceram juntos às universidades e foram fortalecidos pela relação docente-assistencial através de cursos de sensibilização, capacitação e, posteriormente, o atendimento multiprofissional. As atividades, geralmente viabilizadas pela extensão, têm tamanha relevância que, em 1987, foram reconhecidas pela Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, através de portaria governamental.

Nesse sentido, outro exemplo ilustrativo é o papel que o Núcleo de Estudos de Saúde do Adolescente (NESA), que vem desenvolvendo atividades junto à Área Técnica de Atenção à Saúde do Adolescente e do Jovem (ASAJ), do Ministério da Saúde. Esse núcleo trabalhou na produção de materiais didático-pedagógicos, a partir das suas experiências no atendimento ao adolescente e sua família, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), tais como: *A Saúde de Adolescentes e Jovens: Uma Metodologia de Autoaprendizagem para Equipes de Atenção Básica de Saúde, Módulo I* (2000); *A Saúde de Adolescentes e Jovens: uma Metodologia de Autoaprendizagem para Equipe de Atenção Básica de Saúde: Módulo Básico* (2002); *Saúde do adolescente: Competências e Habilidades* (2008), entre outros.

Assim, também, a Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), através do projeto de extensão *Jovem Bom de Vida* (JBV/Uesc), vem contribuindo para o desenvolvimento da saúde do adolescente, na região sul da Bahia, através de ações assistenciais e educativas com os adolescentes e suas famílias, produzindo e divulgando conhecimento, entre outras ações. Uma vez reconhecida a relevância das nossas ações pela ASAJ/ Secretaria Estadual de Saúde da Bahia (Sesab), temos sido parceiros da mesma na implementação das políticas públicas de saúde do adolescente desde 2007, quando começamos

a dialogar com a 7ª DIRES/ASAJ/Sesab, cujas ações tiveram seu marco no I Seminário de Implementação da Atenção à Saúde do Adolescente, nos municípios da 7ª DIRES, realizado em novembro de 2008, no município de Itabuna, Bahia. Desde então, as ações, que envolvem adolescente da 7ª DIRES, têm estado, sempre, em parceria com o JBV/Uesc.

No desafio de implementar as políticas de atenção à saúde do adolescente em municípios, cujas ações desta natureza são incipientes, surgiu a implantação da Caderneta de Saúde do Adolescente como estratégia. A mesma foi lançada em 2008, como projeto piloto do Ministério da Saúde e, nacionalmente, seu lançamento ocorreu na I Oficina Técnica de Implantação da Caderneta de Saúde do Adolescente, em julho de 2009, evento em que o JBV teve a oportunidade de participar. Na Bahia, seu lançamento aconteceu durante a VII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Centro de Convenções de Salvador, Bahia, em 2009 (SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA, 2009).

De acordo com a Sesab, entre 2009 e 2010, foi realizado um projeto piloto de implantação da Caderneta no Estado. Em 2011, a meta era ampliar o projeto para todas as DIRES, trabalhando por etapas, priorizando, inicialmente, os municípios inseridos no Programa Saúde na Escola (PSE) e alguns outros considerados prioritários. Para tanto, a Sesab, através das diretorias de Gestão do Cuidado (DGC) e Atenção Básica (DAB), realizou, no período de 12 a 14 de julho de 2011, o Seminário de Implantação da Caderneta do Adolescente cujo objetivo foi qualificar as referências da Saúde do Adolescente e do Jovem das Diretorias Regionais de Saúde (DIRES), para a implantação da respectiva caderneta nos municípios de sua abrangência, dentro de uma perspectiva de fortalecimento da intersetorialidade (SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA, 2011). O Projeto JBV esteve presente nesse seminário, que reuniu cerca de 60 participantes,

entre representantes de DORES, universidades, organizações governamentais e não-governamentais, dentre outras entidades vinculadas à questão da adolescência.

Considerando que a Caderneta apresenta dados referentes ao crescimento e desenvolvimento dos adolescentes, desde questões antropométricas, de desenvolvimento puberal, relacionadas à sexualidade, à cidadania e à saúde bucal etc., temas comuns ao nosso trabalho, o JBV assumiu o compromisso de contribuir para a implantação da caderneta nos municípios das 6ª e 7ª DORES, área de abrangência e responsabilidade social da Uesc.

Havia uma preocupação da Sesab de que as cadernetas, ao chegarem aos municípios, fossem utilizadas de forma eficaz e eficiente, e não mais um formulário a ser preenchido, mas que se tornassem um motivo estratégico para que ações de atenção à saúde do adolescente fossem desenvolvidas de fato. Para tanto, o início da sua utilização foi vinculada a uma capacitação para utilização da mesma, e nasceu o minicurso sobre a implantação da Caderneta de Saúde

do Adolescente, realizado pela 7ª DORES/Sesab e pelo JBV/Uesc.

Assim, o objetivo do presente artigo é descrever a contribuição do projeto de extensão *Jovem Bom de Vida*, para a implementação de políticas públicas de atenção à saúde do adolescente, em municípios da 7ª DORES, Bahia.

Metodologia

Trata-se de um relato da experiência sobre a contribuição do projeto de extensão *Jovem Bom de Vida*, para a implementação de políticas públicas de atenção à saúde do adolescente. Sua contribuição se deu através da realização do minicurso implantação da Caderneta de Saúde de Adolescentes, desenvolvida em oito municípios da 7ª DORES, em 2012.

A 7ª DORES é responsável pelo suporte técnico de 21 municípios conforme o QUADRO 1. Destes, 18 aderiram ao Programa de Saúde na Escola até 2012, dos quais nove receberam os primeiros lotes da Caderneta de Adolescentes.

QUADRO 1 – Municípios da 7ª DORES, Itabuna

Almadina	Floresta Azul	Itajú do Colônia	Santa Cruz da Vitória
Aurelino Leal	Gongogi	Itajuípe	São José da Vitória
Barro Preto	Ibicaraí	Itapé	Ubaitaba
Buerarema	Ibirapitanga	Itapitanga	Ubatá
Camacá	Itabuna	Jussari	Itajuípe
Coaraci	Pau Brasil		
21 Municípios com total de 489.420 habitantes			

Fonte: Sesab, 2013.

Ao estabelecermos contato com os municípios, apenas um se manifestou negativamente, alegando a impossibilidade de realização do curso, devido à situação político-administrativa em que o mesmo se encontrava. Assim, o minicurso aconteceu em Buerarema, Camacá, Floresta Azul, Gongogi, Ibirapitanga, Itajú do Colônia, Itapé e Santa Cruz da Vitória, totalizando oito municípios.

Há uma distância entre a sede da 7ª DORES, a qual está localizada em Itabuna, Bahia, e os municípios, variando entre 20 até 95 km. Apesar de a população total variar bastante, o que nos chama atenção é que, proporcionalmente, em todas elas, a média de adolescentes é 20% da população total, conforme mostra a TABELA 1.

Tabela 1 – Caracterização dos municípios atendidos

MUNICÍPIOS	Distância entre os municípios e a sede da 7ª DIRES (km)	POPULAÇÃO (Nº de habitantes)	Adolescentes de 10 a 14 anos	Adolescentes de 15 a 19 anos	Nº de Profissionais de Saúde*
Buerarema	20	18.528	1.856 (10,02%)	1.833 (9,89%)	118
Camacá	95	31.535	3.400 (10,78%)	3.042 (9,65%)	266
Floresta Azul	46,3	10.657	1.042 (9,78%)	1.007 (9,45%)	110
Gongogi	67,5	8.031	796 (9,91%)	841 (10,47%)	91
Ibirapitanga	87,6	22.683	2.803 (12,36%)	2.405 (10,60%)	168
Itajú do Colônia	95,4	7.118	723 (10,16%)	688 (9,67%)	66
Itapé	22	10.436	971 (9,30%)	1.034 (9,91%)	122
Santa Cruz da Vitória	71,5	5.609	596 (9,20%)	583 (9,00%)	53

Fonte: Sesab, 2013.

Nota: *Dados extraídos do CNES, competência outubro/2012, gerenciado pela Dicon.

A 7ª DIRES entrou em contato com os municípios, de modo que cada um deles se responsabilizou pela logística dos encontros, local e material audiovisual. Como era um ano eleitoral, tínhamos pressa para que os encontros fossem executados antes dos períodos de campanha, para que não corresse o risco de serem boicotados e/ou assumissem conotação eleitoral. Diante disso, os encontros foram realizados entre 10 de julho e 8 de agosto de 2012.

Tiveram a carga horária de 8 horas em decorrência do prazo para execução e o tempo de deslocamento para cada município. Foram caracterizados, portanto, como minicursos, de acordo com o Forproex (2007).

A intenção inicial era proporcionar um encontro aberto entre profissionais da saúde, da educação e do desenvolvimento social, bem

como pais, adolescentes e representantes do PSE. Contudo, considerando a infraestrutura dos municípios contemplados, eles não dispunham de um espaço que permitissem tamanha aglomeração, deixamos a critério de cada município a convocação, recomendando a participação de pelo menos um representante de cada um dos segmentos citados.

A concepção teórico-metodológica da capacitação, desde o processo de planejamento até a sua execução, esteve baseada nos pilares da educação e nas diretrizes da extensão universitária, preconizada pelo Forproex (2007). Utilizamos, ainda, apesar do pouco tempo, elementos de metodologias ativas, no intuito de assegurar a participação de todos e fortalecimento dos pilares da educação, principalmente, o de "aprender a fazer e aprender a conviver".

Análise e discussão dos resultados

A programação da capacitação esteve pautada nos quatro pilares da educação de modo que, desde o primeiro momento, após as apresentações e aproximações com o grupo, foi uma exposição dialogada com o tema: *Reflexões sobre o acesso do adolescente aos Serviços de Saúde*.

Partindo do pressuposto do pilar “aprender a conhecer”, cujo intuito, segundo Rodrigues (2007), é tornar prazeroso o processo de compreensão, descobrimento de construção e reconstrução do conhecimento. Este foi um momento quando os participantes apresentaram suas dúvidas, conceitos, preconceitos e medos, no processo de trabalho com adolescentes. Trouxeram experiências pessoais sobre o seu convívio com filhos e sobre a sua própria adolescência, criando uma atmosfera de intimidade muito propícia para as reflexões autocríticas.

Assim, não foi preciso abordar as dificuldades de acesso do adolescente aos serviços de saúde, uma vez que o próprio grupo trazia à tona reflexões sobre as falhas de acessibilidade, tornando-os abertos e comprometidos com a mudança dessa realidade.

Refletiram, ainda, sobre a necessidade de “aprender a conviver” e administrar os desafios dessa relação entre a saúde e a educação, especialmente exigida pelo PSE. Aprender a conviver, ainda com os próprios adolescentes e as diversas adolescências, para que todos pudessem trabalhar em prol de um projeto comum: a atenção integral à saúde do adolescente.

Esse processo de reflexão foi tão prazeroso que, por vezes, foi preciso readequar o tempo para não prejudicar a programação da capacitação sem, contudo, perder a riqueza do momento que preparou os participantes para receberem o próximo momento de forma tão interessada.

Para a apresentação da Caderneta de Saúde do Adolescente, propriamente dita, cada participante recebeu exemplares (feminino e masculino) permitindo, assim, o conhecimento concreto do instrumento e com o apoio

dos *slides*, cada parte das suas 50 páginas foram discutidas por solicitação do próprio grupo. Quando alguma questão importante não era abordada e/ou era relevante ratificar a sua importância, a facilitadora chamava a atenção para aquele ponto através de *slides*.

Partimos, assim, para “aprender a fazer”, solicitando aos participantes que se dividissem em grupos de trabalho, conforme o cotidiano de trabalho deles. Após a elaboração de um plano de ação, que apresentasse as estratégias municipais de implementação da Caderneta do Adolescente, cada grupo apresentou a sua proposta para todos compartilhando propostas e discutindo a viabilidade das mesmas. O grupo mostrou coragem de executar, de correr riscos, ou mesmo errar, na busca de acertar. Saímos de cada município com a perspectiva de voltar para acompanhar a execução das propostas, no intuito de manter o entusiasmo do grupo, bem como trabalhar com as novas dúvidas decorrentes da prática profissional.

Ao final das capacitações, entendemos que atendemos aos procedimentos didáticos preconizados por Rodrigues (2007) para uma educação fundamentada nos quatro pilares da educação, uma vez que relacionamos o tema com as experiências dos participantes e de outros personagens do contexto social: proporcionamos uma relação dialógica, e envolvemos o grupo num processo, que conduziu ao compromisso com a prática, firmado através da entrega do plano de ação por cada unidade de saúde.

Considerando as diretrizes da extensão universitária, preconizadas pelo Forproex (2007), demos ênfase ao impacto, transformação social e interação dialógica. No que se refere ao impacto e transformação, buscamos atender aos interesses e necessidades dos trabalhadores que participaram do curso, de modo a promover o desenvolvimento regional e a implementação de políticas públicas de atenção à saúde do adolescente. A interação dialógica foi a tônica da capacitação, marcada

pelo diálogo e pelo debate de mão-dupla, que suplantaram a hegemonia acadêmica e valorizaram a troca de saberes.

A capacitação contemplou 276 profissionais dos oito municípios. Deste total, 155

eram profissionais de saúde, 115 de educação e 08 de desenvolvimento social, conforme demonstrado na TABELA 2, atendendo ao princípio da interdisciplinaridade, preconizado pelo Forproex (2007).

Tabela 2 – Número de profissionais capacitados

Municípios	Educação	Saúde	Assistência Social	Total
Buerarema	11	32	0	43
Camacã	14	27	1	42
Floresta Azul	2	18	2	22
Gongogi	8	21	0	29
Ibirapitanga	21	22	2	45
Itajú do Colônia	17	8	0	25
Itapé	16	19	0	35
Santa Cruz da Vitória	24	8	3	35
TOTAL	113	155	8	276

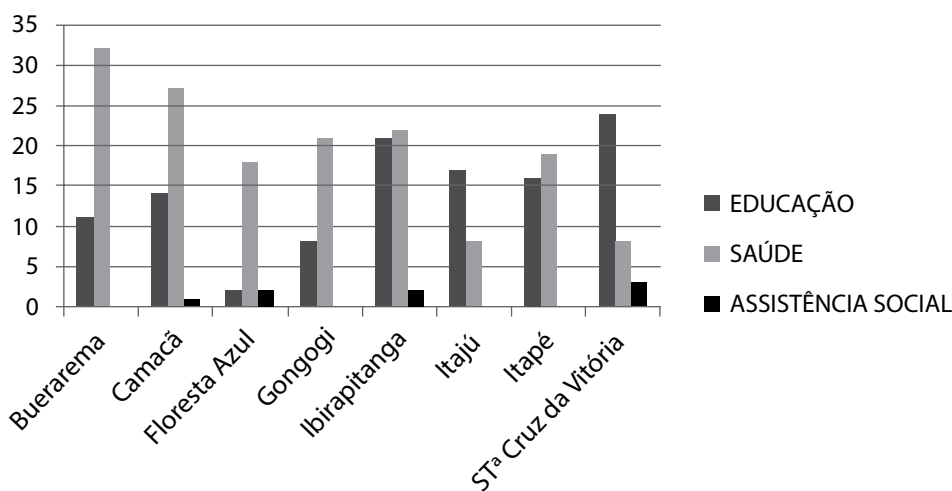
Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar de a proposta do cuidado ao adolescente e da implantação da caderneta serem multiprofissionais, e das recomendações para que houvesse equidade das área profissionais inseridas na capacitação, percebemos a predominância da participação dos profissionais de saúde em seis dos oito municípios envolvidos.

Vale destacar uma discrepância para os municípios de Santa Cruz da Vitória e Itajú do

Colônia, onde a participação de profissionais de educação foi inversamente proporcional à dos profissionais de saúde dos outros municípios. A média de participação dos profissionais de saúde de Buerarema, Camacã, Floresta Azul, Gongogi, Ibirapitanga e Itapé foi de 23 (vinte e três), em Itajú do Colônia e Santa Cruz da Vitória a média foi de 8 (oito), conforme mostra o GRÁFICO 1.

Gráfico 1 – Número de profissionais capacitados por área



Fonte: Dados da pesquisa.

Para analisar o impacto e a transformação social do curso, tomamos como base a proporção dos profissionais de saúde capacitados por município, considerando que 53% dos participantes foram desta área.

Assim, percebemos que, de acordo com a TABELA 3, considerando o número de profissionais de saúde que foram capacitados em cada município, obtivemos uma média de 16,5% profissionais.

Tabela 3 – Proporção de profissionais de saúde capacitados

MUNICÍPIOS	Nº de Profissionais de Saúde	Nº de profissionais de saúde capacitados	Proporção de profissionais de saúde capacitados
Buerarema	118	32	27%
Camacá	266	27	10%
Floresta Azul	110	18	16,4%
Gongogi	91	21	23%
Ibirapitanga	168	22	13%
Itajú do Colônia	66	8	12%
Itapé	122	19	15,6%
Santa Cruz da Vitória	53	8	15%

Fonte: Dados da pesquisa.

Se considerarmos que cada profissional de saúde capacitado tem o papel de multiplicador, tanto no âmbito pessoal quanto profissional, podemos afirmar que houve um impacto positivo na implementação da Caderneta, reafirmando o papel da extensão universitária na implementação de políticas públicas de atenção à saúde do adolescente.

Considerações finais

Constatamos que, a exemplo do que vem acontecendo historicamente no Brasil, a universidade tem sido parceira essencial para a implementação de ações na área da saúde do adolescente. Na Bahia, o projeto de extensão *Jovem Bom de Vida*, da Uesc, não foge à regra e segue a tradição atuando de forma efetiva junto à 7ª DIRES/Sesab.

Destacamos que essa contribuição ocorreu de forma continuada, pautada em princípios sólidos da educação, e atendendo às diretrizes

da extensão universitária brasileira. De forma continuada, por se mostrar presente no cenário da implementação das políticas públicas de atenção à saúde do adolescente na região, desde 2007, e, por ter firmado compromisso com a 7ª DIRES/Sesab para, em parceria, acompanhar a implementação dos planos de ações oriundas das capacitações, dando assessoria, promovendo novos cursos, caso sejam necessários e/ou solicitados.

Essa parceria assegurou aos profissionais dos municípios, tanto a troca de experiências e esclarecimentos de dúvidas sobre o processo de cuidar de adolescente, uma vez que a equipe do JBV trabalha, desde 1995, com esse público, quanto os esclarecimentos técnicos e institucionais através da representante técnica responsável pela Saúde do Adolescente da 7ª DIRES.

As ações do minicurso e do projeto JBV estão baseadas nos quatro pilares da educação, de modo que possam levar a nossa equipe e o nosso público alvo a aprender a conhecer, aprender

a conviver e aprender a fazer, buscando sempre utilizar metodologias ativas que proporcionem aos sujeitos a oportunidade de serem protagonistas dos seus processos de formação.

Sendo uma ação extensionista, a nossa intenção é estar em consonância com as diretrizes da extensão universitária, promovendo impacto e transformação, através de interações dialógicas.

Assim, a extensão universitária poderá contribuir cada vez mais para a implantação/implementação de políticas públicas, na perspectiva de cumprir o papel de viabilizar a ação transformadora, entre Universidade e Sociedade.

Referências

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (Forproex). **Extensão Universitária: organização e sistematização.** Coordenação Nacional do Forproex. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

RODRIGUES, Zuleide Blanco. **Os quatro pilares de uma educação para o século XXI e suas implicações na prática pedagógica.** S.l: Portal Educacional, 1999-2007. Disponível em: <<http://www.educacional.com.br/articulistas/imprimirOutros.asp?artigo=artigo0056>>. Acesso em: 23 jul. 2007

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA (Sesab). Assessoria de Comunicação Social. **Caderneta de Saúde do Adolescente é lançada na Bahia.** Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www1.saude.ba.gov.br/noticias/noticia.asp?NOTICIA=7127>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

_____. **Caderneta de Saúde do Adolescente é discutida em encontro.** Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2466:caderneta-do-adolescente-e-discutida-em-encontro&catid=1:noticiascidada-usuario&Itemid=14>. Acesso em: 24 jan. 2013.

_____. **Regiões de assistência em saúde.** Salvador, 2011. Disponível em: <http://www1.saude.ba.gov.br/mapa_bahia/Resultado.asp?DIRES=07+-+ITABUNA&Button1=Ok>. Acesso em: 24 jan. 2013.

SAITO, Maria Ignez. Medicina de adolescentes: visão histórica e perspectiva atual. In: SAITO, Maria Ignez; SILVA, Luiz Eduardo Vargas da (Coord.). **Adolescência prevenção e risco.** São Paulo: Editora Atheneu, 2001.

EXTENSÃO RURAL EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA NO SUL DA BAHIA

Marco Aurélio Rodrigues¹
Jamile Pereira Cunha Rodrigues²

Resumo: A Costa do Cacau, litoral sul da Bahia, é uma região com um dos mais importantes remanescentes de Mata Atlântica, mas também caracterizada por baixos índices de renda, pouca oportunidade de emprego e deficiências nos serviços de educação e saúde. Entre os grupos que sofrem com o modelo de desenvolvimento da região estão os moradores dos assentamentos de reforma agrária, em especial, os afrodescendentes. É nesse contexto, e com o objetivo de contribuir para mudanças dessa realidade, que a CARE Brasil desenvolve ações que buscam o desenvolvimento local, integrado e sistêmico, em especial atendendo às necessidades das famílias assentadas, marcadas por pouca escolaridade, baixa produção e capacidade de gestão limitada. As atividades do programa de extensão rural são desenvolvidas em cinco assentamentos de reforma agrária, utilizando a metodologia do desenvolvimento local que busca melhorias e mudanças nos campos: social, político e econômico. Os resultados do programa incluem melhoria da organização comunitária, geração de renda, produção de alimentos para subsistência e comercialização, instalação de sistemas de abastecimento de água, saneamento básico e restauração florestal. A conclusão é de que a extensão rural é fundamental para a melhoria das condições de vida dos assentados de reforma agrária, propiciando mudanças significativas nos assentamentos.

Palavras-chave: Assentamentos de reforma agrária. Extensão rural. Alívio de pobreza.

RURAL EXTENSION IN LAND REFORM SETTLEMENT PROJECTS IN SOUTHERN BAHIA

Abstract: *The Cocoa Coast in southern coast of Bahia, is a region with one of the most important remnants of the Atlantic Forest, but also characterized by low levels of income, low employment opportunities and deficiencies in education and health services. Among the groups that suffer from the development model in the region are the*

¹ Doutorando em Geografia, Instituto de Geociências da Unicamp. Ex-coordenador regional do Programa Bahia da CARE Brasil. *E-mail:* marcorodrigues@ige.unicamp.br.

² Administradora. Ex-analista de programas do Programa Bahia da CARE Brasil. *E-mail:* <jamicunha@yahoo.com.br>.

residents of agrarian reform settlements, especially those of African descent. It is in this context and in order to contribute to changing this reality that CARE Brazil develops initiatives that seek to develop integrated local and systemic, particularly meeting the needs of settlers, marked by poor education and low production capacity and limited management. The activities of the program extension are developed in five agrarian reform settlements, using the methodology of developing local search improvements and changes in the social, political and economic. The results of the program include improved community organization, income generation, food production for subsistence and sale, installation of water supply, sanitation and forest restoration. The conclusion is that the rural extension is critical to improving the living conditions of the settlers' agrarian reform, providing significant changes in the settlements.

Keywords: *Residents of agrarian reform. Rural extension. Poverty alleviation.*

Introdução e objetivo

A Costa do Cacaú faz parte de um dos mais importantes conjuntos de remanescentes da Mata Atlântica, com altos índices de diversidade biológica e endemismo. O Estado da Bahia, segundo mapa do – Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal da Esalq – USP (LERF) (2009), está inserido no Bioma Mata Atlântica, com área de 18.955.797 ha, tendo sido analisada no mapeamento feito pelo LERF, 11.152.520 ha, sendo 3.475.706 de área de vegetação nativa e 2.104.512 ha de áreas potenciais para a restauração florestal. Apesar da riqueza única e de possuir uma legislação moderna e específica, a Mata Atlântica continua sendo um ecossistema ameaçado e devastado.

Nessa região, uma porção expressiva da população sofre com baixíssimos níveis de renda, com deficiência de oportunidades de emprego e com a falta de serviços adequados de saúde e

educação. Os principais indicadores econômicos confirmam este quadro, demonstrando que uma parcela da população, tanto rural quanto urbana, se encontra numa posição extremamente precária e vulnerável, e nas populações mais vulneráveis da região estão os moradores dos projetos de assentamento da reforma agrária, em especial, os grupos afrodescendentes.

Neste contexto, a organização não governamental CARE Brasil, por meio do Programa Sul da Bahia para o Alívio de Pobreza (Prosulba), desenvolve o programa de extensão rural em algumas cidades da Costa do Cacaú, desde 2002, atuando com o desenvolvimento local, atendendo às necessidades das famílias de assentamentos de reforma agrária, marcadas pela baixa escolaridade, ineficiência produtiva e capacidade de gestão profundamente limitada.

De acordo com Almeida et al. (2010), a assistência técnica e extensão rural não é propriamente uma política social, mas sim, uma política pública de apoio ao desenvolvimento. A experiência da reforma agrária no Brasil e, em especial, de assistência técnica nesses espaços é recente e marcada pela fragilidade tanto do ponto de vista de sua infraestrutura quanto da oferta de serviços aos assentados. Nos municípios do sul do estado da Bahia, local que abriga parcela considerável de assentamentos de reforma agrária do Estado, as condições são bastante similares ao restante do país, com acesso restrito aos serviços de assistência técnica oficial.

Dessa forma a extensão rural desenvolvida no programa da CARE Brasil, torna-se de extrema importância e relevância, pois agrega assistência técnica para ações produtivas, comercialização, bem como temas relacionados à saúde, saneamento básico, educação, formação para a gestão comunitária, além de investimentos em infraestrutura como: reforma de cochos de fermentação de cacaú, barcaças, construção de unidades de processamento de frutas, entre outros.

Os relatos presentes neste artigo estão focados nos trabalhos desenvolvidos nos anos de 2010 e 2011.

Os assentamentos que fazem parte do programa de extensão rural são:

1. Projeto de Assentamento Coletivista Dom Hélder Câmara, município de Ilhéus, com 26 famílias, 158 pessoas e 240 ha, sendo 193 ha de cacau orgânico e certificado. A renda média familiar mensal é de R\$180,00;
2. Projeto de Assentamento Dandara dos Palmares, município de Camamu, com 65 famílias, 280 pessoas, 1.400 ha, sendo 300 ha de cacau. A renda média familiar mensal é de R\$ 237,00;
3. Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares, município de Camamu, com 50 famílias, 250 pessoas e 400 ha, sendo 120 ha de cacau. A renda média familiar mensal é de R\$ 170,00;
4. Projeto de Assentamento Terra de Santa Cruz, município de Santa Luzia, com 25 famílias, 120 pessoas, 380 ha, sendo 200 ha de cacau. A renda média familiar mensal é de R\$ 270,00; e
5. Projeto de Assentamento Rochedo, município de Uruçuca, 25 famílias, 102 pessoas, 380 ha, sendo 120 ha de cacau. A renda média familiar é de R\$180,00.

Problemas como baixa organização social dos assentados, altos índices de extrema pobreza – já que os mesmos não atingem a meta posta pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) (BRASIL, 2010), que estabelece o rendimento familiar *per capita* de R\$70,00 mensais como linha de extrema pobreza – baixa produtividade, dificuldade para produzir alimentos para a subsistência básica da família, falta de água potável e saneamento básico, ocasionando um grande número de doenças relacionadas à veiculação hídrica e à falta de saneamento, são fatores que motivaram a ação de extensão rural nos assentamentos.

Os temas trabalhados, no programa de

extensão rural, nos assentamentos de reforma agrária, foram divididos em dois tópicos. O primeiro foi a organização comunitária, o trabalho e a questão produtiva, envolvendo ações de criação de galinhas para subsistência; venda de galinhas e ovos; beneficiamento de frutas; produção de hortaliças orgânicas; produção de mudas de espécies nativas para comercialização e restauração de áreas de preservação permanente e reserva legal dos assentamentos; e manejo do cacau. O segundo tópico engloba questões relacionadas à educação e à saúde comunitária com ações de implantação de sistemas de abastecimento de água potável, saneamento básico e educação sanitária.

O objetivo do programa de extensão rural é apoiar os assentados nos temas citados acima, fornecendo cursos de formação, insumos, recursos financeiros para implantação dos projetos e assistência técnica continuada, através de equipes multidisciplinares com formação nos temas trabalhados.

O presente artigo apresenta os avanços desta experiência, além dos desafios enfrentados, e algumas aprendizagens produzidas na relação entre extensão rural e inclusão social nos cinco assentamentos de reforma agrária.

Metodologia

A base teórica conceitual, utilizada pelo programa de extensão rural, baseia-se no marco referencial das cinco dimensões do desenvolvimento local que contempla os temas: inclusão social, fortalecimento da economia local, inovação na gestão pública, gestão ambiental e a mobilização social (BROSE, 2004).

Os procedimentos metodológicos, adotados no programa de extensão rural, são os seguintes: realização de visitas técnicas semanais aos assentamentos para planejamento; orientação técnica; avaliação do desenvolvimento das atividades temáticas; fornecimento de insumos e equipamentos necessários para a produção;

cursos de formação nas áreas de produção (cau, horticultura e fruticultura), organização comunitária, saúde comunitária, consumo de água, educação sanitária, manutenção e limpeza de cisternas, proteção de nascentes, conservação e recuperação de áreas de preservação permanente e reserva legal, saneamento básico, utilização de equipamentos e maquinários.

Há também, no contexto metodológico, a realização de visitas técnicas, intercâmbios de aprendizagem, participação em oficinas e cursos em outros assentamentos de reforma agrária e instituições governamentais e não governamentais, que atuam com os temas trabalhados no programa de extensão rural. Com isso busca-se capacitar, formar os assentados atendidos, bem como mostrar, aos mesmos, experiências de assentamentos de reforma agrária onde já há estrutura produtiva e de organização e gestão comunitária, voltadas para os temas da extensão rural, criando uma melhoria significativa das condições de vida dos assentados de reforma agrária.

Análise e discussão dos resultados

Os resultados referentes às atividades realizadas no programa de extensão rural estão divididos abaixo por temas.

1. Organização comunitária

Foram realizadas capacitações nos assentamentos envolvendo jovens, adultos, homens e mulheres com os temas relacionados à gestão comunitária de projetos de extensão rural, associativismo, funcionamento das associações locais e gestão financeira de projetos produtivos. A participação dos jovens e dos grupos de mulheres, no desenvolvimento da extensão rural, é importante não apenas para um processo mais inclusivo, mas por contar com estes atores na mobilização dos demais assentados, contribuindo para a construção de entendimentos coletivos. Além disso, os jovens manifestam que

se sentem valorizados, à medida que os adultos tanto vêm mudando seu discurso, reconhecendo o esforço e dedicação dos jovens no trabalho, quanto abrindo maiores espaços para a participação do jovem no dia a dia do assentamento. Isso faz com que rapazes e moças deixem de buscar trabalho fora do assentamento, em especial em outros estados, fato muito comum nos assentamentos por falta de opção de trabalho.

Já os grupos de mulheres foram decisivos na participação ativa, em diferentes etapas do trabalho de mobilização, e convencimento de seus companheiros e amigos sobre a importância do desenvolvimento das ações.

2. Criação de Galinhas

O projeto de criação de avicultura de postura foi implantado, objetivando a geração de renda e a segurança alimentar das famílias envolvidas, mediante a criação de aves e produção de ovos para a comercialização e para subsistência.

No início do projeto, foi realizada uma capacitação acerca de noções básicas de avicultura de postura para as famílias envolvidas no projeto, visando um melhor conhecimento das atividades inerentes a essa prática. Na sequência, foi realizado o processo de adequação das instalações físicas, o provimento de equipamentos para o galpão e a desinfecção do ambiente para garantir a sanidade, o conforto e o bom desenvolvimento das aves, na fase inicial de crescimento.

O projeto é acompanhado constantemente através da pesagem das aves e averiguação da dosagem de ração servida. Dessa forma, foi possível verificar o bom desenvolvimento das aves, orientar readequação alimentar e o fornecimento de alimentos complementares.

Durante a execução do projeto, houve perdas de aves, algumas por morte natural, fator típico da criação, e ocorreram dentro das estimativas normais (3% a 5%); outras pela doença coccidiose, o que comprometeu a postura, devido ao tamanho irregular das aves afetadas. Todo projeto

é passível de problemas, em seu período de execução, e cabe à equipe e à coordenação do mesmo buscar medidas para saná-los. Nesse caso, decidiu-se pela aplicação de medicamentos em algumas aves, e pela venda de outras que apresentavam problemas de crescimento. O recurso advindo dessa venda foi investido no próprio galinheiro. Algumas aves praticaram canibalismo, o que foi solucionado com a debicagem, em todo o plantel, impedindo maiores prejuízos.

O sucesso do projeto sempre está atrelado ao envolvimento das famílias e à implantação do padrão de criação orientado. Foi observado que o manejo das aves é executado pelas famílias de maneira correta, em ambiente limpo, com boas condições de instalação e de piquete, aspecto sanitário das aves perfeito com o fornecimento de pasto, complemento alimentar corrigido e fornecido dentro do padrão esperado, vacinação e vermifugação de acordo com o calendário.

3. Produção e beneficiamento de frutas

Consiste na assistência técnica para a produção de frutas e seu beneficiamento. Foram construídas e equipadas três unidades de processamento de frutas nos assentamentos, também foram realizadas capacitações nos temas sobre produção de doces, geleias e achocolatados. As capacitações envolveram temas relacionados à questão sanitária, higiene pessoal, higienização de equipamentos e utensílios, normas e procedimentos para comercialização, rotulagem, entre outros.

4. Produção de hortaliças orgânicas e comercialização nas feiras dos municípios

Foi dada assistência técnica continuada para grupos de mulheres e jovens para instalação de hortas orgânicas, para segurança alimentar dos moradores dos assentamentos e comercialização dos produtos nas feiras dos municípios. As hortas orgânicas foram instaladas, a partir da demanda das mulheres e jovens, como uma alternativa para a geração de trabalho e renda desses dois grupos. Foi fornecido, além da as-

sistência técnica, os insumos necessários para a implementação das primeiras hortas, e o apoio para o transporte e comercialização da produção nas feiras dos municípios.

5. Produção de mudas de espécies nativas

A ação de produção de mudas de espécies nativas é destinada à comercialização e restauração de áreas de preservação permanente e reserva legal dos assentamentos. Foram produzidas pelos grupos de jovens e mulheres, com apoio das associações locais e parceria junto ao Instituto Cabruca e Instituto Floresta Viva, cerca de 50 mil mudas de espécies nativas da Mata Atlântica, utilizadas para a restauração florestal das áreas de preservação permanente dos assentamentos. O programa de extensão rural, para o desenvolvimento dessa atividade, capacitou os participantes dos assentamentos nos temas sobre desenvolvimento de parceria para produção de mudas e restauração florestal. As mudas produzidas, nos assentamentos, foram adquiridas pelo programa de restauração florestal da CARE Brasil e doadas para o plantio nos referidos assentamentos.

Existe um mercado regional para a produção e venda de mudas de espécies nativas, para tanto, é necessário a continuidade dos processos de formação dos assentados em relação ao tema. Existe um mercado crescente para a venda das mudas, podendo com isso criar alternativas de geração de renda em especial para os grupos mais interessados no tema, nesse caso, os jovens e mulheres dos assentamentos.

6. Manejo do cacau

Foram desenvolvidas inúmeras atividades de extensão rural de forma continuada, relacionadas ao manejo e produção do cacau, com vista ao incremento da produção e renda dos produtores. Foram realizados cursos, seminários, dias de campo, visitas técnicas e intercâmbios com o objetivo de capacitar os produtores em relação ao manejo do cacau. Também foram realizados treinamentos relacionados à comercialização, colheita e pós-colheita do

cacau. Estas atividades de capacitação foram associadas a investimentos, realizados pela CARE Brasil, na reforma de barcaças, cochos de fermentação, insumos, sementes, dentre outros necessários para a produção do cacau.

7. Educação e saúde comunitária

A atividade de educação e saúde comunitária continha ações de implantação de sistemas de abastecimento de água potável, saneamento básico e educação sanitária. A CARE Brasil, através do Programa Federal “Água Para Todos”, apoia a implantação do sistema do abastecimento de água potável nos referidos assentamentos de reforma agrária. O governo federal tem a função de instalar sistemas externos de abastecimento de água. A CARE Brasil apoia os moradores na instalação da água dentro da residência, disponibilizando material e desenvolvendo ações educativas relacionadas a recursos hídricos; além de incentivar os assentados, na negociação junto às prefeituras, para a implantação dos banheiros e demais ações de saneamento básico.

Foram realizados diagnósticos das condições de acesso à água e ao saneamento nos assentamentos, onde o programa atua. Aconteceram também trabalhos de base para instalação do sistema, como por exemplo, a topografia das áreas, análise por geólogos dos pontos para perfuração dos poços para coleta de água, como também foi iniciado a perfuração dos poços. Em paralelo ao sistema de obras, trabalhamos, com a população local, o processo educativo para o recebimento da água, tratando de temas como economia de água, conservação, proteção e recuperação de cursos de água, como nascentes e matas ciliares. Da mesma forma, abordamos o processo educativo para a instalação e uso dos banheiros, ou seja, a questão da educação sanitária do programa de acesso à água. Essa formação em educação sanitária é de grande relevância, pois os assentados, pelo fato de não possuírem banheiros em suas casas, precisam mudar o hábito atual que é fazer as necessidades básicas no quintal. Para que haja

sucesso no uso, a formação em educação sanitária básica é muito importante, pois é uma mudança de hábito na vida do assentado.

8. Restauração florestal

Os assentados foram capacitados para atuar e participar em diferentes estágios do trabalho de restauração: medição da área; avaliação detalhada das condições do local; a definição de área a ser recuperada; a análise de solos; seleção de espécies a serem plantadas; balizamento e colocação de estacas na área; abertura de berços; adubação dos berços com adubos orgânicos; plantio; definição da forma de manutenção do plantio; e replantio em locais onde a muda não pode sobreviver.

Um processo importante foi capacitar os assentados para monitorar o desenvolvimento da muda e, caso necessário, fazer replantio em alguns berços. Considerando que algumas mudas não sobrevivem e que o ataque de formigas e o fogo são muito comuns na região, o monitoramento bem feito é estratégico para garantir o resultado do processo de restauração. Neste sentido, o envolvimento e a sensibilização dos assentados têm sido decisivos, e a experiência nos mostra que este processo de sensibilização deve ser constante.

Outra aprendizagem foi perceber a importância de garantir uma prática dialógica constante e o exercício de leitura e interpretação coletiva da legislação ambiental, para a construção de entendimentos, junto aos assentados sobre a necessidade da ação de restauração.

A postura participativa e dialógica de construção de entendimentos e uma metodologia que coloca a restauração florestal, dentro de um contexto de desenvolvimento local, foram determinantes para a mobilização dos assentados e o estabelecimento dos acordos, que permitiram o início e continuidade da ação.

Também, em função das inúmeras urgências que assolam os assentamentos, outra dificuldade era construir uma visão de investimento de longo prazo relacionada aos benefícios futuros da restauração florestal. Neste sentido, foi

fundamental a parceria e a mobilização com os jovens e mulheres, que tiveram mais facilidade de construir uma visão de futuro, e de se comprometer com a manutenção das mudas e das árvores, por períodos de tempos mais longos.

Neste sentido, envolver os assentados, em todas as etapas metodológicas da restauração, permitiu qualificar a mão de obra local, deixando um conhecimento que poderá ser aplicado em outros processos de plantio que fornecerão outros benefícios para as famílias.

A conexão com os demais temas trabalhados, nos projetos de assentamento, buscando a criação de sinergia entre os temas é uma ação imprescindível. Percebemos que conectar o tema restauração florestal, com os demais temas trabalhados nos assentamentos, é de fundamental importância, pois possibilita uma visão mais integrada da propriedade.

Ficou claro, no processo, que os assentados não faziam a relação entre a necessidade de conservar as florestas de margens de rios, nascentes e topos de morro com a qualidade e quantidade das águas. Em sua maioria, essas áreas estavam degradadas e, com isso, os assentamentos passam por grandes dificuldades no acesso à água potável de qualidade.

A criação de uma cooperativa de serviços pode vir a ser um instrumento de geração de renda, bem como de profissionalização dos assentados, em especial mulheres e jovens, em relação ao tema: restauração florestal. Acredita-se que exista um mercado próspero a ser ocupado para a venda de mudas e prestação de serviços técnicos de restauração florestal, no entanto se faz necessário dar continuidade às ações de extensão rural, bem como de investimentos financeiros na formação, capacitação dos assentados em temas como produção de mudas, seleção de sementes, constituição e manutenção de viveiros (viveiristas), técnicas de preparo das áreas, plantio e monitoramento das mudas; ocupando, dessa forma, uma lacuna existente no sul da Bahia para a restauração florestal, possibilitando a geração de emprego e renda

para os assentados de reforma agrária.

Um fator determinante para essas oportunidades é o chamado Acórdão TCU/INCRA/MDA – Tribunal de Contas da União e Instituto de Colonização e Reforma Agrária –, publicado no Diário Oficial da União (BRASIL, 2007), seção 1, número 237, de 11 de dezembro de 2007, documento número 2633/2007, onde a restauração florestal e a averbação da reserva legal dos assentamentos de reforma agrária passam a ser obrigatórias para o acesso aos recursos públicos. A partir do Acórdão e dos termos de ajustamento de conduta em execução, inúmeras áreas no sul da Bahia deverão ser restauradas, criando, assim, oportunidades de geração de emprego e renda para os agricultores familiares, em especial os assentados de reforma agrária.

A equipe da CARE Brasil atuou tanto na facilitação do acesso e do entendimento da legislação, quanto na mediação dos processos de tomada de decisão. Na definição das áreas, foi dada atenção especial para aquelas onde a legislação da Mata Atlântica exige partes florestadas, sendo elas as margens de rios, as matas ciliares, a reserva legal, as regiões de nascentes e os topos de morros. São áreas de preservação permanente que exigem a necessidade de manutenção da floresta como forma de garantir a qualidade e quantidade de água, bem como proteger e conservar a biodiversidade local.

Esta reflexão, conduzida pela equipe da CARE Brasil, conseguiu quebrar a resistência por parte dos assentados que compreendia que as áreas deveriam ser utilizadas apenas para processos produtivos, em especial o pasto para o gado, ignorando assim as implicações legais. Para tanto foi necessário um processo intenso de reflexão dialogada onde, além de esclarecer a parte legal, foi necessário criar um entendimento sobre os cuidados com a terra e o bem-estar socioambiental do assentamento. Esta reflexão foi importante, principalmente, para mobilizar os jovens e mulheres dos assentamentos em torno das ações de restauração florestal.

Considerações finais

O programa de extensão rural da CARE Brasil que, atuando tanto por meio de projetos próprios como na participação de iniciativas comunitárias, busca fomentar mudanças no campo social, político e econômico, visando fortalecer o desenvolvimento local dos assentamentos de reforma agrária.

A partir do desenvolvimento e do aprendizado com o programa de extensão rural, foi possível estruturar ações estratégicas que possibilitaram melhorar as condições de vida das famílias, em situação de vulnerabilidade, moradoras dos referidos assentamentos de reforma agrária.

As atividades de extensão rural contribuem de forma significativa para o fortalecimento da gestão comunitária, da produção de alimentos e da segurança alimentar, como também potencializa um uso mais racional dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, busca equacionar deficiências básicas relacionadas ao acesso à água potável e ao saneamento básico.

Evoluir na implementação de programas de extensão rural, em assentamentos de reforma agrária da Costa do Cacau, pode vir a ser um dos grandes instrumentos para o resgate da cidadania desses grupos mais vulneráveis. Para tanto, é necessário o apoio para a implementação de políticas públicas, voltadas para a melhoria das condições de vida, como também para a execução de ações de extensão rural que possibilitem de fato aos moradores dos assentamentos de reforma agrária produzir, se organizar, ter acesso a informações e conhecimentos acumulados ao longo da existência dos referidos assentamentos.

A partir das atividades desenvolvidas pelo programa de extensão rural, houve uma melhora significativa na renda dos assentados, envolvidos nas atividades, passando de uma renda média mensal em torno de R\$200,00 para cerca de R\$520,00, no conjunto das atividades produtivas. Vale ressaltar que, para o

aumento da renda dos assentados, houve um investimento do programa de extensão rural em insumos, compra de aves, ração, medicamentos, mudas e, também, no transporte para a produção ser comercializada nas feiras dos municípios. Este fato é importante de ser analisado, pois a metodologia e a dinâmica do trabalho preveem que, a partir de um momento, esse apoio financeiro deixará de acontecer. Dessa forma é importante a capacitação dos envolvidos na gestão e controle da produção e comercialização, pois as atividades deverão ser autossustentáveis, ou seja, ao final do ciclo produtivo e da comercialização, os assentados deverão gerar renda, mas também ter recursos para investir nas atividades produtivas.

Outros dois resultados importantes foram o envolvimento de jovens e mulheres nas atividades produtivas do assentamento, fato que até então não vinha ocorrendo, bem como o aumento na autoestima dos envolvidos, visto que passaram a ser valorizados no assentamento, além de ter acesso a recursos financeiros que são importantes no contexto do alívio de pobreza.

E, por último, a questão da segurança alimentar, que é um tema de extrema importância nos assentamentos de reforma agrária, visto que muitos vinham de situações de extrema pobreza. A produção das hortas orgânicas e da granja, com aves e ovos, passou a ser consumida, melhorando a alimentação das famílias.

Referências

ALMEIDA, S. C. R.; OLIVEIRA, M. N.; XAVIER, J. H. V. A descentralização da Política Nacional de ATER: uma experiência nos assentamentos de reforma agrária no noroeste mineiro – Brasil. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, dez. 2010, p. 551-560.

BRASIL. Acórdão TCU – INCRA/MDA, Tribunal de contas da União e Instituto de Colonização e Reforma Agrária, 2007. Documento número 2633/2007. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, n. 237, 11 dez. 2007. Seção 1.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS). **Programa Políticas Nacionais de Desenvolvimento Social, Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: 2010.

BROSE, M. E. **Desenvolvimento local**. Uma conceituação empírica. Ijuí: Editora Unijuí. 2004. (Programa de Incentivo a Produção Docente).

CARE BRASIL. **Relatórios técnicos internos**. 2010. (Inéditos). Programa Prosulba.

RODRIGUES, Ricardo Ribeiro; BRANCALION, Pedro Henrique Santin; ISERNHAGEN, Ingo (Org.). **Pacto pela restauração da Mata Atlântica**: referencial dos conceitos e ações de restauração florestal. São Paulo: LERF/ESALQ – USP; Instituto BioAtlântica, 2009.

PROJETO REABILITANDO FERIDAS

Roberta Leane Oliveira Araújo Santos¹
Juçara dos Santos Carvalho Coelho²
Laisa Andrade Lacerda
Noemi Conceição Santos
Poliana Stephane Matos Costa
Vivian Santos Guimarães
Renato Fontana³

Resumo: O projeto Reabilitando Feridas utiliza técnicas de laserterapia e radiação ultravioleta no tratamento de úlceras de decúbito, oferecendo uma assistência fisioterapêutica para pacientes com problemas neurológicos, acamados, hospitalizados e não-hospitalizados, portadores de úlceras de pressão. O projeto visa estabelecer a condição física, o bem-estar, proporcionando uma reabilitação mais rápida e eficiente aos portadores desta patologia. Dessa maneira, este estudo assiste pacientes que desenvolveram graves lesões na pele, em decorrência do tempo prolongado no leito, e lhes oferece um serviço de prevenção e tratamento fisioterapêutico duas vezes semanais, na Clínica Escola de Fisioterapia da Unime/Itabuna. Trata-se de um projeto com parceria entre a União Metropolitana de Educação e Cultura (Unime-Itabuna) e o Mestrado de Microbiologia e Biotecnologia da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), onde os discentes envolvidos colocam em prática os conhecimentos adquiridos em benefício da comunidade.

Palavras-chave: Fisioterapia. Escaras. Reabilitação.

PROJECT REHABILITATING WOUNDS

Abstract: *The project Rehabilitating Wounds, uses techniques of ultraviolet radiation and laser therapy in the treatment of decubitus ulcers, offering physical therapy for patients with problems neurological, bedridden, hospitalized and non-hospitalized patients with pressure ulcers. The project aims to establish the physical condition, well-being, providing a faster and more efficient rehabilitation to patients with this pathology. Thus, this study addresses patients who developed severe skin lesions due to prolonged time in bed, and offers them a service of prevention and treatment twice weekly physiotherapy in the School of Physiotherapy Clinic Unime/Itabuna. This is a*

1 Fisioterapeuta graduada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Especialista em Geriatria e Gerontologia (UESB); Mestranda em Biologia e Biotecnologia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc). E-mail: <wilanechu@hotmail.com>.

2 Discentes do Curso de Fisioterapia da Universidade Metropolitana de Educação e Cultura (UnimeFacSul) / Itabuna.

3 Bacharel em Biomedicina pelo Centro Universitário Hermínio Ometto de Araras; Mestre em Ciências Biológicas (Microbiologia Aplicada) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; e Doutor em Ciências Biológicas (Biologia Celular e Molecular) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor Pleno da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc).

project with a partnership between Metropolitan Union of Education and Culture (Unime-Itabuna) and MSc Microbiology and Biotechnology, State University of Santa Cruz (Uesc), where the students involved put into practice the knowledge acquired for the benefit of the community.

Keywords: *Physiotherapy. Bedsores. Rehabilitation.*

Introdução e objetivos

O Projeto de Extensão *Reabilitando Feridas* teve origem a partir de um conjunto de ações assistenciais voltadas para o tratamento de feridas, desenvolvida no setor de Estágio Supervisionado em Fisioterapia Dermatofuncional e Neurológica, da União Metropolitana de Educação e Cultura (Unime/Itabuna).

A percepção de que, no município de Itabuna, Bahia, os indivíduos com problemas neurológicos, acometidos de úlceras de pressão são suspensos do atendimento fisioterapêutico, realizado nos centros de reabilitação, até que ocorra a cicatrização da lesão. Devido ao aumento do risco de infecções, tornou-se referência, na Clínica Escola de Fisioterapia da Unime, o tratamento das feridas, utilizando aparelhos fisioterápicos no processo de reabilitação das ulcerações.

Essa assistência é dada a partir de um conjunto de ações processuais de caráter científico-tecnológico, educativo e social, com a ajuda dos discentes e docentes do curso. Além dos estudos desenvolvidos, no tratamento das feridas, técnicas modernas, utilizando aparelhos de fototermoderapia, são utilizadas e auxiliam nos procedimentos específicos inerentes à atuação fisioterapêutica, que proporcionam o compromisso social da universidade em promover ações integradas de igualdade e democracia.

Trata-se de um projeto acadêmico, científico e assistencial que tem por objetivos efetuar o atendimento e acompanhamento dos

portadores de úlceras de pressão, utilizando laserterapia e radiação ultravioleta, e sua influência no processo de cicatrização da ferida. E também, proporcionar atividades de ensino para alunos de graduação da área de saúde, e produzir pesquisas visando à implementação de inovações na prática.

No Brasil, são poucas as pesquisas sobre a incidência das úlceras por pressão (UP). Contudo estudos realizados por Costa et al. (2005) relatam que 60% dos indivíduos tetraplégicos apresentam UP, 66% são idosos com fraturas de colo de fêmur, seguido por pacientes em estado crítico (33%), e, aproximadamente, 40% dos pacientes, que sofreram traumatismo raquimedular, desenvolveram úlcera de pressão.

O ambiente hospitalar pode favorecer o aparecimento dessas lesões que representam desconforto físico para o indivíduo, aumento de gastos com o tratamento, aumento do risco para desenvolver infecções e até levar ao óbito (PAIVA, 2008). Por estes motivos, cuidados onerosos e possibilidade de desenvolver infecções, estratégias vêm sendo adotadas para desonerar o Estado dos pacientes com problemas crônicos estáveis, de recuperação lenta, e que exigem intervenções contínuas das equipes multiprofissionais. Uma delas é a inclusão da atenção domiciliar de modalidades de atendimento, a qual direciona aos serviços de saúde, ofertados pelas unidades e centros de saúde, a responsabilidade da assistência para esses indivíduos (MARQUES; FREITAS, 2009).

Diante do exposto e considerando o desenvolvimento da úlcera de pressão um problema de saúde pública, diversas estratégias terapêuticas estão sendo traçadas para sua manipulação, dentre elas a utilização da radiação ultravioleta (UV) e laserterapia, como meios terapêuticos adjuvantes (PRENTICE, 2004; KITCHEN; BAZIN, 2003). Apesar da tecnologia avançada e da aplicação de técnicas adequadas, uma grande quantidade de úlceras de decúbito não cicatrizam e, por isso, alguns agentes adjuvantes têm sido estudados.

Assim, este trabalho está direcionado para pacientes neurológicos, portadores de úlceras de pressão que, após alta hospitalar, buscaram assistência em serviços de saúde, com o intuito de dar continuidade a seu processo reabilitatório.

Metodologia

O projeto *Reabilitando Feridas* está vinculado ao setor de Fisioterapia da União Metropolitana de Educação e Cultura (Unime), município de Itabuna, Bahia, e tem como público alvo os pacientes com acometimentos neurológicos, atendidos na Clínica-escola de Fisioterapia da Unime, acometidos de úlceras de pressão, também conhecidas como escaras e/ou úlceras de decúbito.

O projeto teve início em abril de 2012, os procedimentos realizados são aplicados pelos alunos do Curso de Fisioterapia a partir do 4º semestre, e orientados pela fisioterapeuta supervisora e coordenadora do projeto.

São atendidos gratuitamente, pelos discentes do curso de Fisioterapia, aproximadamente 22 indivíduos portadores de sequelas neurológicas por turno. Participam do projeto apenas os pacientes acometidos de úlceras de decúbito que se disponibilizam e aceitam a intervenção de maneira diferenciada. Estes são submetidos ao tratamento, utilizando radiação ultravioleta e laserterapia por tempo pré-determinado, 2 vezes semanais, cada sessão com duração de aplicação do aparelho por 10 minutos, com um tempo total de atendimento de 40 minutos.

Para atender os pacientes portadores de feridas, foi elaborado um protocolo de atendimento, um plano detalhado para o estudo do problema, e como instrumentos de registro e análise dos dados são utilizados: os prontuários dos pacientes para coleta de informações referentes às características socioeconômicas, histórico da patologia atual e pregressa, e observação da medicação tomada pelo paciente; e a Ficha de Avaliação da ferida, que é a

versão portuguesa (PSST-PT) desenvolvida, em 2005, pelo Centro de Estudos e Investigação em Saúde da Universidade de Coimbra (Ceisuc), baseada no *Pressure Sore Status Tool* (PSST), desenvolvido por Barbara Bates-Jensen, em 1990. Sendo a classificação das úlceras feita segundo a *American National Pressure Ulcer Advisory Panel* (2007).

Dessa forma, o protocolo elaborado e implementado, em abril de 2012, visa avaliar os pacientes portadores de úlceras de pressão, estabelecer condutas para a cicatrização das feridas, orientar hábitos que melhorem o estado de saúde desses pacientes com o objetivo de reabilitação destas feridas.

Os procedimentos utilizados para aplicação do tratamento são baseados nas seguintes etapas:

- seleção dos pacientes com úlcera de pressão;
- conversa com os pacientes e/ou acompanhantes, explicitando os objetivos da pesquisa, sua importância e riscos;
- avaliação da ferida e graduação de sua gravidade (graus I, II, III e IV);
- registro fotográfico;
- limpeza da UPS com soro fisiológico estéril em abundância, em jato;
- coleta de material para análise microbiológica e encaminhamento para o laboratório;
- aplicação do aparelho de fisioterapia;
- nova coleta de material microbiológico após aplicação do aparelho;
- curativo;
- liberação do paciente.

Análise e discussão dos resultados

Os resultados do *Projeto Reabilitando Feridas* (FIGURAS 1, 2, 3 e 4), observados e registrados através de fotografias, foram obtidos obedecendo aos preceitos éticos dos estudos realizados com seres humanos, conforme Resolução n. 196/96, do Conselho Nacional de Saúde.

FIGURA 1 – Úlcera de pressão tirada no primeiro dia de avaliação do paciente



Fonte: Roberta Leane Oliveira Araújo Santos, 2013.
Nota: Lesão inicial sem tratamento fisioterapêutico e medicamentoso.

FIGURA 2 – Úlcera de pressão tirada após 2 semanas de tratamento com radiação ultravioleta, 10 minutos de aplicação, 2 vezes semanais



Fonte: Foto de Roberta Leane Oliveira, 2013.

A radiação UV, utilizada para tratamento na FIGURA 1, é classificada como não ionizante e somática, sendo seus mecanismos importantes na promoção de efeitos biológicos e terapêuticos, responsáveis pelas ações bactericidas e cicatrizantes, no processo de reparação tecidual (PRENTICE, 2004).

Dentre os efeitos biológicos, podemos citar a produção de eritema e vasodilatação, produzidos pela liberação de substâncias vasodilatadoras; bron-

zeamento; hiperplasia da pele, isto é, acréscimo na taxa de divisão das células basais da epiderme, resultando no espessamento da epiderme; produção de vitamina D; envelhecimento da pele (PRENTICE, 2004; KITCHEN; BAZIN, 2003).

No contexto terapêutico, observa-se a melhora de úlceras de pressão (FIGURAS 2 e 4), devido à hiperplasia da pele e à ação bactericida; esterilização (ação bactericida); maior absorção de cálcio e de fósforo, pela produção de vitamina D; tratamento de doenças de pele (PRENTICE, 2004; KITCHEN; BAZIN, 2003).

FIGURA 3 – Úlcera de pressão tirada no primeiro dia de avaliação do paciente



Fonte: Foto de Roberta Leane Oliveira, 2013.
Nota: Lesão inicial sem tratamento fisioterapêutico e medicamentoso.

FIGURA 4 – Úlcera de pressão tirada após 5 meses de tratamento com laserterapia, técnica pontual nas bordas da ferida, 4 joules, 2 vezes semanais



Fonte: Foto de Roberta Leane Oliveira, 2013.

Segundo Jones Agnes (2011), o *laser*Al-GaInp, tratamento utilizado na Figura 3, auxilia na organização do processo inflamatório, estimula a neovascularização, diminui a perda funcional, incremento da oxigenação tecidual, favorecimento das reações de reparo e melhoria da microcirculação.

Esse efeito cicatrizante (FIGURA 4) ocorre por um incremento na produção de ATP, que proporciona um aumento da velocidade mitótica das células, estimulando a microcirculação que aumenta a liberação de elementos nutricionais, associados ao aumento da velocidade mitótica, facilitando a multiplicidade das células. Assim, ocorre o efeito de neovascularização, a partir dos vasos já existentes, gerando melhores condições para a cicatrização rápida (STEFANELLO; HAMERSKY, 2006).

Considerações finais

A aplicação do projeto concorda com as diretrizes curriculares do Curso de Fisioterapia da Unime, que preconiza a formação de um profissional generalista, de qualidade, ético e capaz de trabalhar em equipe.

Dessa forma, além do resultado positivo e auxílio à cicatrização das úlceras, foram notados pacientes mais felizes e correspondendo às atividades fisioterapêuticas solicitadas com maior empenho. As comunidades itabunenses e das regiões vizinhas foram mais bem assistidas com a parceria das universidades, e beneficiada com a disponibilidade, o conhecimento e a boa vontade dos discentes e dos profissionais envolvidos.

FIGURA 5 – Logomarca do Projeto Reabilitando Feridas



Fonte: Elaborada para divulgação.

Referências

- AGNE, J. E. **Eu sei eletroterapia**. Santa Maria: Pallotti, 2011.
- AMERICAN NATIONAL PRESSURE ULCER ADVISORY PANEL. **Pressure Ulcer Stages Revised by NPUAP [on-line]**. Washington, DC, 2007. Disponível em: <<http://www.npuap.org/pr2.htm>>. Acesso em: jan. 2010.
- COSTA, A. et al. **Enfermagem e úlceras por pressão: da reflexão sobre a disciplina às evidências nos cuidados**. coletânea. S. l., 2005. Disponível em: <<http://ice-mac.org/pdf/colectanea/ci.pdf>>. Acesso em: abr. 2010.
- KITCHEN, S.; BAZIN, S. **Eletroterapia: prática baseada em evidências**. 11. ed. Barueri: Manole, 2003.
- MARQUES, G. Q.; FREITAS, I.B.A. Experiência-piloto de assistência domiciliar: idosos acamados de uma Unidade Básica de Saúde, Porto Alegre, Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 43, n. 4, p. 825-832, 2009. Disponível em: <<http://www.ee.usp.br/reusp/>>. Acesso em: maio 2010
- PAIVA, L.C. **Úlcera de pressão em pacientes internados em um hospital universitário em Natal/RN: condições predisponentes e fatores de risco**. 2008. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
- PRENTICE, W. E. **Modalidades terapêuticas para fisioterapeutas**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- STEFANELLO, T. D.; HAMERSKI, C. R. **Tratamento de úlcera de pressão através do laserAsGa de 904 nm**– um relato de caso. Arquivos de Ciências da Saúde da Unipar, Umuarama, v. 10, n. 2, p. 99-103, maio-ago. 2006. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/saude/article/viewFile/273/244>>. Acesso em: set. 2010.

SERVIÇO DE REFERÊNCIA DOS DIREITOS DA MULHER

Guilhardes de Jesus Júnior
Érica Almeida Leal
Jhader Cerqueira do Carmo

Resumo: Partindo do pressuposto de que as mulheres sempre estiveram em uma posição assimétrica em relação aos homens, e que, diante disso, sejam necessárias medidas inovadoras para reverter essa situação problemática. Visto que os direitos básicos e os valores de cidadania são essenciais para a manutenção da vida de qualquer ser humano, independente do gênero, e garantem um aumento na autoestima, além de dignidade; e mesmo assim esses conhecimentos não alcançam os descamisados da sociedade tradicional. O presente artigo visa argumentar em favor da imprescindibilidade da transferência de conhecimento na conscientização das mulheres acerca da equidade de oportunidades para fomentar o progresso social e na construção de um mundo mais humanitário. Para tal, serão analisadas ações na modalidade de extensão do Serviço de Referência dos Direitos da Mulher, projeto acadêmico da Universidade Estadual de Santa Cruz, na região de abrangência da universidade, num grupo feminino componente da Reserva Extrativista de Canavieiras/BA, a Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia. Ademais, para fundamentação teórica e metodológica, a produção científica foi embasada na pesquisa através da revisão da literatura nos campos legislativo, educacional e social.

Palavras-chave: Conhecimento. Direitos humanos. Mulheres. Transferência.

Reference service for Women's Rights

Abstract: *Starting from the assumption that women have always been in an asymmetric position in relation to men, and before innovative measures are needed to reverse this troubling situation. Since, the basic rights and values of citizenship are essential for maintaining the life of any human being, regardless of gender, across the earth, and moreover, they guarantee an increase in self-esteem, and dignity; and yet these do not reach the knowledge of shirtless people in the traditional society. This article aims to argue for the indispensability of the educational process named knowledge transfer in increasing awareness among women about the opportunities to promote equality and social progress, and building a more humane world. To this aiming, actions in the extension modality will be analyzed made by Serviço de Referência dos Direitos da Mulher, academic project from Universidade Estadual de Santa Cruz, held in Canavieiras/BA, in a women group called Rede de Mulheres Pescadores e Marisqueiras do Sul da Bahia. In addition to theoretical and methodological basis,*

this production was based on research by literature reviewing in legislative, educational and social issues.

Keywords: *Human rights. Knowledge. Women. Transfer.*

Introdução e objetivos

Ao longo dos anos, séculos, o gênero feminino esteve, na grande maioria das vezes, em situação de inferioridade em relação ao coletivo masculino, nos diversos ambientes sociais da humanidade. Todavia a sociedade ainda tem a concepção de que "ser mulher" significa não ter a capacidade e, conseqüentemente, não poder tomar as decisões básicas relacionadas à vida, nesse caso, vivida sem plenitude.

A questão central no que toca a relação de poder entre os gêneros está pautada na ideia tradicional de que a mulher necessita ser subjugada pelo homem, e qualquer ação fora desse padrão "comum" e "aceitável" era mal vista socialmente. Isso quer dizer que as mulheres deveriam subordinar os direitos de suas vidas às vontades de seus pais e, posteriormente, às de seus maridos (RIBEIRO, 2006).

Na outra extremidade desse elo social, fundamentado na desigualdade, os homens passaram a se afirmar como proprietários do corpo, da liberdade, dos direitos, das decisões, enfim, da vida das representantes do sexo feminino. Essa imposição de autoridade, impulsionada pelos ideais de uma sociedade patriarcal e, portanto, sexista e machista, fez com que fossem escassos os mecanismos direcionados ao desenvolvimento feminino, ocasionando ainda complicações às mulheres, a exemplo de: dificuldade no acesso aos direitos básicos, valores de cidadania, segurança, lazer, educação e saúde, impossibilidade de conquistar espaços de liderança, além da violência dos mais variados tipos no meio doméstico.

No entanto a revolução, ocorrida no cam-

po legislativo, no sentido de proteger a vida das pessoas, com atenção especial àquelas oriundas de grupos historicamente excluídos – crianças, adolescentes, índios e mulheres – tem contribuído para despertar a sociedade acerca das problemáticas envolvendo o gênero feminino. Ana Lúcia da Silva Garcia (2010), em sua publicação sobre a contribuição da mulher na construção de novas relações de produção na economia solidária, explica que essas transformações na concepção de leis para a valorização da imagem feminina permitiram que:

[...] as mulheres pudessem ocupar novos espaços na sociedade, buscando se reposicionar frente às relações machistas estabelecidas em nossas sociedades, que demarcava para elas apenas o espaço do lar e do cuidado dos filhos, doentes e idosos. Também foi fundamental para que a vida privada e as diversas formas de violência intrafamiliares sofridas pudessem ganhar voz e o espaço de debate na sociedade (p. 94).

Nos tempos hodiernos, apesar do estudo de gênero, representação e identidade ser uma área de investigação científica recente no campo das ciências sociais, a mulher e as suas temáticas nunca estiveram tão no centro da atenção e das discussões das Ciências Humanas. Em consequência dessa demanda por conhecimento específico nessas questões, existe uma corrente de produções acadêmicas como artigos científicos, revistas, panfletos, pesquisas, manifestações e atividades de extensão.

A extensão, sob esse enfoque educacional, social e estratégico, visa fomentar a comoção na sociedade e garantir uma mudança na situação de risco em que se encontram as mulheres, no Brasil e no mundo.

Todos os empreendimentos, envolvendo a transmissão ou transferência de conhecimento – ações "extensionistas" –, principalmente, em relação às mulheres que se situam à margem desses conceitos acadêmicos, se configuram

imprescindíveis para que essas se tornem, posteriormente, "empoderadas", para realizar o seu próprio progresso, se sentindo capazes de comandar todos os passos da sua vida.

Além disso, educar com a finalidade de expandir o desenvolvimento humanitário é um valor de ordem internacional, garantido no segundo parágrafo, do artigo XXVI, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o qual explicita que:

A educação terá por objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais/éticos ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da paz (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000, p. 12).

É importante destacar que o transporte do conhecimento, agregado na universidade, sobre os direitos e garantias humanitários para a massa popular, é considerado muito mais do que uma ação de cunho puramente acadêmico. Fazer extensão é intervir numa situação de mazela social, estrategicamente, criando iniciativas alternativas, e, além disso, inovadoras em relação às bases da educação.

Do ponto de vista da questão do coletivo feminino, as movimentações que visam à educação em direitos humanos e sociais colocaram em foco para debate a relação desequilibrada que acontecia, e ainda em muitas localidades ao redor do globo terrestre, persiste em acontecer entre homens e mulheres.

Retomando o que foi inicialmente introduzido, um dos problemas que a desigualdade das relações de poder entre os gêneros masculino e feminino gerou, foi a transgressão social na forma da prática da violência. É muito comum, no Brasil, uma mulher sofrer todo tipo de violência no seu lar, e não por um homem

qualquer, mas por aquele a quem ela escolheu para ter uma relação afetiva.

Diante disso, os órgãos relacionados ao zelo pela segurança social, a exemplo das delegacias policiais, mesmo com uma legislação específica, a Lei n. 11.360/06 – Lei Maria da Penha -, não estão preparados para assistir a essas mulheres violentamente fragilizadas. Na tentativa de solucionar essa falha na prestação da segurança à mulher, foram previstas a criação das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM) e os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM).

Não obstante esse esforço governamental ainda tem sido irrisório, sendo essa ação ainda mais tênue em municípios de pequeno porte. Com a necessidade de suprir uma carência no atendimento à alta demanda de violência doméstica no município de Ilhéus, o projeto de extensão SER-Mulher (Serviço de Referência dos Direitos da Mulher) foi criado, financiado por um convênio do governo federal, representado pelo Ministério da Educação (MEC).

Nascido do desejo institucional do Departamento de Ciências Jurídicas (DCIJur) da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), em especial no Núcleo de Prática Jurídica, o projeto visa contribuir no combate à violência contra a mulher na região, aumentando o índice de conhecimento intelectual sobre os direitos femininos, e, inclusive, prestando assistência às mulheres vítimas de violência doméstica. Trabalhar com a transmissão de saberes da universidade para a sociedade civil, representadas pelas mulheres, é uma forma de contribuir na questão central das discussões do feminismo, o empoderamento – do inglês *empowerment* – do gênero feminino.

Além disso, realizando seminários, encontros, oficinas pedagógicas, cursos de capacitação e minicursos, o projeto insere a sua proposta científica de temática jurídica e feminista em seu público alvo – sociedade acadêmica, comunidade dos municípios atendidos e, principalmente, mulheres líderes de família. E,

finalmente, de uma forma inovadora, o SER-Mulher discursa sobre uma relação dialética entre sustentabilidade e relações de gênero, dando a oportunidade às mulheres, através de capacitação em legislação e empreendedorismo, de conquistar e vivenciar uma plena e verdadeira emancipação, social e econômica, o que, na prática, reflete uma melhoria da qualidade das oportunidades para a ascensão das representantes do sexo feminino.

Em princípio, é sabido que, atualmente, há uma discussão sobre a "terceira missão" da universidade, a qual, além de ser uma instituição propriamente educacional, tem como dever realizar um impacto social, econômico, cultural e intelectual na região de sua abrangência – municípios em sua redondeza. Por analogia, as instituições acadêmicas precisam fomentar um ambiente didático; contestar proposições na sociedade através da pesquisa; e promover desenvolvimento regional por meio de iniciativas de intervenção, sob a ótica da extensão.

Em virtude desse novo olhar sobre o papel do movimento acadêmico, é preciso incentivar a transmissão de conhecimento adquirido na didática e gerado na investigação. Esse processo acontece de forma direta, por meio do contato da universidade com os representantes da sociedade civil; sendo o mais importante, nesse perpasso, não é a forma como ele será realizado, mas sim os possíveis resultados que ele poderá acarretar.

Vale ressaltar que, para o caso específico da educação voltada para os direitos humanos, o conhecimento não deve ser tratado aleatoriamente, ao contrário, é preciso aplicá-lo em concordância com as reais necessidades do público-alvo escolhido, levando em conta também a atividade econômica exercida. No caso das mulheres, para garantir, tanto por elas quanto por terceiros, uma sociedade pautada nos valores da equidade, é necessário transmitir informações sobre os direitos: civil, trabalhista, previdenciário, econômico, empresarial, além dos direitos humanos e fundamentais.

Sob essa perspectiva de um novo feminismo na universidade, o intuito desse trabalho é expor a importância de levar o conhecimento sobre direitos básicos e valores de cidadania às mulheres que estão numa posição desfavorecida socialmente, com a finalidade de lhes ofertar condições concretas para o seu progresso, emancipação e empoderamento. No caso da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), foi abordada a relação educacional entre o projeto SER-Mulher (Serviço de Referência dos Direitos da Mulher) e um coletivo feminino da Reserva Extrativista de Canavieiras (Resex), a Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia.

Para exemplificar essa iniciativa de intervenção social, com base nos princípios educacionais da transmissão de conhecimentos, são expostas atividades propostas e desenvolvidas pelo SER-Mulher, sob esse enfoque do papel inovador em que a extensão se empenha na construção de uma sociedade mais humanitária.

Metodologia

Como fundamentação teórica, além da exemplificação dada através das iniciativas em extensão do SER-Mulher, foi realizada também uma revisão da literatura dos principais assuntos quanto à temática mulher. A pesquisa bibliográfica, nesse momento, se torna essencial para agregação de novos saberes sobre os temas pertinentes ao gênero feminino, e, ademais, de métodos desenvolvidos para construção de novos parâmetros educacionais.

Primeiramente foi necessário entender sobre o conceito de gênero, identidade da mulher, visando compreender a assimetria social em consequência da imposição de poder, representada pelo papel tradicional do homem. Deve-se destacar que não é objetivo descaracterizar, de forma pejorativa, a figura masculina, mas explicitar a subjugação social causada pelo machismo e sexismo, tão presentes na sociedade.

A saber, essa dominação imposta pelo gênero masculino, impulsionada pelos valores tradicionais da humanidade, permite que a mulher se sinta distinta, excluída, restringida e discriminada somente por ser do sexo feminino. Como também, essa forma de desigualdade, em muitos aspectos, simplesmente nega às mulheres a garantia universal de que elas podem desfrutar plenamente de seus direitos, em situação de igualdade com os homens.

Com a finalidade de reverter esse problema social, é preciso criar medidas temporárias em médio prazo para a gradual modificação dos dogmas culturais e sociais, para ainda chegar a uma eliminação no preconceito e nas atitudes habituais de discriminação contra as mulheres. Com base nisso, é que se configura indubitavelmente relevante a transferência de conhecimentos da educação em geral, emprego, assistência à saúde, planejamento familiar e benefícios econômicos e sociais.

A autonomia, na forma da valorização do conhecimento desses assuntos anteriormente falados por parte das mulheres, incentiva o poder e a liderança para a busca, através de uma inovação na representatividade social, de uma melhor condição de vida. A publicação científica de Abromovay e Castro (1998) explica como esse processo, que transcende o plano da eficiência, foca majoritariamente no produto final – isso quer dizer eficácia, e se daria:

A educação formal e continuada, ou seja, traduzida em atividades de capacitação em áreas específicas por instrumentalidades variadas, como emprego, a racionalidade e o cuidado com a qualidade de vida, ou para reconstrução de estereótipos reforçadores de sexismos, é reconhecida como dimensão estratégica no plano de dar poder às mulheres – *empowerment* – para que sejam agentes de outras relações sociais e objetivamente melhor se situarem no mercado de trabalho e na vida em geral (ABROMOVAY; CASTRO, 1998, p. 36).

Análise e discussão dos resultados

O SER-Mulher desenvolveu atividades que possibilitaram a integração com a Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia, de tal modo que o grupo *extensionista* transmitisse o conhecimento que está sendo construído, sobre a desigualdade de gênero e as formas de combatê-la, para estas mulheres, politicamente organizadas, em busca da efetivação dos direitos que lhes são garantidos pela legislação vigente.

A Rede de Mulheres Pesqueiras e Marisqueiras do Sul da Bahia é um dos grupos-alvo desse projeto. Esse agrupamento conta com aproximadamente 400 mulheres que residem e trabalham na Reserva Extrativista de Canavieiras (Resex). Essa rede nasceu através de um projeto feito pela doutoranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (Prodema/Uesc), Aniran Lins, intitulado “Capacitação e Fortalecimento da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia”, o qual, posteriormente, foi financiado pela entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, a ONU Mulheres – Unifem.

Dentre as ações possíveis, no período do agosto de 2012 a março de 2013, o SER-Mulher desenvolveu em parceria com a Rede de Mulheres: (1) uma reunião em Canavieiras, Bahia, estando presentes o SER-Mulher, Lideranças das Comunidades, abrangidas pela Rede de Mulheres e professores, a fim de discutir possíveis políticas de empoderamento voltadas para as mulheres da RESEX; (2) um seminário para as integrantes da Rede de Mulheres, organizado pelo SER-Mulher, como medida de transmissão de conhecimento sobre direitos; (3) a produção de *folder* sobre direitos trabalhistas e sobre violência doméstica em linguagem clara e objetiva; (4) e um evento realizado no dia 8 de março, integralizando universidade e comunidade, com palestras e discussões sobre gênero.

O primeiro momento de integração do SER-Mulher com a Rede de Mulheres aconteceu em uma reunião, ocorrida no início do mês

de agosto de 2012, comparecendo professores, estudantes interessados na matéria e mulheres, que compõem a rede de extrativistas, com a finalidade de explanar aspectos relevantes da história da Reserva Extrativista de Canavieiras na Bahia, bem como sua formação institucional e as possíveis estratégias de fortalecimento dos seus componentes – pescadoras, marisqueiras e catadoras. Os presentes conversaram com um representante da liderança da Associação Mãe dos Extrativistas (Amex), o qual explicou a necessidade de se criar uma instância que mediasse conflitos importantes entre as comunidades, as extrativistas, a reserva e os atores da sociedade civil, ou seja, foi discutida a necessidade de inserir a mediação e a conciliação como forma de pacificar as relações, promovendo, assim, relações mais estáveis na comunidade.

Após esta reunião, aconteceram outras de natureza semelhante, todas de extrema relevância já que, por meio da integração entre grupos que trabalham com questões de gênero, dando ênfase para o empoderamento feminino, foi possível esclarecer sobre as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico e fortalecimento da Resex.

Aos dezenove dias do mês de agosto de 2012, houve uma reunião em Canavieiras, Bahia, estando presente o SER-Mulher, representado por professores e bolsistas, a Rede de Mulheres, representada por cada duas ou três mulheres de Bel-

monte, Barra Velha, Atalaia, Una, Pedra de Una e outras comunidades que compõem o grupo, e mestrandas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), totalizando cerca de 20 pessoas. Nesta ocasião, as professoras ministraram uma oficina sobre Indústria Criativa. A indústria criativa consiste no desenvolvimento de uma atividade econômica, baseada na utilização de matéria prima e resíduos da região de modo artesanal e criativo, é uma forma de complementar a renda, melhorar as condições econômicas do núcleo familiar e proporcionar empoderamento.

As representantes das comunidades entenderam que existe a possibilidade de formar uma cooperativa para a produção e venda de produtos (acessórios, doces etc.), desenvolvidos por elas mesmas, e utilizando material da própria região (palha, búzios, cascos de ostras etc.), incluindo a criação de uma marca para os produtos artesanais da Rede de Mulheres. As representantes das comunidades comprometeram-se em transmitir, para a comunidade, as informações adquiridas e articular com as mulheres as possibilidades de pôr as ideias desenvolvidas, nesta oficina, em prática. As professoras entenderam a necessidade de essas mulheres encontrarem uma fonte complementar de renda, principalmente no período defeso (período adequado para a pesca), e se comprometeram a ajudá-las através de cursos de qualificação profissional.

FIGURA 1 – Oficina e dinâmica da indústria criativa realizada na sede da RESEX de Canavieiras, Canavieiras, 2012





Fonte: Acervo do Ser Mulher, 2013.

Com uma vertente de empoderamento um pouco diferenciada, havendo menor atenção para formas de desenvolvimento de atividades econômicas, que possam complementar a renda, e maior atenção para proporcionar às mulheres o conhecimento sobre seus direitos e a forma de exigí-los, foi desenvolvido o Curso de Capacitação em Direitos da Mulher, realizado no dia 21 de setembro de 2012, na Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), estando presentes cerca de 80 mulheres, membros dos municípios de Canavieiras, Ilhéus, Itacaré, Bahia e componentes da Rede de Mulheres, além de professores e estagiários.

O curso contou com uma palestra da professora Saskya Lopes, Vice-Coordenadora do SER-Mulher, sobre a Lei Maria da Penha e suas aplicações. Houve também uma palestra sobre a Seguridade Social e os Direitos Previdenciários das

Mulheres, ministrada por Lorena de Jesus, Noélia Santos e Tiana Brandão, servidoras do Ministério da Previdência Social (INSS), e, por fim, uma palestra sobre os 12 Direitos Básicos da mulher, conforme divulgação da Organização das Nações Unidas (ONU), ministrada pela MM. Juíza Antônia Maria, da 1ª Vara de Crime de Itabuna. Durante o curso, houve discussão e participação do público, ficando evidente que muitas das mulheres, ali presentes, vivenciavam a violência doméstica, entretanto não sabiam a forma adequada para acionar o judiciário. Com o curso, elas tiveram conhecimento do modo pelo qual podiam se defender contra as agressões no ambiente familiar, sobre a Seguridade Social, bem como sobre licença maternidade, aposentadoria, pensão e outros, além da possibilidade de trocar experiências e tirar dúvidas sobre os seus direitos.

FIGURA 2 – Participação da Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras no evento realizado na Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2012





Fonte: Acervo Ser Mulher, 2012.

O SER-Mulher produziu um *folder* sobre direitos trabalhistas e previdenciários da mulher, intitulado “Você é Trabalhadora? Então Conheça Seus Direitos!”, e outro sobre violência doméstica, intitulado “Breves Informes sobre Violência Doméstica”. Este material foi desenvolvido em uma linguagem clara e objetiva, de modo a ser facilmente entendido. Constituiu um meio de transmissão de conhecimento eficaz porque, além de ser lido pelas pessoas que estão presentes nos eventos promovidos pelo grupo, ele pode ser levado para o ambiente familiar, para a vizinhança e toda a comunidade, tornando assim, mais amplo o alcance dos objetivos do SER-Mulher, como a diminuição da violência doméstica, o respeito às mulheres em todas as esferas da sociedade, e o empoderamento, como forma de promover a igualdade de gênero.

No dia oito de março de 2013, o SER-Mulher promoveu um encontro com a presença de professores, estudantes, integrantes da Rede de Mulheres e demais interessados no tema, com a palestra intitulada “Dia In-

ternacional da Mulher – uma História de Lutas e Conquistas”, proferida pela professora Marinete dos Santos Silva, da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), e coordenadora do Atelier de Estudos de Gênero (Ategen). Em sua intervenção, a professora Marinete fez uma abordagem atual sobre a situação das mulheres no Brasil e no mundo, relatando casos práticos, vivenciados pelos pesquisadores do Ategen, que demonstram ainda a existência de situações de subserviência feminina em relação ao masculino, oriundas principalmente de uma situação de dependência: física, psicológica ou material. Ressaltou também que a situação de desigualdade, principalmente física, sempre faz com que a mulher saia perdendo nos embates com o homem, sendo o empoderamento a solução para o problema. Após a exposição, seguiu-se um rico debate entre os presentes, inclusive com depoimentos de mulheres que conseguiram se libertar de situação de dependência, a partir de uma tomada de posição rumo ao seu empoderamento.

FIGURA 3 – Palestra em comemoração ao Dia Internacional da Mulher – 8 de Março, com a participação de líderes da Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia, Ilhéus, 2013



Fonte: Acervo do Ser Mulher, 2013.

Considerações finais

As atividades que são desenvolvidas pelo SER-Mulher, voltadas para a rede de mulheres pescadoras e marisqueiras do sul da Bahia, hoje, apresentam-se como indispensáveis para a manutenção do fortalecimento político, econômico, social e cultural das mulheres que compõem a Reserva Extrativista, sendo válido ressaltar o papel fundamental da organização política dessas mulheres, do trabalho "extensionista" e da transmissão de conhecimento como forma de empoderamento.

Na organização política das pessoas com um problema comum, é imprescindível que

elas possam se fortalecer e buscar a melhor maneira para solucionar os conflitos, nos quais estão inseridas. Deste modo, é notável a importância da Rede de Mulheres, já que este é um meio no qual as mulheres da Resex podem se unir com o fulcro de erradicar a desigualdade de gênero nas comunidades da qual fazem parte, bem como os casos de violência doméstica e o desrespeito aos seus direitos previdenciários e trabalhistas.

A transmissão de conhecimento, através de cursos, reuniões e *folders*, apresenta-se como um meio eficaz, já que permite que as mulheres entendam a natureza do problema do qual fazem parte e, ao mesmo tempo,

possam articular estratégias para combatê-los. Neste sentido, é que se faz relevante o trabalho que é desenvolvido pelo Serviço de Referência dos Direitos da Mulher, pois este se apresenta como uma ponte entre o que é produzido nos centros acadêmicos e as comunidades que vivenciam os problemas, que assolam os mandamentos Constitucionais, dando destaque à igualdade.

Desta forma, torna-se notável os efeitos positivos que o SER-Mulher está provocando nas comunidades abrangidas pelo projeto, conforme, inclusive, depoimentos das participantes da reunião de que “o grupo está indo pelo caminho certo”. As informações que são transmitidas para as mulheres, que compõem o grupo, permitem que tomem coragem para tomar decisões: sobre separação, quando sofrem violência doméstica; sobre encontrar uma fonte de renda complementar à renda familiar, quando sofrem violência patrimonial ou subordinação econômica; e sobre procurar órgãos públicos e órgãos do Poder Judiciário, quando houver violação de algum direito que lhe for inerente.

Referências

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Engendrando um novo feminismo**: mulheres líderes de base. Brasília, DF: UNESCO, 1998. Disponível em: <<http://www.unesco.org/images/0013/001315/131536porb.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2013.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNIC Rio de Janeiro. **Declaração Universal dos Direitos humanos** (1948). Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2013.

FAGUNDES, T. C. P. C. **Ensaio sobre identidade e gênero**. Salvador: Helvécia, 2003.

LA TERCERA misión y las redes temáticas CID. NotiCID, [s.l.], n. 5-6, p. 1-11. jul. 2012. Proyecto CID. Newsletter. Disponível em: <<http://www.alfacid.fondazionecru.it/Documents/newsletter/NotiCID5-6.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

MALUF, S. W. et al. (Org.). **Olhares feministas**. Brasília, DF: Ministério da Educação; UNESCO, 2007. (Coleção Educação para Todos, 10). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154563por.pdf>>. Acesso em: 1º mar. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **De mãos dadas com a mulher**: a UNESCO como agente promotor da igualdade de gêneros. Brasília, DF: UNESCO, 2012. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127141por.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

RIBEIRO, M. O feminismo em novas rotas e visões. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.14, n.3, p. 829-841, set.-dez. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ref/v14n3/a12v14n3.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013.

RODRIGUES, A. S. et al. (Org.). **Os hereges**: temas em direitos humanos, ética e diversidade. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010.

SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (Brasil); UNESCO; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Direitos humanos no cotidiano**: manual. 2. ed. Brasília, DF: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos: Unesco, 2001.



IMPrensa UNIVERSITÁRIA

IMPRESSO NA GRÁFICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - ILHÉUS-BA